



RESOLUÇÃO Nº 277-COGRAD/UFMS, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Direito do Câmpus de Três Lagoas.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE GRADUAÇÃO da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016, e na Resolução nº 16, Cograd, de 16 de janeiro de 2018, e considerando o contido no Processo nº 23448.000219/2012-05, resolve, **ad referendum**:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Direito do Câmpus de Três Lagoas, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º O referido curso, em respeito às normas superiores pertinentes à integralização curricular, obedecerá aos seguintes indicativos:

I - carga horária mínima:

a) mínima do CNE: 3.700 horas; e

b) mínima UFMS: 4.064 horas.

II - tempo de duração:

a) proposto para integralização curricular: dez semestres;

b) mínimo CNE: dez semestres; e

c) máximo UFMS: quinze semestres.

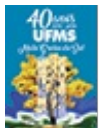
III - turno de funcionamento: Curso 0739 integral (matutino e vespertino) e sábado pela manhã e tarde; e Curso 0781 noturno e sábado pela manhã e tarde.

Art. 3º O Projeto Pedagógico será implantado a partir do primeiro semestre do ano letivo de 2021 para todos os estudantes do Curso, exceto aqueles que tiverem condições de concluir o Curso o curso na estrutura antiga, nos dois semestres posteriores a implantação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 4 de janeiro de 2021.

CRISTIANO COSTA ARGEMON VIEIRA





Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Costa Argemon Vieira, Pró-Reitor(a), Substituto(a)**, em 07/12/2020, às 17:21, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2296557** e o código CRC **4D54C2B1**.

CONSELHO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.000070/2020-57

SEI nº 2296557





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Denominação do Curso: Direito

1.2. Código E-mec: 18385

1.3. Habilitação: Não se aplica

1.4. Grau Acadêmico Conferido: Bacharelado

1.5. Modalidade de Ensino: Presencial

1.6. Regime de Matrícula: Semestral

1.7. Tempo de Duração (em semestres):

a) Proposto para Integralização Curricular: 10 Semestres

b) Mínimo CNE: 10 Semestres

c) Máximo UFMS: 15 Semestres

1.8. Carga Horária Mínima (em horas):

a) Mínima CNE: 3700 Horas

b) Mínima UFMS: 4064 Horas

1.9. Número de Vagas Ofertadas por Ingresso: 55 vagas para o curso 0739 e 55 vagas para o curso 0781

1.10. Número de Entradas: 2

1.11. Turno de Funcionamento: Matutino, Vespertino, Sábado pela manhã e Sábado à tarde para o curso 0739; Noturno, Sábado pela manhã e Sábado à tarde para o curso 0781

1.12. Local de Funcionamento:

1.12.1. Unidade de Administração Setorial de Lotação: CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS

1.12.2. Endereço da Unidade de Administração Setorial de Lotação do Curso: Câmpus de Três Lagoas - Unidade I: Av. Capitão Olintho Mancini, 1662, Colinos, CEP 79603-011; Unidade II: Av. Ranulpho Marques Leal, 3484, Distrito Industrial, CEP 79613-000. Três Lagoas - MS.

1.13. Forma de ingresso: As Formas de Ingresso nos Cursos de Graduação da UFMS são regidas pela Resolução nº 550, Cograd, de 20 de novembro de 2018; Capítulo IV, Seção I – Art. 34: O ingresso nos cursos de graduação da UFMS ocorre por meio de: I - processos seletivos para portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente, sendo eles: a) Sistema de Seleção Unificada; b) Vestibular; c) Programa de Avaliação Seriada Seletiva; d) Seleção para Vagas remanescentes; e) Seleção para Portadores de visto de refugiado, visto humanitário ou visto de reunião familiar. II - convênios ou outros instrumentos jurídicos de





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

mesma natureza, firmados com outros países para portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente; III - processos seletivos para portadores de diploma de curso de graduação, condicionado à existência de vagas; IV - matrícula cortesia, para estrangeiros que estejam em missões diplomáticas ou atuem em repartições consulares e organismos internacionais e seus dependentes, independentemente da existência de vagas, conforme legislação específica; V - processo seletivo para transferência de estudantes regulares de outras instituições nacionais de ensino superior, para cursos da mesma área de conhecimento, e condicionado à existência de vagas; VI - transferência compulsória de estudantes de outras instituições nacionais de ensino superior, para cursos da mesma área de conhecimento, independentemente da existência de vagas, conforme legislação específica; VII – seleção para movimentação interna de estudantes regulares da UFMS para mudança de curso, condicionado à existência de vagas; VIII - permuta interna para troca permanente entre estudantes do mesmo curso no âmbito da UFMS; IX - convênios ou outros instrumentos jurídicos de mesma natureza, firmados com instituições nacionais ou internacionais de ensino, para mobilidade de estudantes regulares de outras instituições; X - matrícula para complementação de estudos, para os candidatos que optaram por revalidar o diploma na UFMS, de acordo com a legislação específica; e XI – seleção de reingresso para os estudantes excluídos que tenham interesse em dar continuidade aos estudos no mesmo curso, habilitação, modalidade, turno e Unidade de origem, condicionado à existência de vagas. Os critérios e procedimentos que regulamentam o ingresso são definidos em Regulamentos e em editais específicos, condicionado à existência de vagas e às especificidades dos cursos.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito do Câmpus de Três Lagoas, (CPTL), foi elaborado com base nos seguintes documentos legais:

- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

- atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais—Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
 - Decreto Federal nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
 - Decreto Federal nº 9.057, de 25 de maio de 2017, Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
 - Portaria nº 3.284, Ministério da Educação (MEC), de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
 - Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;
 - Resolução nº 1, Conselho Nacional da Educação (CNE) / Conselho Pleno (CP), de 17 de junho de 2004, que institui diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
 - Resolução nº 2, CNE/ Câmara de Educação superior (CES), de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
 - Resolução nº 3, CNE/CP, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;
 - Resolução nº 1, CNE/CP, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
 - Resolução nº 2, CNE/CP, de 15 de junho de 2012, que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
 - Resolução nº 7, CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação —PNE 2014-2024— e dá outras providências;
 - Resolução nº 1, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), de 17 de junho de 2010, que Normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dá outras providências;
 - Resolução nº 5, CNE/CES, de 17 de dezembro de 2018 (*), que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.
 - Resolução nº 35, Conselho Universitário (Coun), de 13 de maio de 2011, que aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
 - Resolução nº 78, Coun, de 22 de setembro de 2011, que aprova o Regimento Geral da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

- Resolução nº 93, Coun, de 5 de dezembro de 2014, que altera o art. 39 da Resolução nº 78, Coun, de 22 de setembro de 2011;
- Resolução nº 107, Conselho de Ensino de Graduação (Coeg), de 16 de junho de 2010, que aprova o Regulamento de Estágio para os acadêmicos dos Cursos de Graduação, presenciais, da UFMS;
- Resolução nº 106, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Orientações Gerais para a Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação da UFMS;
- Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Regras de Transição para Alterações Curriculares originadas de alterações na normatização interna da UFMS ou atendimento a normativa legal;
- Resolução nº 16, Conselho de Graduação (Cograd), de 16 de janeiro de 2018, que altera o art. 4º da Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016;
- Resolução nº 550, Cograd, de 20 de novembro de 2018, que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 537, Cograd, de 18 de outubro de 2019, que aprova o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE), dos cursos de graduação da UFMS.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1. HISTÓRICO DA UFMS

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) teve origem com a criação das Faculdades de Farmácia e de Odontologia, em 1962, na cidade de Campo Grande, embrião do ensino superior público no sul do então Estado de Mato Grosso.

Em 26-07-1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses cursos foram absorvidos pelo Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o primeiro curso de Medicina.

No ano de 1967, o Governo do Estado criou o Instituto Superior de Pedagogia, em Corumbá, e o Instituto de Ciências Humanas e Letras, em Três Lagoas, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16-09-1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Em 1970, foram criados e incorporados à UEMT, os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, a UEMT foi federalizada pela Lei Federal nº 6.674, de 05-07-1979, passando a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O então Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Atualmente, além da sede na Cidade Universitária em Campo Grande, onde funcionam as unidades setoriais: Escola de Administração e Negócios (Esan), Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (Faalc), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (Facfan), Faculdade de Ciências Humanas (Fach), Faculdade de Computação (Facom), Faculdade de Educação (Faed), Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (Faeng), Faculdade de Medicina (Famed), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Famez), Faculdade de Odontologia (Faodo), Instituto de Biociências (Inbio), Faculdade de Direito (Fadir), Instituto de Física (Infi), Instituto de Matemática (Inma),





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Instituto de Química (Inqui) Instituto Integrado de Saúde (Inisa), a UFMS mantém unidades setoriais nas cidades de Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, descentralizando o ensino para atender aos principais polos de desenvolvimento do Estado.

O Câmpus de Dourados (CPDO) foi transformado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com a sua instalação realizada em 01-01-2006, de acordo com a Lei nº 11.153, de 29-07-2005.

A UFMS possui cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e a distância. Os cursos de pós-graduação englobam especializações e programas de mestrado e doutorado.

3.2. HISTÓRICO DA UNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL DE LOTAÇÃO DO CURSO (PRESENCIAIS) OU DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UFMS (CURSOS A DISTÂNCIA)

Em 1967, com o objetivo de ampliar a Rede Pública Estadual de Ensino Superior, o Governo do Estado de Mato Grosso criou o Instituto Superior de Pedagogia, em Corumbá e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras.

Em 02 de janeiro de 1970, a Lei nº 2972, promulgada pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, transformou os estabelecimentos de Ensino Superior em Centros e Subunidades, denominados Departamentos. Desta forma, no Câmpus de Campo Grande, foram criados os Centros de Estudos Sociais, Tecnológico, Ciências Biológicas, Educação Física e Desporto e, em Corumbá e Três Lagoas, o Instituto Superior de Pedagogia e o Instituto de Ciências Humanas e Letras, foram transformados em Centros Pedagógicos.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT) e, em 02 de janeiro de 1970, a Lei Estadual nº 2.972, transformou o Instituto de Ciências Humanas e Letras de Três Lagoas em Centro Pedagógico de Três Lagoas com o funcionamento dos Cursos de Licenciatura Plena em Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia.

O primeiro concurso vestibular, do então Centro Pedagógico de Três Lagoas, foi realizado no período de 25 a 27 de janeiro de 1970, com a inscrição de 246 candidatos, dos quais foram aprovados 228. Ainda como Centro Pedagógico obedecia-se a legislação acadêmica emanada do Conselho Estadual de Educação, sediado em Cuiabá/MT.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, a UEMT foi federalizada pela Lei Federal nº 6.674, de 05 de julho de 1979, passando a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O então Centro Pedagógico de Três Lagoas passou a se chamar Centro Universitário de Três Lagoas (Ceul) e foi em 26 de fevereiro de 2000, com a aprovação do Estatuto da UFMS por meio da Portaria MEC nº 1.100, de 13 de julho de 1999, que o Centro Universitário de Três Lagoas passou a se chamar Câmpus de Três Lagoas (CPTL).

Atualmente, o CPTL possui duas Unidades: Na Unidade I são oferecidos os Cursos de Licenciaturas em Pedagogia, Letras – Português e Inglês, Letras – Português e Espanhol, e Letras – Português. Nesta unidade também são oferecidos os Cursos de Pós-Graduação Acadêmico em Letras – Mestrado e Doutorado e o Mestrado Profissional em Letras.

Na Unidade II são oferecidos os Cursos de Licenciaturas em Geografia, História, Ciências Biológicas e Matemática e os Cursos de Bacharelados em Administração, Ciências Contábeis, Direito – Integral, Direito – Noturno, Enfermagem, Engenharia de Produção, Geografia, Sistemas de Informação e Medicina. Nesta unidade também são oferecidos os Cursos de Pós-Graduação





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Acadêmico em Geografia - Mestrado e o Mestrado Profissional em Matemática.

3.3. HISTÓRICO DO CURSO

No Câmpus de Três Lagoas, o Curso de Direito do período noturno foi criado pela Resolução nº 59, Coun, de 22 de dezembro de 1995, implantado em 1996 e reconhecido pela Portaria nº 3.888/2003, MEC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de dezembro de 2003. Já o Curso do período integral foi criado pela Resolução nº 10, Coun, de 03 de maio de 2001, passando a funcionar a partir do segundo semestre do ano de 2001.

Até o ano de 2003, o Curso só contava com professores substitutos. No ano de 2004, com a realização do primeiro concurso público, o Curso passou a contar com 02 (dois) professores mestres no quadro efetivo. Algum tempo depois, mais 02 (dois) professores doutores integraram o quadro. Um dos professores doutores foi transferido para Campo Grande.

Em 2009, ingressaram mais 04 (quatro) professores mestres. Nos últimos anos, outros concursos foram realizados e, atualmente, o Curso é atendido por 25 (vinte e cinco) professores efetivos, sendo 18 (dezoito) doutores e 07 (sete) mestres, dos quais 05 (cinco) estão prestes a concluir Doutorado em Direito.

A primeira turma colou grau no ano de 2000. No ano de 2012, o Curso obteve a renovação do reconhecimento através da Portaria nº. 29, MEC, publicada no dia 28 de março no Diário Oficial da União, página 20. No ano de 2016, recebeu nova visita de comissão de avaliação do MEC, alcançando o conceito 4 (quatro). Ao longo de duas décadas, o Curso de Direito do CPTL vem formando pessoas e profissionais preparados para os desafios do mundo contemporâneo e contribuindo com o desenvolvimento da região e do país.

Entre as avaliações e prêmios/reconhecimentos, é possível destacar:

- Exame Nacional de Cursos (ENC): em 2000, obteve conceito “B”; em 2001, obteve conceito “C”; em 2002, obteve conceito “B”; e, em 2003, obteve conceito “C”;
- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade): em 2006, recebeu o conceito 4 em uma escala de 1 a 5;
- Avaliação das condições de oferta: realizada em 2002, obteve os seguintes conceitos por item de avaliação: a) Corpo docente: “Bom”; b) Organização didático-pedagógica: “Bom”; c) Instalações: “Regular”;
- Avaliação da OAB 2004/2007: Selo OAB Recomenda;
- Avaliação da OAB 2016/2019: Selo OAB Recomenda;
- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade): em 2018, recebeu o conceito 4, sendo Conceito Preliminar de Curso (CPC) 3, Conceito de Curso (CC) 4 e Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) 3.

4. NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO

4.1. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO

O município de Três Lagoas está localizado na costa leste do estado de Mato Grosso do Sul (MS) e possui uma área de 10.206,949 quilômetros quadrados. Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Três Lagoas é o terceiro município mais populoso do estado, com população de 121.388 habitantes no ano de 2019 e densidade demográfica de 9,97 habitantes por quilômetro quadrado.

Ao longo do tempo, a posição privilegiada da cidade favoreceu a





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

implantação do polo industrial da região do bolsão sul-mato-grossense, diversificando-se nos setores de alimentação, energético, têxtil, de papel e celulose. Também se instalou no município a primeira usina termoeletrica de Mato Grosso do Sul. No cenário estadual, Três Lagoas é uma cidade de porte médio, desempenhando função de intermediação entre os pequenos e grandes centros urbanos e consolidando-se como centro regional de serviços, indústria e comércio.

Com Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 86.244,15 (IBGE, 2017) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,744 (IBGE, 2010), Três Lagoas exerce posição de centralidade entre as cidades que compõem a mesorregião leste do estado de Mato Grosso do Sul, alcançando, inclusive, cidades localizadas na região oeste do estado de São Paulo e influenciando áreas/setores como comércio, educação, geração de serviços e negócios, saúde, dentre outras. Tal condição faz da cidade um polo ou referência regional no campo da educação e da produção de conhecimento técnico-científico e de inovação, fomentando a dinâmica social, política, econômica e cultural da região.

Segundo dados disponíveis no sítio eletrônico do IBGE, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, no município, é de 97,5% (2010). No ano de 2018, foram registradas 18.524 matrículas no ensino fundamental e 4.203 matrículas no ensino médio, 878 docentes no ensino fundamental, 383 docentes no ensino médio. Na área da saúde, o município é atendido por inúmeros estabelecimentos, na rede pública e privada, podendo contar em breve com o funcionamento do Hospital Regional de Três Lagoas, que será capaz de atender a população da região leste do estado.

A cidade possui alta influência em um raio de 150 quilômetros, abrangendo municípios do estado de MS, como Selvíria, Água Clara, Chapadão do Sul, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Brasilândia, Inocência, Cassilândia, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, dentre outros. Situada em zona fronteira, influencia também cidades do oeste paulista, próximas aos limites estaduais: Castilho, Andradina, Murutinga do Sul, Ilha Solteira, Pereira Barreto, Nova Independência, Itapura, Mirandópolis, Guaraçaí, Tupi Paulista, Dracena, Santa Fé do Sul, entre outras.

A geoeconomia industrial da cidade é marcada pela presença ativa do setor de papel e celulose, gerando a expansão de plantações de eucalipto por vários municípios do estado, modificando gradativamente o perfil agropecuario e diminuindo as áreas tradicionais de pastagens e de agricultura. O município conta com a presença de duas empresas produtoras de energia elétrica: uma hidrelétrica, com capacidade de geração de 1.560 megawatts; e uma termelétrica que utiliza gás natural, com capacidade de geração de 240 megawatts. Também possui uma unidade produtora de biocombustíveis, uma siderúrgica e tem a perspectiva de implantação de uma unidade de fertilizantes nitrogenados.

Observa-se, portanto, que Três Lagoas e região formam um polo atrativo de investimentos, serviços e empregos, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento econômico do estado e do país. Por outro lado, os dados apresentados revelam a necessidade de espaços estratégicos de produção do conhecimento, proporcionando um diálogo profícuo entre organismos da sociedade civil e instituições públicas, formando pessoas e profissionais capazes de compreender a dinâmica social, a pluralidade de valores e vozes em uma sociedade justa e democrática, fazendo com que o crescimento econômico possa produzir bons indicadores sociais e ambientais e melhorar a qualidade de vida das pessoas da cidade e da região.

4.2. INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO

A economia do estado de Mato Grosso do Sul é baseada no agronegócio, com alguns polos de extrativismo mineral e siderúrgico e de produção de celulose.





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Com baixa industrialização, seus principais produtos de exportação são a pasta de celulose, grãos (principalmente soja e milho), álcool e gado de corte (carne e couro).

Situado na região centro-oeste do país, o ecossistema estadual é dividido em duas grandes regiões: o Pantanal e o Cerrado. O ecossistema pantaneiro, presente na região noroeste do estado, tem como principal atividade econômica a criação de gado de corte e o turismo, enquanto o ecossistema do Cerrado encontra-se bastante destruído pela implantação das culturas de soja, milho, cana (para produção de álcool) e eucalipto (usado para produção de madeira e celulose), além da criação de gado (com aproximadamente 21 milhões de cabeças em todo o estado).

No município e região de Três Lagoas, os terrenos são predominantemente sedimentares, apresentando grandes deficiências estruturais e inviabilizando o cultivo agrícola de espécies que exigem solo fértil. A partir de 1970, a pecuária tornou-se a principal opção de ocupação econômica das extensas áreas municipais. Rapidamente, os espaços naturais - vegetação nativa - foram tomados por extensas áreas de pastagem, alimentando um dos mais numerosos rebanhos bovinos não só no/do estado de Mato Grosso do Sul, mas de todo o Brasil.

Caracteristicamente, a pecuária tradicional produz baixos salários, adotando como instrumento a oferta reduzida de postos de trabalho e a absorção de mão-de-obra semiespecializada, contribuindo para a consolidação de um modelo econômico, com uma base social de baixa mobilidade, manchado pela exacerbada concentração da renda por alguns e contraditoriamente sufocado pelas limitações sociais, desemprego e, conseqüentemente, pela falta de perspectiva e pela indignidade humana, fazendo da região um espaço marcado por sensíveis mazelas sociais e ambientais.

O modelo econômico então aplicado gerou um conjunto de problemas sociais em nível local, exigindo medidas institucionais capazes de reparar seus disparates e insuficiências. A partir de 1997, o poder público municipal adotou uma nova linha desenvolvimentista e apresentou novas perspectivas produtivas, acreditando que a incorporação de novas atividades à base local seria por si só capaz de promover a estruturação econômica do município e, simultaneamente, criar um ambiente social ascendente, registrando expressivo aumento de postos de trabalho e, conseqüentemente, amenizando a problemática social então constituída.

Dentro da nova linha de atuação, a indústria de transformação apresentou-se como solução eficaz para o rápido desenvolvimento socioeconômico local. Incumbido de fazer as propostas de desenvolvimento se tornarem ações sólidas, o Governo do Estado adotou um modelo agressivo de atração industrial, criando, sem restrições, instrumentos legislativos que tornaram o estado competitivo dentro do processo de absorção das indústrias que estão se descentralizando das regiões tradicionalmente industriais.

Segundo dados da Secretaria de Estado da Produção de Mato Grosso do Sul, somente entre janeiro de 1999 e março de 2002, foram incorporados 154 novos empreendimentos ao parque industrial do estado. Neste contexto, a microrregião do Bolsão Sul-mato-grossense, na qual o município de Três Lagoas está inserido, destacou-se como uma das principais beneficiárias do processo de expansão/atração industrial. Em pouco mais de três anos, muitos recursos foram investidos em novos empreendimentos industriais em processo de instalação na microrregião, desencadeado um conjunto de transformações sociais, em grande parte concebida pela reorganização da força de trabalho.

Por outro lado, o poder público ainda não foi capaz de garantir à população, com números em franca ascensão, melhores condições sociais, econômicas e ambientais. O desrespeito às normas de desflorestamento de matas ciliares em rios, o não tratamento (ou tratamento insuficiente) de esgoto e seu depósito em fossas sépticas, a falta de um sistema adequado de drenagem e





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

escoamento das águas pluviais, o desmatamento para cultivo agrícola e criação de gado e a caça de animais silvestres tem degradado ainda mais o ecossistema de Três Lagoas e região.

O fator preponderante de degradação socioambiental reside nas ações do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel na região, que impulsiona toda uma cadeia de influências socioambientais, em especial, o uso indiscriminado das águas do Rio Paraná e o despejo de dejetos em suas águas, a rede de velhas e novas estradas rurais para escoamento da produção florestal (os chamados deserto verdes), o lançamento de fumaça, diariamente, no entorno de Três Lagoas, Brasilândia e Selvíria, o incremento e expansão populacional não-programado nessas cidades, com grandes impactos nos índices de violência, limitação da capacidade de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), bolha inflacionária de aluguéis etc.

Apesar de mudanças na rede hidrográfica local em razão da construção de hidrelétricas, é importante destacar, consoante informações disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal, que o município está localizado na Bacia Hidrográfica do Paraná, contemplando, em seu território, duas sub-bacias, a do Rio Verde e a do Rio Sucuriú, além de alguns rios (Paraná, Pombo, Sucuriú, Verde), ribeirões (Baguaçu, Bonito, Briosso, Campo Triste, Imbaúba, Palmito, Piaba, Prata) e córregos (Azul, Boa Vista, Cervo, Estiva, Jacaré, Lajeado, Moeda, Pontal, Porto, Pratinha, Taboca, Urutu). Tal posição hidrográfica faz do município um potencial polo turístico, mas traz consigo eventuais riscos de degradação.

O cenário supracitado vem ocasionando impactos ambientais e favorecendo o aparecimento de doenças, vetores e animais peçonhentos. Nos últimos anos, nota-se o aumento de casos de dengue e leishmaniose visceral. Além disso, observa-se que acidentes com animais peçonhentos, principalmente com escorpiões, tem se tornado comum na zona urbana da cidade. Embora a população da cidade não seja tão grande, o acelerado processo de industrialização requer planejamento ambiental e urbano e ações capazes de proporcionar melhores condições de vida e saúde à população.

Ao enfrentar a sensível relação entre urbanização, responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável, o Curso vem contribuindo para a melhoria dos indicadores socioambientais do município e da região nos últimos anos.

4.3. ANÁLISE DA OFERTA DO CURSO NA REGIÃO

No século XXI, a pluralidade de vozes e valores vem produzindo novos padrões regulatórios e novos arranjos sociais. Nas interações cotidianas, somos cada vez mais impelidos a conviver em meio à diversidade de opiniões e pontos de vista, com pessoas e grupos que disputam ou compartilham diferentes espaços e lutam pela realização de projetos de vida e/ou satisfação de necessidades materiais, como alimentação, educação, emprego, moradia, saúde, segurança, transporte etc (SILVA, 2017).

Na dinâmica da vida social, econômica e cultural, sociedade e mercado exigem qualificação, pessoas e profissionais que possam se movimentar em cenário(s) de expansão tecnológica e novas possibilidades de comunicação/integração. Aludida(s) demanda(s) pressupõem uma formação acadêmica mais flexível, conhecimento ou compreensão de problemas persistentes e capacidade de adaptação/ajuste às situações ou necessidades emergentes, revelando raciocínio lógico, postura ética, senso de justiça e sólida formação técnica e humanística.

Exigências de formação sólida, engajada no processo constante de transformação e inovação, perfil empreendedor, visão sistêmica do local e do mundo em que está inserido, promoção de formas de cooperação e solidariedade, são





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

trabalhadas em diferentes áreas ou campos do saber, fomentando ações de ensino, pesquisa e extensão, que possam refletir e façam cumprir a função social da Educação e da Universidade em uma sociedade plural e democrática. Nesse cenário, é possível situar o papel e a importância social e política do Curso de Direito.

Enquanto instrumento de integração social, o Direito é, consoante as palavras de Jürgen Habermas (2011, 2012), um dos mais influentes pensadores do mundo contemporâneo, um recurso capaz de promover formas inclusivas de participação em processos de tomada de decisão. Através do Direito, é possível construir canais democráticos de participação e mecanismos legítimos de regulação. Não obstante notável precarização/vulgarização do ensino jurídico, em boa parte decorrente da expansão exacerbada de cursos de Direito nos últimos anos ou décadas, uma formação jurídica de qualidade é ainda um dos maiores atrativos para jovens e adultos.

Na costa leste do estado de Mato Grosso do Sul, é possível encontrar, ao menos, outros dois cursos jurídicos, no entanto, o Curso de Direito do CPTL é o único a ser ofertado por uma instituição federal de ensino superior. Importante destacar que em toda costa oeste do estado de São Paulo, não há oferta de curso jurídico em uma instituição estadual ou federal. Em um espaço de grande movimentação e produção de riquezas, que encontra em Três Lagoas um polo regional de desenvolvimento e um corredor privilegiado de circulação (aéreo, ferroviário, fluvial e rodoviário) no âmbito do Mercosul, o Curso de Direito do CPTL é uma referência para jovens e adultos que procuram formação jurídica de qualidade em instituição pública de ensino superior.

Aferindo as condições sociais de demanda e oferta, é possível perceber que o Curso atrai alunos e alunas não só da costa leste, mas da capital ou mesmo de outras região de MS, de todo o estado e, sobretudo, da costa oeste de São Paulo, do noroeste do Paraná, do sul de Minas Gerais, de Goiás, do Mato Grosso e demais estados ou regiões do Brasil. Tanto é assim que os processos seletivos de ingresso (Sistema de Seleção Unificada - SisU, vestibular ou quaisquer outras formas de ingresso) são sempre concorridos e o Curso praticamente não apresenta vagas ociosas nos últimos anos.

Na microrregião, só há mais um curso de Direito, ofertado por instituição privada. Em duas décadas de existência, o Curso de Direito do CPTL já é conhecido e reconhecido em todo o país, consolidando-se como um referencial de qualidade no acesso ao ensino público superior e um polo de pesquisa e extensão na área do Direito. Interagindo com as instituições do sistema de justiça e demais entidades públicas, organismos da sociedade civil e setores do mercado, é, seguramente, um importante fator para o desenvolvimento de Três Lagoas e região.

5. CONCEPÇÃO DO CURSO

5.1. DIMENSÕES FORMATIVAS

O Curso de Direito do CPTL/UFMS propõe um espaço público de excelência para a formação acadêmica e profissional na área do Direito.

Identificando na educação a realização de potenciais emancipatórios e fazendo da universidade pública não só um centro de produção de conhecimentos, mas um espaço de transformação, o Curso assume a missão de proporcionar sólida formação técnica, ética, humanística (cultural, social, desenvolvimento pessoal) e política, articulando saberes e práticas e formando cidadãos comprometidos com o ideal da justiça, com o desenvolvimento da sociedade brasileira e com os valores de um Estado Democrático de Direito.

5.1.1. TÉCNICA





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

No que concerne à dimensão técnica, o Curso propõe a formação de um profissional imbuído de espírito analítico aguçado, senso crítico, capacidade de comunicação e argumentação, habilidades de negociação e, sobretudo, criatividade para enfrentar e resolver problemas.

Com base nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Direito, a dimensão técnica então proposta pressupõe as seguintes habilidades e competências:

- a) Interpretar e aplicar as normas do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- b) Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- c) Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- d) Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- e) Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- f) Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- g) Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- h) Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- i) Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
- j) Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- k) Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
- l) Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- m) Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;
- n) Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre Direitos Humanos.

A realização das habilidades e competências supracitadas passará pela problematização – ou eventual desconstrução - de um modelo secular de formação jurídica, fundado em exposição dedutiva e enciclopédica de conteúdos normativos a partir de fórmulas doutrinárias e entendimentos jurisprudenciais. O atual desafio é ir além da práxis forense e fazer do ensino jurídico um espaço ou instrumento de reflexão/interlocução sobre os temas que movimentam a agenda política nacional/global e as novas exigências advindas do mundo do trabalho.

Além de aulas expositivas e dialogadas, serão exploradas metodologias ativas e/ou participativas, entre as quais: análise de conteúdo documental (leis, políticas, processos, projetos, decisões judiciais etc.); apreciação crítica de textos e/ou vídeos; debates sobre temas/problemas locais, regionais e globais; elaboração de artigos científicos e consequente socialização do conhecimento; interação com a comunidade através de atividades de extensão; metodologia de caso; pesquisas bibliográficas, documentais e empíricas; práticas jurídicas reais e simuladas; seminários de aprofundamento teórico; entre outras.

5.1.2. POLÍTICA

A Dimensão Política diz respeito à formação de um sujeito capaz de





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

compreender as relações de poder, de natureza ideológica, que regulam o ambiente social e o ambiente do trabalho. Diz respeito à compreensão dos processos de exploração, dominação e subordinação que se estabelecem no convívio social e as diferentes formas de manipulação para a consecução dos objetivos de classe.

Sem partir de modelos ideais utópicos, o Curso propõe o exame crítico das instituições políticas e da ordem normativa ou padrões regulatórios, reconhecendo que o fenômeno jurídico não se esgota em instâncias formais estatais ou convenções e acordos internacionais. Tomando o Direito como um dos mais importantes fatores de integração social e reconhecendo a vida em sociedade como um sensível campo de disputas, pressupõe uma estrutura curricular relativamente flexível, capaz de articular ações de ensino, pesquisa e extensão e viabilizar um diálogo profícuo entre os diferentes eixos de formação acadêmica: fundamental, prático e profissional.

Refletindo sobre a realidade/problemas contemporâneos e dialogando com sociedade, será possível formar sujeitos críticos e politicamente engajados, capazes de lutar pelos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, expressamente previstos na Constituição Federal de 1988: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Seguramente, uma das principais funções sociais e políticas da universidade e, em especial da educação jurídica, em uma sociedade plural e democrática, é exercer o controle permanente das instituições políticas e da ordem normativa.

5.1.3. DESENVOLVIMENTO PESSOAL

O desenvolvimento pessoal envolve atividades e experiências proporcionadas aos estudantes, que lhes permitam o desenvolvimento de centros de interesse outros que os ligados ao fazer profissional. Buscar-se-á o desenvolvimento de atividades que sejam gratificantes e/ou enriquecedoras para os acadêmicos, que partam de escolhas livres e conscientes, pois sabe-se que os valores são, de certa forma, descobertos, criados ou escolhidos pelos próprios sujeitos em seu processo de formação/desenvolvimento pessoal. Nesta dimensão, o Curso estimulará os acadêmicos a participarem de:

- Eventos científicos que possibilitem a troca de experiências acadêmicas e/ou profissionais;
- Oficinas e cursos de arte, com vistas ao desenvolvimentos de habilidades inerentes às Humanidades ou outras formas de expressão;
- Atividades de extensão que configurem um meio de interação e contato com as necessidades/demandas da comunidade; e
- Outras atividades que se fizerem necessárias aos interesses do Curso e dos acadêmicos e que agreguem a sua formação pessoal e profissional.

5.1.4. CULTURAL

A dimensão cultural passa pela experiência da alteridade, ou seja, a capacidade de estranhamento, o poder de extrapolar ou transcender o mais do mesmo e alcançar o outro, a diversidade, as diferenças.

Extrapolando as peculiaridades inerentes ao processo de formação jurídica, a parceria entre a Coordenação de Curso e os estudantes, representados pelos diretórios estudantis, Centro Acadêmico de Direito Professor Olyntho Cestari Mancini (CAOM) e Associação Atlética do Curso de Direito do CPTL, possibilitará a





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

realização de atividades e participações em movimentos ou produções culturais dentro e fora da UFMS, como: cafés filosóficos; diálogos entre direito e literatura, direito e cinema; festas ou eventos de integração; jogos jurídicos; rodas de conversa; saraus; shows musicais; teatros etc.

5.1.5. ÉTICA

Sem desconsiderar o significado e a importância das demais dimensões no processo formativo, a dimensão ética é aquela que perpassa todas as atividades do Curso. O sentido ético da alteridade e da comunicação, presente não só na dimensão cultural e no desenvolvimento pessoal dos acadêmicos, é aquilo que faz parte ou compõe a razão de ser do próprio Direito e, de forma especial, um dos principais fundamentos da educação jurídica.

Enquanto atualização concreta e constante dos princípios de liberdade e princípios de justiça, o Direito pressupõe uma formação pessoal e profissional compatível com a aceitação da diversidade e do pluralismo cultural, com o desenvolvimento da cultura do diálogo e o consequente respeito pelas formas democráticas de tomada de decisão, com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Neste sentido, o Curso de Direito do CPTL propõe uma formação acadêmica em que o compromisso com a socialização ou uso responsável do conhecimento, que deve sempre estar à serviço da coletividade, requer que todos os atores que integram o ambiente acadêmico possam se portar eticamente em todos os espaços sociais. Tal compromisso começa com o desenvolvimento de quaisquer atividades acadêmicas até às atividades desenvolvidas no contexto social do Curso.

A correta citação de referências bibliográficas usadas em pesquisas e/ou produção de trabalhos acadêmicos, o respeito na relação acadêmico/professor dentro e fora de sala de aula, o respeito aos prazos e às normas institucionais, a realização de atividades e avaliações sem fraudes tais como o plágio e cópia ilegal de respostas representam alguns exemplos de postura ética em um Curso de Direito. Sobre a ética nas atividades de pesquisa, é ainda possível citar a contribuição do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFMS.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul foi criado no âmbito desta Instituição pela Instrução de Serviço nº 05, de 18 de fevereiro 1997, devidamente credenciado para exercer suas finalidades junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), do Ministério da Saúde, desde o dia 18 de março de 1997.

Conforme Resolução CNS 446, de 12 de dezembro de 2012, pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à apreciação do Sistema CEP/Conep, que ao analisar e decidir, se torna corresponsável por garantir a proteção dos participantes. Os CEPs são colegiados interdisciplinares e interdependentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é um órgão consultivo, educativo e fiscalizador. Os trâmites e processos dentro do Comitê de Ética seguem as normas estabelecidas nas resoluções e regulamentos próprios do comitê.

5.1.6. SOCIAL

Identificando nos conflitos de interesse uma das principais causas ou razões do fenômeno jurídico, as ações pedagógicas do Curso de Direito do CPTL serão norteadas pela ideia de que a função social do Direito é gerir e não necessariamente eliminar os conflitos ou diferenças sociais.

Considerando o atual cenário de interdependência econômica global e eventual enfraquecimento do Estado-nação, necessidades sustentáveis de





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

desenvolvimento humano e social, o advento de novas tecnologias no campo da informação ou comunicação, as atuais transformações no mercado de serviços jurídicos, o Curso encontrará seu ponto de apoio na relação necessária entre Direito, cidadania, desenvolvimento e gestão de conflitos, formando sujeitos socialmente engajados e conscientes de que a cooperação e a alteridade são caminhos inevitáveis para a construção de sociedades justas, pacíficas e solidárias.

Além de outras competências, o Curso enfatizará o desenvolvimento da cultura do diálogo, a capacidade de ouvir e respeitar as diferenças, a valorização das formas consensuais de solução de conflitos.

5.2. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTERDISCIPLINARES

O processo formativo será norteado por abordagens interdisciplinares de conteúdos e pela triangulação metodológica entre diferentes estratégias de aprendizagem, como o uso de metodologias ativas e/ou participativas, fazendo dos acadêmicos agentes ou sujeitos ativos em seu processo de formação. Importante destacar que as atividades serão permeadas por temas transversais e pelos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

As temáticas Direitos Humanos, Educação Especial, Educação Ambiental, História Africana, Indígena e Afro-brasileira, Relações Étnico Raciais, Relações entre Ciência e Tecnologia e Sociedade e Ética serão tratadas por meio da abordagem direta em disciplinas específicas, mas também em outras disciplinas do Curso por meio da contextualização do conhecimento utilizando-se situações problematizadoras nas quais estes aspectos sejam discutidos. Esta discussão se dará nos exemplos, exercícios, situações de ensino, trabalhos produzidos pelos alunos e assim por diante.

De forma mais específica, a temática Educação Especial será abordada nas seguintes disciplinas: Deficiência, Direito e Inclusão; Direito e Educação; Educação Especial; Educação em Direitos Humanos. A temática Educação Ambiental será abordada em disciplinas como Direito Ambiental, Direito Internacional Público, entre outras. As temáticas História Africana, Indígena e Afro-brasileira e Relações Étnico Raciais serão abordadas nas disciplinas História do Direito, Sociologia Jurídica, Direitos dos Povos, Educação das relações étnico-raciais. Já a temática Relações entre Ciência e Tecnologia e Sociedade e Ética será diretamente abordada na disciplina de Introdução à Metodologia da Pesquisa Científica; Direito Digital e Processo Judicial Eletrônico; Direito Digital e Tecnológico; Métodos e Técnicas de Pesquisa em Direito.

5.3. ESTRATÉGIAS PARA INTEGRAÇÃO DAS DIFERENTES COMPONENTES CURRICULARES

A concepção curricular então proposta não confere primazia a um eixo ou atividade em detrimento de outro(a)s. Ao contrário, entende que a interação de saberes e práticas é um caminho necessário para a realização de um processo pedagógico de qualidade, capaz de formar sujeitos éticos e criativos, social e politicamente engajados, que saibam respeitar as diferenças, prevenir e solucionar conflitos de interesses, zelar pela paz e pela realização da justiça em suas diferentes formas de manifestação: redistribuição, reconhecimento ou representação.

Neste sentido, é importante destacar o diálogo entre os diferentes componentes curriculares: os conteúdos de formação fundamental, por exemplo, estão presentes em quaisquer disciplinas dos eixos de formação prática e profissional como em quaisquer atividades de ensino, pesquisa e extensão. O propósito é que, em qualquer componente curricular, os acadêmicos sejam capazes





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

de refletir sobre os problemas sociais que afetam o campo jurídico e sua relação necessária com os demais campos ou áreas do conhecimento.

Tal orientação pressupõe, por oportuno, a realização de um programa de formação continuada docente e a constante atualização do projeto pedagógico de curso. Além disso, o Núcleo Docente Estruturante e a Coordenação de Curso promoverão, periodicamente, o diálogo entre os diferentes componentes curriculares através de oficinas, reuniões de trabalho e seminários de integração. O Colegiado de Curso promoverá as seguintes ações para promover a integração entre as componentes curriculares:

- Seminários integradores entre os docentes do Curso antes do início de cada ano letivo. Esses seminários têm por objetivo a apresentação, por parte dos docentes, de seus planejamentos para o ano letivo, de modo a buscar sinergias e temáticas comuns às disciplinas alocadas no mesmo semestre letivo e disciplinas que compõem os diferentes eixos de formação.

- Reuniões de Trabalho (*Workshops*) com especialistas em Didática para a discussão de temáticas relacionadas ao ensino do Direito. Estas reuniões trarão aos docentes, técnicos - administrativos em educação e discentes temáticas atuais na Didática do Ensino de Direito e a discussão sobre como essas temáticas são trabalhadas ou como podem ser contempladas no currículo do Curso.

- Encontros semestrais entre docentes de um mesmo semestre para analisar a situação de alunos com problemas com a aprendizagem dos conteúdos disciplinares. Nestes encontros, acadêmicos com problemas de aprendizagem em uma ou mais disciplinas terão sua situação analisada e buscar-se-ão alternativas para que essas dificuldades sejam superadas.

- Elaboração de avaliações do Curso entre estudantes e docentes e sua discussão com o grupo de docentes que ministram disciplinas no Curso. Por meio da avaliação permanente do Curso e a discussão com a comunidade dos resultados da avaliação, o Colegiado de Curso promoverá a reflexão sobre o andamento das atividades acadêmicas e o que precisa ser ajustado nos componentes curriculares e entre os componente curriculares.

- Produção de materiais didáticos que contemplem temáticas interdisciplinares por meio de projetos de ensino desenvolvidos pelos estudantes. A partir da elaboração desses materiais, pretende-se que os acadêmicos coloquem em diálogo os conhecimentos adquiridos nas disciplinas desenvolvidas naquele semestre e em semestres anteriores.

- Seminários integradores com os estudantes do Curso, docentes e servidores técnicos - administrativos em educação. O objetivo desses seminários é a discussão de dificuldades encontradas para o desenvolvimento das atividades do Curso e a construção coletiva de soluções para essas dificuldades.

5.4. PERFIL DESEJADO DO EGRESSO

O egresso deve ser um profissional eclético, consciente dos princípios éticos, científicos e de cidadania que necessitam ser constantemente aprimorados e praticados no exercício profissional.

No sentido amplo, deve possuir visão globalizada dos aspectos sociais, culturais e administrativos relacionados às diferentes áreas de formação. Deve ser capaz de exercer sua profissão, inserido no contexto social, acompanhar a evolução do conhecimento em sua área, ser comprometido com o desenvolvimento regional e com as questões ligadas à sustentabilidade ambiental e responsabilidade social. Deve também ser capaz de identificar e exercer sua profissão de acordo com as demandas locais, regionais e nacionais, bem como trabalhar em equipe interdisciplinar e multiprofissional. Seguindo essa orientação, o egresso do Curso de Direito do CPTL/UFMS deverá ser um cidadão ou cidadã com sólida formação técnica, ética e humanística, capaz de gerir conflitos e dirimir problemas sociais,





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

comprometendo-se com o ideal de justiça, com o desenvolvimento da sociedade brasileira e com os valores de um Estado Democrático de Direito.

Além de atuar no universo forense, poderá participar da formulação de políticas públicas, prestar atividades de consultoria no âmbito dos negócios privados e/ou relações transnacionais, mediar conflitos de interesses, assessorar organismos da sociedade civil etc. Independentemente das eventuais possibilidades profissionais, o egresso deverá ser imbuído de um espírito analítico aguçado, senso crítico, capacidade de comunicação e argumentação, habilidades de negociação e, sobretudo, criatividade para enfrentar e resolver problemas contemporâneos.

5.5. OBJETIVOS

No que concerne aos objetivos, o Curso propõe a formação de sujeitos autônomos, críticos e criativos, que saibam enfrentar os desafios do mundo contemporâneo e as exigências advindas do mercado do trabalho, sendo capazes de:

- a) Compreender a função social e política do Direito em uma sociedade plural e democrática;
- b) Refletir sobre as peculiaridades do campo jurídico e interagir com as demais áreas ou formas de produção do conhecimento;
- c) Construir a cultura do diálogo, viabilizando modelos consensuais de gestão de conflitos e promovendo sociedades pacíficas e inclusivas;
- d) Identificar demandas sociais e prestar serviços/ações à comunidade, comprometendo-se com formas sustentáveis de desenvolvimento;
- e) Exercer a cidadania, capacitando-se para cuidar do meio ambiente local, regional e global, em busca do equilíbrio do meio;
- f) Agir em defesa da dignidade humana em busca da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- g) Valorizar o desenvolvimento de práticas inovadoras e fomentar ações empreendedoras.

5.6. METODOLOGIAS DE ENSINO

A execução do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) pressupõe a desconstrução de práticas homogeneizadoras, de caráter conteudista, pautadas em aulas predominantemente expositivas, com pouca interação e em desrespeito às individualidades. As metodologias de ensino devem promover o desenvolvimento de competências e habilidades que permitam aos discentes uma remodelagem mental do objeto estudado, um processo significativo em que a informação deve ser relacionada a algum(s) aspecto(s) substancial, valorizando elementos como: afetividade, entusiasmo, expressividade, imaginação, senso crítico e trocas.

A proposta pedagógica se ampara, portanto, em uma abordagem crítica dos conteúdos, concebida numa formação humanística e profissional, considerando a trans/multi/interdisciplinaridade, flexibilização e integração teórico-prática, possibilitando experiências de aprendizagem em um contexto real, onde a teoria e a prática se (inter)relacionam com a realidade histórica e política. Pauta-se em metodologias ativas que preconizam a relação entre o ensino e o contexto global, trata-se de uma dinâmica interativa entre docentes e discentes (VASQUEZ, 2007).

Neste sentido, é possível citar: a) o ensino híbrido ou *blended*, que integra os espaços físicos da universidade com os ambientes virtuais; b) a aprendizagem baseada em projetos (*project-based learning* – PBL), pautada na autonomia, no trabalho em equipe, na liderança e na solução de problemas; c) a aprendizagem baseada em problemas (*problem based learning* – PBL), pauta-se na aprendizagem colaborativa para solucionar situações-problema e desafios, podendo ou não fazer uso de tecnologias e/ou outros recursos para tal escopo, incentivando a habilidade de investigar, refletir e criar perante a uma situação; d) aprendizagem entre times





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

(*team based learning – TBL*), pauta-se na aprendizagem através de um estudo de caso, em que os alunos, em equipes, vão compartilhar ideais e fazer em conjunto, levando os discentes a aprender uns com os outros, através de pensamento crítico a ser construído por discussões e reflexões em grupos.

A opção pela utilização de metodologias ativas e/ou participativas, rompendo com o ensino jurídico tradicional, fundado em aulas expositivas e centrado na figura do professor como detentor do conhecimento, é um grande desafio ante as questões atinentes a espaços físicos, quantitativo aluno/turma, o uso de novas tecnologias, entre outras. Não entanto, levando-se em consideração a complexidade das questões sociais e jurídicas que serão postas aos egressos do Curso, tais paradigmas educacionais desenvolvem nos discentes as competências e habilidades preconizadas neste PPC, uma vez que possibilitam a democratização, a difusão e a produção do conhecimento.

Em se tratando de um processo dinâmico e interativo, prima-se pela formação que integre a teoria e a prática, na (co)relação entre os conteúdos de forma inter/trans/multi e conectado com a realidade, efetivando o tríduo do ensino superior ensino/pesquisa/extensão. Importante destacar a disponibilidade de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), mantido pela Divisão de Inovação de Tecnologias Educacionais (Dinov), da Secretaria Especial de Educação à Distância (Sead), para facilitar a interação acadêmica entre professores e estudantes e o desenvolvimento das metodologias supracitadas.

Consoante políticas de educação inclusiva vigentes no país, especial atenção deve ser dada às metodologias voltadas ao atendimento de necessidades especiais (permanentes ou temporárias), respeitando-se a Resolução Cograd nº. 550, de 20 de novembro de 2018, que estabelece o Regime Especial consiste em atividades realizadas no espaço domiciliar, hospitalar ou escolar, atribuídos como compensação pela ausência às aulas.

Sobre a atenção voltada aos acadêmicos com dificuldades de aprendizagem, que possam demandar quaisquer tipos de necessidades educacionais especiais; a acadêmicos com altas habilidades/superdotação ou acadêmicos com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA), de acordo com recomendação da Lei nº 12.764/2012, as metodologias a serem utilizadas estão sujeitas a variar de acordo com as necessidades específicas de cada estudante, considerando seus pontos fortes e habilidades a serem desenvolvidas, bem como sua trajetória escolar e estratégias anteriormente desenvolvidas diante de suas necessidades.

Para a situação que se apresentar durante o curso de graduação na UFMS, serão observadas as demandas identificadas pelos acadêmicos e por seus professores e considerados os princípios do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que visa oferecer meios para que os grupos citados (pessoas com deficiências, altas habilidades e TEA) possam ter subsídios que garantam o acesso, a permanência e o sucesso na formação do Ensino Superior.

A metodologia de ensino do AEE é dinâmica, pois analisa o resultado das ações a fim de se manter o que favorece o desempenho acadêmico e/ou planejar novas ações. Tais ações ocorrem por meio da parceria dos cursos de graduação com a Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis Diaaf/Proaes. A metodologia do ensino nas aulas regulares dos cursos da UFMS também segue estas diretrizes, pois cabe à equipe da Diaaf, quando solicitada, formular orientações referentes às necessidades educacionais especiais dos estudantes com deficiências, altas habilidades e/ou TEA, ajudando os docentes e as coordenações de curso a elaborar estratégias que permitam um ensino mais inclusivo.

No que concerne às atividades de estágio, o Escritório Modelo de Assistência Judiciária (Emaj) do Curso de Direito do CPTL foi concebido sob a ótica





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

de uma estrutura multiportas para a solução de conflitos, encampando estratégias de ensino preocupadas com o desenvolvimento de competências, que buscam a integração e exploração dos conteúdos dogmáticos, a partir de situações-problema reais ou simulados da prática profissional, com estímulo para o desencadeamento do processo ensino-aprendizagem previstos no projeto pedagógico, atendendo perspectivas para formação técnico-jurídica, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação inerentes as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação com vistas às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de mediação e conciliação.

Diante deste contexto, as práticas jurídicas reais e simuladas são desenvolvidas em laboratórios concebidos, no âmbito da estrutura administrativa do Emaj do Curso de Direito do CPTL, bem como demais espaços necessários, como: salas de aula, anfiteatros, ambientes externos, entre outros, seguindo regulamentos e normas pertinentes.

No Emaj do Curso de Direito do CPTL, cada laboratório tem um regulamento próprio para o desenvolvimento de atividades em seu respectivo âmbito. Cabe ressaltar que, obrigatoriamente, três laboratórios são estruturas permanentes do Curso, sendo eles: o Núcleo de Apoio e Assistência Judiciária (Naaj/CPTL) e o Núcleo de Mediação e Conciliação (NMC/CPTL) e o Laboratório de Desenvolvimento Humano (LDH/CPTL). No Naaj são realizadas atividades jurídicas reais e/ou simuladas de acompanhamento processual e atendimento à população. No NMC são realizadas atividades jurídicas reais e/ou simuladas envolvendo formas consensuais de solução de conflitos, entre as quais mediação, conciliação e arbitragem. No LDH são concentradas atividades jurídicas reais e simuladas de Ensino/Pesquisa/Extensão que visam promover o desenvolvimento humano por meio do fortalecimento do exercício da cidadania e das instituições democráticas que promovam a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, bem como a dignidade humana.

As avaliações periódicas das atividades têm o objetivo de apresentar subsídios e indicativos para o planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo, das atividades de práticas jurídicas reais e simuladas, incluindo-se visitas orientadas.

Ao final de cada ano serão apresentados relatórios que apresentem a relação do atendimento dos objetivos previamente estabelecidos para cada período e o atendimento da demanda interna do Curso, bem como da externa, constituída pela comunidade local e regional. Os relatórios subsidiarão os indicativos para as avaliações, que serão utilizadas para análise da necessidade de criação de novos laboratórios ou expansão dos já existentes, bem como a revisão de estratégias adotadas e o planejamento de ações que visem aprimorar eventuais atividades que tenham apresentado fragilidades ou a potencialização daquelas que se mostraram eficientes em um contínuo processo de aprimoramento e atualização das demandas do Curso.

Todas as disciplinas do Curso poderão ter uma parte (módulos de 17h) ou o total de sua carga horária ofertada na modalidade a distância, observadas as normativas pertinentes. As disciplinas ofertadas a distância poderão prever algumas atividades necessariamente presenciais.

As disciplinas ofertadas parcial ou totalmente a distância, além de utilizar as metodologias propostas para todo o curso, utilizarão o Ambiente Virtual de Aprendizagem da UFMS - Moodle (AVA UFMS), regulamentado pela instituição. Nesse sentido poderão ser utilizados recursos tecnológicos e educacionais abertos, em diferentes suportes de mídia, visando o desenvolvimento da aprendizagem





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

autônoma dos estudantes: livros, **e-books**, tutoriais, guias, vídeos, vídeo aulas, documentários, **podcasts**, revistas, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, **apps** para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

Para ofertar disciplinas parcial ou totalmente a distância o professor responsável deverá estar credenciado pela Secretaria Especial de Educação a Distância (Sead).

A tutoria nas disciplinas parcial ou totalmente a distância no curso tem o objetivo de proporcionar aos estudantes um acompanhamento personalizado e continuado de seus estudos, utilizando diferentes tecnologias digitais para orientação, motivação, avaliação e mediação do processo de ensino e aprendizagem, em constante articulação com a Coordenação de Curso, com outros docentes e com outros tutores, quando for o caso. A tutoria poderá ser exercida pelo próprio professor da disciplina.

A frequência na carga horária a distância nas disciplinas será computada de acordo com as atividades realizadas pelos estudantes. Para cada 17h de carga horária a distância da disciplina, o estudante deve desenvolver, no mínimo, uma atividade avaliativa a distância.

5.7. AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação do processo formativo praticado no Curso de Direito do CPTL/UFMS advém da Resolução nº 550/2018, Cograd, que define os princípios metodológicos e os procedimentos acadêmicos e administrativos para nortear a organização, a estrutura e o funcionamento dos cursos de graduação da UFMS.

Dentre os elementos do processo ensino-aprendizagem, a avaliação apresenta-se como instrumento capaz de aferir conhecimentos, competências e habilidades preceituadas para cada componente da matriz curricular. Possibilita a apreciação e análise do rendimento acadêmico dos discentes, diagnosticando de forma individual e/ou coletiva as potencialidades e fragilidades, além dos objetivos propostos por cada disciplina e pelo Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

A avaliação do processo formativo, pelos dados coletados pelos docentes, através de um trabalho sistemático e com diversidade de instrumentos, que contemplam conceitos, procedimentos, entre outros aspectos trabalhados ao longo de um período letivo, permite verificar se os objetivos de ensino foram ou não alcançados, possibilitando ao docente orientar, acompanhar e mediar a construção de conhecimentos, atitudes e valores necessários à formação de competências políticas, éticas e técnicas inerentes à formação no Curso de Direito.

Por se tratar de um ato formal, cada componente curricular e cada docente deve especificar de forma objetiva os critérios e metodologias avaliativas, a composição e integralização da nota, as formas de (auto)reflexão dos resultados obtidos. A formalização dos resultados tem caráter somativo, englobando presença e aproveitamento nas atividades de ensino dos componentes curriculares disciplinares.

A definição dos instrumentos avaliativos, critérios, metodologias de avaliação e sua composição é uma decisão de cada docente, pautada no PPC, no plano de ensino dos componentes curriculares e suas especificidades. Todavia, compete ao docente apresentar tais dados aos discentes no início de cada semestre letivo, tendo em vista que docentes e discentes são os sujeitos do processo ensino-aprendizagem, possibilitando que os dados aferidos na avaliação indiquem mecanismos e caminhos a serem percorridos para alcançar o objetivo comum: aprendizagem significativa e de qualidade.

Em relação às avaliações para discentes da educação especial, no caso do autismo ou de outros estudantes público-alvo da Educação Especial, a Divisão de





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Acessibilidade e Ações Afirmativas (Diaaf) os identifica por meio do Sistema de Controle Acadêmico. A partir da identificação, a Diaaf entra em contato com os discentes para diálogo e confirmação de dados, bem como para elaborar/planejar o atendimento que ele necessita no que diz respeito ao suporte para que sua vida acadêmica na Universidade possa ocorrer da melhor forma possível.

6. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

6.1. ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DE CURSO

De acordo com o Art. 47, do Estatuto da UFMS, aprovado pela Resolução nº 35, Coun, de 13 de maio de 2011, e pelo Regimento Geral da UFMS (Art. 16, Seção I do Capítulo V) a Coordenação de Curso do Curso de Graduação será exercida em dois níveis:

- a) Em nível deliberativo, pelo Colegiado de Curso;
- b) Em nível executivo, pelo Coordenador de Curso.

De acordo com o Art. 14, do Regimento Geral da UFMS, aprovado pela Resolução nº 78, Coun, de 22 de setembro de 2011, o Colegiado de Curso, definido como unidade didático-científica, é responsável pela supervisão das atividades do curso e pela orientação aos acadêmicos.

Ainda de acordo com o Regimento da UFMS, compõem o Colegiado de Curso de Graduação: I - no mínimo quatro e no máximo seis representantes docentes integrantes da Carreira do Magistério Superior, eleitos pelos professores do quadro que ministram ou ministraram disciplinas ao curso nos quatro últimos semestres letivos, com mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução; e II - um representante discente, regularmente matriculado no respectivo curso, indicado pelo Centro Acadêmico ou em eleição direta coordenada pelos estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

O Art. 16 do Regimento estabelece que ao Colegiado de Curso de Graduação compete: I - garantir que haja coerência entre as atividades didático-pedagógicas e as acadêmicas do curso com os objetivos e o perfil do profissional definidos no Projeto Pedagógico do Curso; II - deliberar sobre normas, visando à compatibilização dos programas, das cargas horárias e dos planos de ensino das disciplinas componentes da estrutura curricular com o perfil do profissional objetivado pelo curso; III - deliberar sobre as solicitações de aproveitamento de estudos; IV - deliberar sobre o plano de estudos elaborado pelo Coordenador de Curso; V - deliberar, em primeira instância, sobre o Projeto Pedagógico do Curso; VI - manifestar sobre as propostas de reformulação, de desativação, de extinção ou de suspensão temporária de oferecimento de curso ou de habilitação; e VII - deliberar, em primeira instância, sobre projetos de ensino.

6.2. ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

De acordo com a Resolução nº 537/2019, Cograd:

Art. 6º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

- I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II - propor estratégias de integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - sugerir ações no PPC que contribuam para a melhoria dos índices de desempenho do curso;
- IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação;
- V - atuar no acompanhamento, na consolidação, na avaliação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso, na realização de estudos visando





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

a atualização periódica, a verificação do impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e na análise da adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e

VI - referendar e assinar Relatório de Adequação de Bibliografia Básica e Complementar que comprove a compatibilidade entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, nas bibliografias básicas e complementares de cada Componente Curricular.

VII – Elaborar a cada 2 anos relatório de acompanhamento do PPC.

6.3. PERFIL DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Segundo o art. 52. do Estatuto da UFMS, o Coordenador de Curso de Graduação será um dos membros docentes do Colegiado de Curso, eleito pelos professores do quadro que ministram ou ministraram disciplinas ao curso nos quatro últimos semestres letivos e pelos acadêmicos nele matriculados, obedecida a proporcionalidade docente estabelecida em lei, com mandato de dois anos, sendo permitida uma única recondução para o mesmo cargo.

O Coordenador de Curso deverá ser professor, preferencialmente com o título de Mestre ou Doutor, com formação específica na área de graduação ou pós-graduação **stricto sensu**, correspondente às finalidades e aos objetivos do curso, lotado na Unidade da Administração Setorial de oferecimento do curso. Como sugestão para uma boa gestão, o Coordenador poderá, em seu período de exercício, fazer o Curso de Capacitação para Formação de Coordenadores de Curso ofertado pela Secretaria Especial de Educação a Distância (Sead).

6.4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A organização acadêmico-administrativa no âmbito da UFMS encontra-se descrita no Manual de Competências UFMS 2020. Disponível pelo link: <https://www.ufms.br/manual-de-competencias/>.

O controle acadêmico encontra-se atualmente informatizado e disponibilizado aos professores e às Coordenações de cada curso de graduação. O acesso ao Sistema de Controle Acadêmico e Docente (Siscad) funciona como um diário eletrônico com senha própria e acesso através de qualquer computador ligado à Internet. Nele, os professores lançam o plano de ensino de cada disciplina, o calendário de aulas, ausências e presenças, o critério e fórmula de cálculo das diferentes avaliações e o lançamento de notas e conteúdos.

O sistema Siscad permite a impressão de listas de chamada ou de assinatura na forma do diário convencional, o quadro de notas parcial ou final do período letivo e a ata final, com a devida emissão do comprovante, é enviada eletronicamente para a Divisão de Controle Escolar (Dice), divisão subordinada à Coordenadoria de Administração Acadêmica (CAA), vinculada à Pró-reitoria de Graduação (Prograd), responsável pela orientação e acompanhamento das atividades de controle acadêmico, como execução do controle e a manutenção do sistema de controle acadêmico, conferência dos processos de prováveis formandos e autorização da colação de grau.

Havendo diligências no processo de colação como falta de integralização curricular, ou pendência em relação às obrigações do acadêmico perante a instituição, o processo volta para a Unidade de Origem, que é responsável por preparar os documentos para cerimônia de colação de grau, não havendo pendências em relação às suas obrigações perante a instituição, a mesma ata é impressa e, depois de assinada, é arquivada eletronicamente no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para eventual posterior comprovação.

A Coordenação de Curso tem acesso a qualquer tempo aos dados das disciplinas, permitindo um amplo acompanhamento do desenvolvimento e





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

rendimento dos acadêmicos do Curso, por meio dos seguintes relatórios:

- Acadêmicos por situação atual;
- Acadêmicos que estiveram matriculados no período informado;
- Histórico Escolar do acadêmico em todo o Curso ou no período letivo atual;
- Relação dos acadêmicos por disciplina;
- Relação dos endereços residenciais, título eleitoral e demais dados cadastrais dos acadêmicos;
- Relação dos acadêmicos com respectivo desempenho no Curso comparando seu desempenho individual com a média geral do Curso.

É disponibilizado ainda neste Sistema, um programa específico para verificação da carga horária cumprida pelos acadêmicos dos cursos avaliados pelo Enade, com a finalidade de listar os acadêmicos habilitados, das séries iniciais e da última, conforme a Portaria MEC de cada ano que regulamenta a sua aplicação.

No âmbito das Unidades de Administração Setorial os cursos de graduação da UFMS contam com o apoio das Coordenações de Gestão Acadêmicas (Coac), que realizam o controle acadêmico, emissão de históricos escolares, documentos acadêmicos e outros assuntos pertinentes.

As atividades de apoio administrativo pertinentes às coordenações de curso são executadas pela Coac, dentre elas organizar e executar as atividades de apoio administrativo necessários às reuniões dos Colegiados de Curso, providenciar a publicação das Resoluções homologadas nas reuniões do colegiado, colaborar na elaboração do horário de aula e ensalamento, auxiliar no lançamento da lista de oferta de disciplinas no Siscad, orientar os coordenadores de curso sobre os candidatos à monitoria.

O planejamento pedagógico do Curso, bem como, distribuição de disciplina, aprovação dos planos de ensino, entre outros é realizado pelo Colegiado de Curso. Além disso, o Colegiado de Curso, bem como a coordenação acompanha o desenvolvimento do PPC para que todas as componentes curriculares sejam atendidas.

6.5. ATENÇÃO AOS DISCENTES

A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes) é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação da política estudantil da UFMS e das atividades dirigidas aos estudantes. O desenvolvimento de políticas está organizado em três eixos: atenção ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, integração estudantil e assistência à saúde, e incentivo ao desenvolvimento profissional.

Estão vinculadas à Proaes: a Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE) e a Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional e Inclusão (CDPI).

A CAE é a unidade responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação da política de assistência estudantil, alimentação saúde e acompanhamento das ações dirigidas ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Está estruturada em três divisões:

- Divisão de Assistência ao Estudante (Diase): é a unidade responsável pelo atendimento, orientação e acompanhamento aos estudantes participantes de programas e projetos de assistência estudantil. Esta divisão estrutura-se em duas seções:
 - Seção de Atendimento ao Estudante (Seae): é a unidade responsável pelo atendimento e orientação aos estudantes participantes de programas de assistência estudantil.
 - Seção de Acompanhamento dos Auxílios (Seaa): é a





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

unidade responsável pelo acompanhamento na execução dos auxílios de assistência estudantil.

- Divisão de Alimentação (Diali): É a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção a alimentação dos estudantes da UFMS.
- Divisão de Saúde (Disau): É a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção à saúde dos estudantes da UFMS.

A CDPI é a unidade responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação de políticas e estratégias relacionadas às ações afirmativas, acessibilidade, estágios, egressos e de integração com os estudantes. Está estruturada em três divisões:

- Divisão de Desenvolvimento Profissional e Egressos (Didep): é a unidade responsável pela supervisão das ações de acompanhamento profissional dos egressos e pelo monitoramento dos acordos e/ou termos de cooperação relativos a estágio.
- Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Diaaf): é a unidade responsável pelo desenvolvimento das ações voltadas à acessibilidade, ações afirmativas e serviço de interpretação em Libras visando à inclusão dos estudantes na UFMS. Esta divisão estrutura-se em três seções:
 - Seção de Acessibilidade (Seace): é a unidade responsável pela execução e acompanhamento da política de acessibilidade no âmbito da UFMS.
 - Seção de Ações Afirmativas e Monitoramento de Cotas (Seafi): É a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações que promovam políticas afirmativas na UFMS.
 - Seção de Libras (Selib): é a unidade responsável pelo gerenciamento do serviço de interpretação em Libras, pela execução e acompanhamento das políticas de acessibilidade para Surdos no âmbito da UFMS.
- Divisão de Integração (DIINT): é a unidade responsável pela recepção dos estudantes na UFMS e pela sua integração na vida universitária bem como pela articulação com instituições de representação discente visando o acolhimento, à permanência e qualidade de vida estudantil.

No âmbito de cada Câmpus, de forma a implementar e acompanhar a política de atendimento aos acadêmicos promovida pela Proaes/RTR, os discentes recebem orientação e apoio por meio de atividades assistenciais, psicológicas, sociais e educacionais.

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (Proece) é a unidade responsável pelo planejamento, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de extensão, cultura e esporte na Universidade.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propp) é a unidade ligada à pesquisa e pós-graduação no âmbito da UFMS, oferece mediante edital anual, vagas aos cursos de pós-graduação **lato sensu** e **stricto sensu** e bolsas de iniciação científica aos acadêmicos que se inscrevem para essa atividade, mediante elaboração de um plano de trabalho vinculado a um projeto de pesquisa coordenado por um docente do Curso.

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Prograd) é a unidade responsável pela administração, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de ensino de graduação. A Prograd promove a participação dos acadêmicos em programas de Mobilidade Acadêmica, oportunizando a complementação de estudos e enriquecimento da formação acadêmica por meio de





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

componentes curriculares e pela experiência de entrar em contato com ambientes acadêmicos diferentes e com as diversidades regionais do nosso país. Há também a possibilidade de mobilidade internacional, na forma de intercâmbio, que possibilita o aprimoramento da formação acadêmica e humana, por meio da imersão cultural em outro país, oportunizando a troca de experiências acadêmicas que contribuam para o fortalecimento dos conhecimentos técnicos, científicos e profissionais.

Quanto ao apoio pedagógico, além das monitorias semanais oferecidas pelos acadêmicos (orientados pelos professores) que se destacam pelo bom rendimento em disciplinas, os docentes do Curso disponibilizam horários especiais aos acadêmicos para esclarecimento de dúvidas relativas aos conteúdos das disciplinas em andamento.

O Colegiado de Curso, juntamente com a Coordenação pode constatar se o acadêmico precisa de orientação psicológica. Nesse caso, o discente é encaminhado à Seção de Psicologia da Proaes para o atendimento psicológico e outras providências.

No caso da necessidade de acompanhamento psicopedagógico, a coordenação do Curso solicitará ao setor competente as medidas cabíveis para orientação psicopedagógica ao discente, conforme necessidade.

Os acadêmicos do Curso, além dos egressos, são estimulados a participarem de eventos acadêmicos e culturais, tanto aqueles promovidos pelos docentes do próprio Curso, quanto aqueles externos à UFMS. Para tanto, os docentes promovem ampla divulgação dessas possibilidades, tanto nos murais, quanto por meio de cartazes, **e-mails** e redes sociais. Os acadêmicos e egressos também são estimulados a participarem em congressos e simpósios com apresentação de trabalhos, com a orientação dos docentes do Curso, podendo divulgar, assim, suas pesquisas. Os trabalhos dos acadêmicos são divulgados tanto por meio de cadernos de resumos apresentados em congressos quanto em revistas dirigidas a esse público-alvo.

O Curso mantém uma base de dados sobre informações dos egressos, de forma a acompanhar a atuação destes e avaliar o impacto do Curso na sociedade local e regional. Incentiva-se a participação de egressos nas atividades acadêmico-artísticas realizadas pelo Curso.

Ainda quanto à atenção aos discentes, a UFMS dispõe de várias modalidades de bolsas disponíveis, dentre elas: a Bolsa Permanência que visa estimular a permanência do acadêmico no Curso e cujos critérios de atribuição são socioeconômicos; a Bolsa Alimentação para as Unidades que não contam com Restaurante Universitário. Além destes auxílios, são desenvolvidos os seguintes Projetos no âmbito da instituição: Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior, Brinquedoteca, atendimento e apoio ao acadêmico, nutrição, fisioterapia e odontologia, inclusão digital, incentivo à participação em eventos, passe do estudante, recepção de calouros, suporte instrumental.

Existem ainda, outras modalidades de bolsas na UFMS que estimulam a participação do acadêmico em ações de extensão, ensino e pesquisa, como: bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), bolsas de monitoria de ensino de graduação, Programa de Educação Tutorial (PET), bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e bolsas de extensão.

Nos últimos anos tem sido verificada carência na formação básica dos discentes, especialmente em língua portuguesa, química e matemática, o que dificulta o processo ensino-aprendizagem. Objetivando minimizar esse problema, Cursos de Nivelamento em Matemática, Língua Portuguesa e Química serão oferecidos via Projeto de Ensino de Graduação (PEG), obedecendo a resolução vigente. Tais Cursos de Nivelamento serão oferecidos aos discentes, em horário extracurricular, no primeiro semestre de cada ano e/ou em período especial, via Sistema de Ensino a Distância da UFMS. Além disso, de acordo com a necessidade





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

e ao longo do Curso, reforço pedagógico será aplicado por meio de monitorias nas disciplinas curriculares.

7. CURRÍCULO

7.1. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL	
Antropologia Jurídica	68
Economia	68
Filosofia do Direito	68
História do Direito	68
Psicologia Aplicada ao Direito	68
Sociologia Jurídica	68
Teoria do Estado	68
Ética Profissional	34
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Direito Administrativo I	68
Direito Administrativo II	68
Direito Constitucional I	68
Direito Constitucional II	68
Direito Constitucional III	68
Direito Contratual	68
Direito Empresarial I	34
Direito Empresarial II	68
Direito Empresarial III	68
Direito Internacional Privado	68
Direito Internacional Público	68
Direito Penal – Parte Especial I	68
Direito Penal – Parte Especial II	68
Direito Previdenciário II	34
Direito Previdenciário I	34
Direito Processual Civil I	68
Direito Processual Civil II	68
Direito Processual Civil III	68
Direito Processual Civil IV	68
Direito Processual Civil V	68
Direito Processual Constitucional	34
Direito Processual Penal I	34
Direito Processual Penal II	68





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Direito Processual Penal III	68
Direito Processual do Trabalho	68
Direito Tributário I	68
Direito Tributário II	68
Direito das Coisas	68
Direito das Obrigações	68
Direito das Sucessões	68
Direito de Família	68
Direito do Trabalho I	68
Direito do Trabalho II	68
Formas Consensuais de Solução de Conflitos	34
Responsabilidade Civil	68
Teoria Constitucional	68
Teoria do Direito	68
Teoria do Direito Penal I	68
Teoria do Direito Penal II	68
Teoria do Direito Privado I	68
Teoria do Direito Privado II	68
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PRÁTICA	
Estágio Obrigatório – Prática Real I	34
Estágio Obrigatório – Prática Real II	34
Estágio Obrigatório – Prática Real III	34
Estágio Obrigatório – Prática Real IV	34
Estágio Obrigatório – Prática Simulada I	34
Estágio Obrigatório – Prática Simulada II	34
Estágio Obrigatório – Prática Simulada III	34
Estágio Obrigatório – Prática Simulada IV	34
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR OBRIGATÓRIA	
Direito Ambiental	68
Direito Digital e Tecnológico	34
Direitos Humanos	68
Introdução à Metodologia da Pesquisa em Direito	34
Linguagem Jurídica	34
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Direito	34





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
COMPLEMENTARES OPTATIVAS	
Para integralizar o Curso, o acadêmico deverá cursar, no mínimo, 136 horas em componentes curriculares optativas.	
Acesso à Justiça	34
Administração Aplicada ao Direito	34
Análise Econômica do Direito	34
Arbitragem	34
Biodireito e Bioética	34
Conflitos Socioambientais	68
Controle Judicial da Administração Pública	68
Criminologia	34
Deficiência, Direito e Inclusão	34
Direito Agrário	34
Direito Civil e Literatura	34
Direito Comunitário	34
Direito Condominial	34
Direito Constitucional Comparado	34
Direito Constitucional Subnacional	34
Direito Constitucional e Literatura	34
Direito Desportivo	34
Direito Digital e Processo Judicial Eletrônico	34
Direito Econômico e Concorrencial	34
Direito Eleitoral	68
Direito Financeiro	34
Direito Imobiliário	34
Direito Internacional Humanitário	34
Direito Portuário	34
Direito Processual Tributário	34
Direito da Criança e do Adolescente	34
Direito da Pessoa Idosa	34
Direito da Propriedade Intelectual	34
Direito das Organizações Internacionais	34
Direito das Águas	34
Direito de Trânsito	34
Direito de Vizinhança	34
Direito do Consumidor	34
Direito dos Animais	34
Direito dos Povos	34





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
COMPLEMENTARES OPTATIVAS	
Para integralizar o Curso, o acadêmico deverá cursar, no mínimo, 136 horas em componentes curriculares optativas.	
Direito e Cidade	34
Direito e Educação	34
Direito e Estado	68
Direito e Poder	68
Direito e Saúde	34
Direito Civil e Literatura	34
Estudo de Libras	51
Educação Especial	51
Educação das Relações Étnico-raciais	34
Educação em Direitos Humanos	34
Estatística Aplicada ao Direito – Jurimetria	34
Execução Penal	34
Gênero, Direitos Humanos e Sociedade	34
Hermenêutica Constitucional	68
Hermenêutica Jurídica	68
Juizados Especiais	34
Legislação Especial Penal	68
Medicina Forense	34
Processo Administrativo	34
Temas Especiais de Processo e Democracia	34
Tópicos Especiais de Antropologia Jurídica	34
Tópicos Especiais de Direito Administrativo	34
Tópicos Especiais de Direito Ambiental	34
Tópicos Especiais de Direito Constitucional	34
Tópicos Especiais de Direito Contratual	34
Tópicos Especiais de Direito Digital e Tecnológico	34
Tópicos Especiais de Direito Empresarial	34
Tópicos Especiais de Direito Internacional Privado	34
Tópicos Especiais de Direito Internacional Público	34
Tópicos Especiais de Direito Penal	34
Tópicos Especiais de Direito Processual Civil	68
Tópicos Especiais de Direito Processual Civil Comparado	34
Tópicos Especiais de Direito Processual Empresarial	34
Tópicos Especiais de Direito Processual Penal	34
Tópicos Especiais de Direito Processual do Trabalho	34





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
COMPLEMENTARES OPTATIVAS	
Para integralizar o Curso, o acadêmico deverá cursar, no mínimo, 136 horas em componentes curriculares optativas.	
Tópicos Especiais de Direito Tributário	34
Tópicos Especiais de Direito das Obrigações	34
Tópicos Especiais de Direito das Sucessões	34
Tópicos Especiais de Direito de Família	34
Tópicos Especiais de Direito do Trabalho	34
Tópicos Especiais de Direito e Política	34
Tópicos Especiais de Direitos Humanos	34
Tópicos Especiais de Direitos Reais	34
Tópicos Especiais de Direitos Sociais	34
Tópicos Especiais de Filosofia do Direito	34
Tópicos Especiais de História do Direito	34
Tópicos Especiais de Jurisdição Constitucional	34
Tópicos Especiais de Metodologia da Pesquisa em Direito	34
Tópicos Especiais de Processo Coletivo	34
Tópicos Especiais de Psicologia Aplicada ao Direito	34
Tópicos Especiais de Responsabilidade Civil	34
Tópicos Especiais de Sociologia Jurídica	34
Tópicos Especiais de Teoria do Direito	34
Tópicos Especiais em Formas Consensuais de Solução de Conflitos	34
Tópicos Especiais em Novas Relações Privadas	34
Tópicos de Jurisprudência do Stf	68
Tópicos de Jurisprudência do Stj	68

COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES	CH
I (ACS-ND) Atividades Complementares (OBR)	222
IV (TCC-ND) Trabalho de Conclusão de Curso (OBR)	68
V (Enade) Exame Nacional de Desempenho (OBR)	

7.2. QUADRO DE SEMESTRALIZAÇÃO

ANO DE IMPLANTAÇÃO: A partir de 2021-1

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
1º Semestre						
Filosofia do Direito	68					68
História do Direito	68					68





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
1º Semestre						
Introdução à Metodologia da Pesquisa em Direito	34					34
Linguagem Jurídica	34					34
Teoria do Direito	68					68
Teoria do Estado	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
2º Semestre						
Economia	68					68
Sociologia Jurídica	68					68
Teoria Constitucional	68					68
Teoria do Direito Penal I	68					68
Teoria do Direito Privado I	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
3º Semestre						
Antropologia Jurídica	68					68
Direito Constitucional I	68					68
Direito do Trabalho I	68					68
Psicologia Aplicada ao Direito	68					68
Teoria do Direito Penal II	68					68
Teoria do Direito Privado II	68					68
SUBTOTAL	408	0	0	0	0	408
4º Semestre						
Direito Constitucional II	68					68
Direito das Obrigações	68					68
Direito do Trabalho II	68					68
Direito Internacional Público	68					68
Direito Penal – Parte Especial I	68					68
Direito Processual Civil I	68					68
SUBTOTAL	408	0	0	0	0	408
5º Semestre						
Direito Administrativo I	68					68
Direito Constitucional III	68					68
Direito Contratual	68					68
Direito Penal – Parte Especial II	68					68
Direito Processual Civil II	68					68





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
5º Semestre						
Direito Processual do Trabalho	68					68
SUBTOTAL	408	0	0	0	0	408
6º Semestre						
Direito Administrativo II	68					68
Direito Ambiental	68					68
Direito Processual Civil III	68					68
Direito Processual Penal I	34					34
Direitos Humanos	68					68
Responsabilidade Civil	68					68
SUBTOTAL	374	0	0	0	0	374
7º Semestre						
Direito das Coisas	68					68
Direito Empresarial I	34					34
Direito Processual Civil IV	68					68
Direito Processual Constitucional	34					34
Direito Processual Penal II	68					68
Estágio Obrigatório – Prática Real I	34					34
Estágio Obrigatório – Prática Simulada I	34					34
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Direito	34					34
SUBTOTAL	374	0	0	0	0	374
8º Semestre						
Direito de Família	68					68
Direito Empresarial II	68					68
Direito Processual Civil V	68					68
Direito Processual Penal III	68					68
Estágio Obrigatório – Prática Real II	34					34
Estágio Obrigatório – Prática Simulada II	34					34
Formas Consensuais de Solução de Conflitos	34					34
SUBTOTAL	374	0	0	0	0	374
9º Semestre						
Direito Empresarial III	68					68
Direito Internacional Privado	68					68
Direito Previdenciário I	34					34





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
9º Semestre						
Direito Tributário I	68					68
Estágio Obrigatório – Prática Real III	34					34
Estágio Obrigatório – Prática Simulada III	34					34
SUBTOTAL	306	0	0	0	0	306
10º Semestre						
Direito das Sucessões	68					68
Direito Digital e Tecnológico	34					34
Direito Previdenciário II	34					34
Direito Tributário II	68					68
Estágio Obrigatório – Prática Real IV	34					34
Estágio Obrigatório – Prática Simulada IV	34					34
Ética Profissional	34					34
SUBTOTAL	306	0	0	0	0	306
COMPLEMENTARES OPTATIVAS						
Disciplinas Complementares Optativas (Carga Horária Mínima)						136
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	136
COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES						
I (Acs-nd) Atividades Complementares						222
IV (Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso						68
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	290
TOTAL	3638	0	0	0	0	4064

LEGENDA:

- Carga horária em hora-aula de 60 minutos (CH)
- Carga horária das Atividades Teórico-Práticas (ATP-D)
- Carga horária das Atividades Experimentais (AES-D)
- Carga horária das Atividades de Prática como Componentes Curricular (APC-D)
- Carga horária das Atividades de Campo (ACO-D)
- Carga horária das Outras Atividades de Ensino (OAE-D)





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

PRÉ-REQUISITOS

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
1º Semestre	
Filosofia do Direito	
História do Direito	
Introdução à Metodologia da Pesquisa em Direito	
Linguagem Jurídica	
Teoria do Direito	
Teoria do Estado	
2º Semestre	
Economia	
Sociologia Jurídica	
Teoria Constitucional	
Teoria do Direito Penal I	
Teoria do Direito Privado I	
3º Semestre	
Antropologia Jurídica	
Direito Constitucional I	Teoria Constitucional
Direito do Trabalho I	
Psicologia Aplicada ao Direito	
Teoria do Direito Penal II	Teoria do Direito Penal I
Teoria do Direito Privado II	Teoria do Direito Privado I
4º Semestre	
Direito Constitucional II	Teoria Constitucional
Direito das Obrigações	Teoria do Direito Privado II
Direito do Trabalho II	Direito do Trabalho I
Direito Internacional Público	Teoria do Estado
Direito Penal – Parte Especial I	Teoria do Direito Penal II
Direito Processual Civil I	
5º Semestre	
Direito Administrativo I	Direito Constitucional II
Direito Constitucional III	Teoria Constitucional
Direito Contratual	Teoria do Direito Privado II
Direito Penal – Parte Especial II	Teoria do Direito Penal II
Direito Processual Civil II	Direito Processual Civil I
Direito Processual do Trabalho	Direito Processual Civil I





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
6º Semestre	
Direito Administrativo II	Direito Administrativo I
Direito Ambiental	Direito Administrativo I
Direito Processual Civil III	Direito Processual Civil II
Direito Processual Penal I	
Direitos Humanos	Direito Internacional Público
Responsabilidade Civil	Direito das Obrigações
7º Semestre	
Direito das Coisas	Teoria do Direito Privado II
Direito Empresarial I	Teoria do Direito Privado I; Economia
Direito Processual Civil IV	Direito Processual Civil III
Direito Processual Constitucional	Direito Constitucional I; Direito Constitucional II; Direito Constitucional III
Direito Processual Penal II	Direito Processual Penal I
Estágio Obrigatório – Prática Real I	Direito Processual Civil III
Estágio Obrigatório – Prática Simulada I	Direito Processual Civil III
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Direito	Introdução à Metodologia da Pesquisa em Direito
8º Semestre	
Direito de Família	Teoria do Direito Privado II
Direito Empresarial II	Direito Empresarial I
Direito Processual Civil V	Direito Processual Civil III
Direito Processual Penal III	Direito Processual Penal II
Estágio Obrigatório – Prática Real II	Estágio Obrigatório – Prática Real I
Estágio Obrigatório – Prática Simulada II	Estágio Obrigatório – Prática Simulada I
Formas Consensuais de Solução de Conflitos	
9º Semestre	
Direito Empresarial III	Direito Empresarial II
Direito Internacional Privado	Direito Processual Civil II; Direito Internacional Público
Direito Previdenciário I	Direito Constitucional III
Direito Tributário I	Direito Administrativo I
Estágio Obrigatório – Prática Real III	Estágio Obrigatório – Prática Real II
Estágio Obrigatório – Prática Simulada III	Estágio Obrigatório – Prática Simulada II
10º Semestre	
Direito das Sucessões	Direito de Família
Direito Digital e Tecnológico	
Direito Previdenciário II	Direito Previdenciário I





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
10º Semestre	
Direito Tributário II	Direito Tributário I
Estágio Obrigatório – Prática Real IV	Estágio Obrigatório – Prática Real III
Estágio Obrigatório – Prática Simulada IV	Estágio Obrigatório – Prática Simulada III
Ética Profissional	
Optativas	
Acesso à Justiça	
Administração Aplicada ao Direito	
Análise Econômica do Direito	Economia
Arbitragem	
Biodireito e Bioética	
Conflitos Socioambientais	Direito Ambiental
Controle Judicial da Administração Pública	Direito Administrativo II; Direito Processual Constitucional
Criminologia	
Deficiência, Direito e Inclusão	
Direito Agrário	
Direito Civil e Literatura	
Direito Comunitário	Direito Internacional Público
Direito Condominial	Direito das Coisas
Direito Constitucional Comparado	Teoria do Estado
Direito Constitucional e Literatura	
Direito Constitucional Subnacional	Teoria Constitucional
Direito da Criança e do Adolescente	
Direito da Pessoa Idosa	
Direito da Propriedade Intelectual	
Direito das Águas	Direito das Coisas
Direito das Organizações Internacionais	Direito Internacional Público
Direito Desportivo	
Direito de Trânsito	
Direito de Vizinhança	Direito das Coisas
Direito Digital e Processo Judicial Eletrônico	
Direito do Consumidor	
Direito dos Animais	
Direito dos Povos	
Direito e Cidade	
Direito Econômico e Concorrencial	
Direito e Educação	





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
Optativas	
Direito e Estado	Teoria do Estado
Direito Eleitoral	Direito Constitucional I
Direito e Poder	Teoria do Estado
Direito e Saúde	
Direito Financeiro	Direito Administrativo I
Direito Imobiliário	
Direito Internacional Humanitário	
Direito Portuário	
Direito Processual Tributário	Direito Tributário I
Direito Civil e Literatura	
Educação das Relações Étnico-raciais	
Educação em Direitos Humanos	
Educação Especial	
Estatística Aplicada ao Direito – Jurimetria	Introdução à Metodologia da Pesquisa em Direito
Estudo de Libras	
Execução Penal	Direito Processual Penal III
Gênero, Direitos Humanos e Sociedade	
Hermenêutica Constitucional	Teoria Constitucional
Hermenêutica Jurídica	Teoria do Direito
Juizados Especiais	Direito Processual Civil II
Legislação Especial Penal	Teoria do Direito Penal II
Medicina Forense	
Processo Administrativo	Direito Administrativo II
Tópicos de Jurisprudência do Stf	Direito Processual Constitucional
Tópicos de Jurisprudência do Stj	Direito Processual Civil III; Direito Processual Penal III
Tópicos Especiais de Antropologia Jurídica	Antropologia Jurídica
Tópicos Especiais de Direito Administrativo	Direito Administrativo I
Tópicos Especiais de Direito Ambiental	Direito Ambiental
Tópicos Especiais de Direito Constitucional	Teoria Constitucional
Tópicos Especiais de Direito Contratual	Teoria do Direito Privado II
Tópicos Especiais de Direito das Obrigações	Teoria do Direito Privado II
Tópicos Especiais de Direito das Sucessões	Direito de Família
Tópicos Especiais de Direito de Família	Direito de Família
Tópicos Especiais de Direito Digital e Tecnológico	Direito das Obrigações
Tópicos Especiais de Direito do Trabalho	Direito do Trabalho I





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
Optativas	
Tópicos Especiais de Direito Empresarial	Direito Empresarial I
Tópicos Especiais de Direito e Política	Teoria do Estado
Tópicos Especiais de Direito Internacional Privado	Direito Internacional Público
Tópicos Especiais de Direito Internacional Público	Direito Internacional Público
Tópicos Especiais de Direito Penal	Teoria do Direito Penal II
Tópicos Especiais de Direito Processual Civil	Direito Processual Civil II
Tópicos Especiais de Direito Processual Civil Comparado	Direito Processual Civil II
Tópicos Especiais de Direito Processual do Trabalho	Direito Processual do Trabalho
Tópicos Especiais de Direito Processual Empresarial	Direito Processual Civil III
Tópicos Especiais de Direito Processual Penal	Direito Processual Penal I
Tópicos Especiais de Direitos Humanos	Direitos Humanos
Tópicos Especiais de Direitos Reais	Direito das Coisas
Tópicos Especiais de Direitos Sociais	Direito Constitucional I
Tópicos Especiais de Direito Tributário	Direito Administrativo I
Tópicos Especiais de Filosofia do Direito	Filosofia do Direito
Tópicos Especiais de História do Direito	História do Direito
Tópicos Especiais de Jurisdição Constitucional	Direito Processual Constitucional
Tópicos Especiais de Metodologia da Pesquisa em Direito	Introdução à Metodologia da Pesquisa em Direito
Tópicos Especiais de Processo Coletivo	Direito Processual Civil III
Topicos Especiais de Processo e Democracia	Direito Processual Penal II;Direito Processual Civil II
Tópicos Especiais de Psicologia Aplicada ao Direito	Psicologia Aplicada ao Direito
Tópicos Especiais de Responsabilidade Civil	Teoria do Direito Privado II
Tópicos Especiais de Sociologia Jurídica	Sociologia Jurídica
Tópicos Especiais de Teoria do Direito	Teoria do Direito
Tópicos Especiais em Formas Consensuais de Solução de Conflitos	Formas Consensuais de Solução de Conflitos
Tópicos Especiais em Novas Relações Privadas	Teoria do Direito Privado II





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

7.3. TABELA DE EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS

Em vigor até 2020/2	CH	Em vigor a partir de 2021/1	CH
Antropologia	68	Antropologia Jurídica	68
Atividades Complementares	220	I (Acs-nd) Atividades Complementares	222
Ciência Política	68	Teoria do Estado	68
Direito Administrativo I	68	Direito Administrativo I	68
Direito Administrativo II	68	Direito Administrativo II	68
Direito Ambiental	68	Direito Ambiental	68
Direito Civil I	68	Teoria do Direito Privado I	68
Direito Civil II	68	Teoria do Direito Privado II	68
Direito Civil III	68	Direito das Obrigações	68
Direito Civil IV	68	Direito Contratual	68
Direito Civil V	68	Direito das Coisas	68
Direito Civil VI	34	Responsabilidade Civil	68
Direito Civil VII	68	Direito de Família	68
Direito Civil VIII	68	Direito das Sucessões	68
Direito Constitucional I	68	Teoria Constitucional	68
Direito Constitucional II	68	Direito Constitucional I	68
Direito Constitucional III	68	Direito Constitucional II	68
Direito Constitucional IV	68	Direito Constitucional III	68
Direito Constitucional V	68	Direito Processual Constitucional	34
Direito do Trabalho I	68	Direito do Trabalho I	68
Direito do Trabalho II	68	Direito do Trabalho II	68
Direito Empresarial I	68	Direito Empresarial I	34
Direito Empresarial II	68	Direito Empresarial II	68
Direito Empresarial III	68	Direito Empresarial III	68
Direito Internacional Privado	68	Direito Internacional Privado	68
Direito Internacional Público	68	Direito Internacional Público	68
Direito Penal I	68	Teoria do Direito Penal I	68
Direito Penal II	68	Teoria do Direito Penal II	68
Direito Penal III	68	Direito Penal – Parte Especial I	68
Direito Penal IV	68	Direito Penal – Parte Especial II	68
Direito Processual Civil I	68	Direito Processual Civil I	68
Direito Processual Civil II	68	Direito Processual Civil II	68
Direito Processual Civil III	68	Direito Processual Civil III	68
Direito Processual Civil IV	68	Direito Processual Civil IV	68
Direito Processual Civil V	68	Direito Processual Civil V	68
Direito Processual Civil VI	68	Sem Equivalência	





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Em vigor até 2020/2	CH	Em vigor a partir de 2021/1	CH
Direito Processual do Trabalho I ; Direito Processual do Trabalho II	34 34	Direito Processual do Trabalho	68
Direito Processual Penal I	34	Direito Processual Penal I	34
Direito Processual Penal II	68	Direito Processual Penal II	68
Direito Processual Penal III ; Direito Processual Penal IV	68 34	Direito Processual Penal III	68
Direito Tributário I	68	Direito Tributário I	68
Direito Tributário II	68	Direito Tributário II	68
Direitos Humanos	34	Direitos Humanos	68
Economia	68	Economia	68
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica I	85	Estágio Obrigatório – Prática Simulada I ; Estágio Obrigatório – Prática Real I	34 34
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica II	68	Estágio Obrigatório – Prática Simulada II; Estágio Obrigatório – Prática Real II	34 34
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica III	85	Estágio Obrigatório – Prática Simulada III; Estágio Obrigatório – Prática Real III	34 34
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica IV	68	Estágio Obrigatório – Prática Real IV; Estágio Obrigatório – Prática Simulada IV	34 34
Filosofia	68	Filosofia do Direito	68
História do Direito	68	História do Direito	68
Introdução ao Estudo do Direito	68	Teoria do Direito	68
Introdução à Metodologia de Pesquisa Jurídica	34	Introdução à Metodologia da Pesquisa em Direito	34
Português Forense	68	Linguagem Jurídica	34
Psicologia Aplicada ao Direito	34	Psicologia Aplicada ao Direito	68
Sociologia Jurídica	68	Sociologia Jurídica	68
Sem Equivalência		Métodos e Técnicas de Pesquisa em Direito	34
Sem Equivalência		Formas Consensuais de Solução de Conflitos	34
Sem Equivalência		Direito Previdenciário I	34
Sem Equivalência		Direito Digital e Tecnológico	34
Sem Equivalência		Direito Previdenciário II	34
Trabalho de Conclusão de Curso I; Trabalho de Conclusão de Curso II	34 34	IV (Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso	68
Ética Profissional	68	Ética Profissional	34





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

7.4. LOTAÇÃO DAS DISCIPLINAS NAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL

As disciplinas do curso de Direito estão lotadas no Câmpus de Três Lagoas.

7.5. EMENTÁRIO

7.6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

- **ACESSO À JUSTIÇA:** Estrutura do Judiciário. Acesso à justiça e cidadania e sustentabilidade. Assistência judiciária. Os interesses difusos e coletivos. Propostas de soluções adequadas e efetivas do litígio. Bibliografia Básica: Garcia Laguardia, Jorge Mario. **Acesso a Justiça e Cidadania.** São Paulo, Sp: Fundação Konrad Adenauer, 2000. 118 P. (Cadernos Adenauer ; 3). Isbn 8585535962. Vasconcelos, Carlos Eduardo De. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas.** 5. Rio de Janeiro Método 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530974473. Fiorelli, José Osmir. **Mediação e Solução de Conflitos** Teoria e Prática. São Paulo Atlas 2011 1 Recurso Online Isbn 9788522468164. Bibliografia Complementar: Ferreira Filho, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais.** 15. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788502208537. Vasconcelos, Carlos Eduardo De. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas.** 5. Rio de Janeiro Método 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530974473. Correia, José Gladston Viana. **Sociologia dos Direitos Sociais** Escassez, Justiça e Legitimidade. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online Isbn 9788502210196.

- **ADMINISTRAÇÃO APLICADA AO DIREITO:** Organizações e organizações públicas. Administração e Administração Pública. Fundamentos e Tipos de controle. Racionalidade e tomada de decisão na administração. Instrumentos de controle do desempenho organizacional. O fator humano no processo de controle. Gestão de Pessoas na Administração Pública e Finanças Públicas). Gerenciamento de Projetos. Bibliografia Básica: Silva, Adelphino Teixeira Da. **Administração Básica.** 6. São Paulo Atlas 2011 1 Recurso Online Isbn 9788522464746. Schermerhorn Jr, John R. **Administração** Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro Ltc 2005 1 Recurso Online Isbn 978-85-216-2365-6. Campos, Alexandre De. **Administração** Guia Prático e Didático. 2. São Paulo Erica 2016 1 Recurso Online Isbn 9788536517728. Bibliografia Complementar: Jones, Gareth R. **Administração Contemporânea.** 4. Porto Alegre Amgh 2008 1 Recurso Online Isbn 9788563308863. De Sordi, José Osvaldo. **Administração da Informação** Fundamentos e Práticas para Uma Nova Gestão do Conhecimento. 2. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502634824. Chiavenato, Idalberto. **Administração** Teoria, Processo e Prática. 5. São Paulo Manole 2015 1 Recurso Online Isbn 9788520445457.

- **ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO :** Introdução e visão geral da análise econômica do direito. Aspectos históricos do movimento direito e economia. Noções de teoria econômica e microeconomia. Teoria da escolha racional e teoria dos jogos: visão geral. Análise econômica do direito público e privado. Aplicações e estudos de casos. Bibliografia Básica: Mackaay, Evert Johannes P. **Análise Econômica do Direito.** 2. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522497652. Figueiredo, Leonardo Vizeu. **Direito Econômico.** 10. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986445. Almeida, Luiz Carlos Barnabé De. **Introdução ao Direito Econômico, Direito da Economia, Economia do Direito, Law And Economics, Análise Econômica do Direito, Direito Econômico Internacional.** 4. São Paulo Saraiva 2011 1 Recurso Online Isbn 9788502138889.





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Bibliografia Complementar: Jakobi, Karin Bergit. **a Análise Econômica do Direito e a Regulação do Mercado de Capitais.** São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522487721. Direito e Economia no Brasil. 2. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522480555. Lins, Luiz dos Santos. **Introdução à Gestão Ambiental Empresarial** Abordando Economia, Direito, Contabilidade e Auditoria. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597001082. Caggiano, Monica Herman Salem (Org.). **Reflexões em Direito Político e Econômico.** São Paulo, Sp: Ed. Mackenzie, 2002. 411 P. Isbn 8587739328. Bêrni, Duílio de Ávila. **Teoria dos Jogos.** São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502220577.

- **ANTROPOLOGIA JURÍDICA:** Antropologia: definições, objeto, desenvolvimento, corrente, método, qualidade científica do estudo antropológico. O campo e a abordagem antropológicos. Antropologia e direito: relações, utilidade teórica da antropologia para o direito, função social do direito. A invenção do conceito de homem. O que é o homem? Indivíduo e sociedade. Cultura – um conceito antropológico. Antropologia e Direitos Humanos. **Bibliografia Básica:** Mello, Luiz Gonzaga De. **Antropologia Cultural:** Iniciação, Teoria e Temas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982. 526 P. Assis, Olney Queiroz. **Manual de Antropologia Jurídica.** São Paulo Saraiva 2010 1 Recurso Online Isbn 9788502120174. Laraia, Roque de Barros. **Cultura** um Conceito Antropológico. Rio de Janeiro Zahar 1986 1 Recurso Online Isbn 9788537801864. Marconi, Marina de Andrade. **Antropologia** Uma Introdução. 8. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597022681. **Bibliografia Complementar:** Kuschner, Karina. **Antropologia da Política.** Rio de Janeiro Zahar 2007 1 Recurso Online Isbn 9788537802908. Velho, Gilberto. **um Antropólogo na Cidade** Ensaios de Antropologia Urbana. Rio de Janeiro Zahar 2013 1 Recurso Online Isbn 9788537810804. Carnio, Henrique Garbellini. **Direito e Antropologia** Reflexões sobre a Origem do Direito a Partir de Kelsen e Nietzsche. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online Isbn 9788502181250. Kottak, Conrad P. **um Espelho para a Humanidade** Uma Introdução à Antropologia Cultural. 1. Porto Alegre Amgh 2013 1 Recurso Online Isbn 9788580551914. Boas, Franz. **Antropologia Cultural.** Rio de Janeiro Zahar 2004 1 Recurso Online Isbn 9788537802885.

- **ARBITRAGEM:** Autotutela, autocomposição e heterocomposição – os diversos métodos de solução de conflitos; ADR e ODR; espécies de arbitragem; Convenção arbitral; procedimento arbitral; Sentença arbitral; Árbitros **Bibliografia Básica:** Arbitragem e Mediação a Reforma da Legislação Brasileira. 2. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012798. Beraldo, Leonardo de Faria. **Curso de Arbitragem** nos Termos da Lei Nº 9.307/96. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522488797. Scavone Junior, Luiz Antonio. **Manual de Arbitragem** Mediação e Conciliação. 7. São Paulo Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530971779. **Bibliografia Complementar:** Carmona, Carlos Alberto. **20 Anos da Lei de Arbitragem** Homenagem a Petrônio R. Muniz. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597013276. Junqueira, Gabriel Herscovici. **Arbitragem Brasileira na Era da Informática** um Estudo das Principais Questões Processuais. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000221. Cahali, Francisco. **Arbitragem** Comentários ao Projeto de Lei Nº 406/2013. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788502625310. Salles, Carlos Alberto De. **Negociação, Mediação e Arbitragem** Curso Básico para Programas de Graduação em Direito. Rio de Janeiro Método 2012 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-4565-7.

- **BIODIREITO E BIOÉTICA:** Noções fundamentais de Bioética e Biodireito. Temas persistentes e temas emergentes em Bioética e Biodireito. Bioética, Biodireito e





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

temas transversais: Direitos Humanos, educação ambiental. Bibliografia Básica: Silva, Reinaldo Pereira E. **Biodireito**: a Nova Fronteira dos Direitos Humanos. São Paulo, Sp: Ltr, 2003. 222 P. Isbn 853610497X. Soares, André Marcelo M.; Esteves Piñeiro, Walter. **Bioética e Biodireito**: Uma Introdução. 2. Ed. São Paulo, Sp: Loyola, 2006. 135 P. (Gestão em Saúde ; 1). Isbn 8515024659. Diniz, Maria Helena. **o Estado Atual do Biodireito**. 7. Ed. Rev., Aum. e Atual. São Paulo, Sp: Saraiva, 2010. 967 P. Isbn 9788502086043. Bibliografia Complementar: Catão, Marconi do O. **Biodireito**: Transplantes de Órgãos Humanos e Direitos de Personalidade. São Paulo, Sp: Madras, Campina Grande, Pb: Eduep, 2004 293 P. (Produção Interdisciplinar). Isbn 8573747749. Namba, Edison Tetsuzo. **Manual de Bioética e Biodireito**. 2. Ed. Ampl., Atual. e Rev. São Paulo, Sp: Atlas, 2015. X, 248 P. Isbn 9788522495603. Gama, Guilherme Calmon Nogueira Da. **a Nova Filiação**: o Biodireito e as Relações Parentais : o Estabelecimento da Parentalidade-filiação e os Efeitos Jurídicos da Reprodução Assistida Heteróloga. Rio de Janeiro, Rj: Renovar, 2003. 1040 P. Isbn 85-7147-372-2.

- CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: Conflito e conflitualidade socioambientais. Expropriação por despossessão. O raubauld capitalista. O espírito do capitalismo. Conflitos socioambientais e distributividade ecológico-espacial. O ecologismo dos pobres (ou ecossocialismo). Concentração fundiária e expropriação capitalista. Terra é poder; terra e poder. Racismo ambiental. Bibliografia Básica: Padilha, Norma Sueli. **Fundamentos Constitucionais do Direito Ambiental Brasileiro**. Rio de Janeiro, Rj: Elsevier, 2010. Xxx, 452 P. Isbn 9788535228182. Prado, Luiz Regis. **Direito Penal do Ambiente** Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998). 7. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986919. Tachizawa, Takeshy. **Gestão Socioambiental** Estratégias na Nova Era da Sustentabilidade. 2. Rio de Janeiro Gen Atlas 2011 1 Recurso Online Isbn 9788595156401. Bibliografia Complementar: Marx, Karl. **o Capital**: Crítica da Economia Política : Livro Primeiro : o Processo de Produção do Capital, Volume Ii. 2. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Civilização Brasileira, 1971. P. 583-924 (Coleção Perspectivas do Homem. Série Economia; 38-a). Weber, Max. **Economia e Sociedade, Volume 1**: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. 4. Ed. Brasília, Df: Ed. Unb, 2015. Xxxvii, 422 P. Isbn 9788523003142. Weber, Max. **a Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 4. Ed. São Paulo, Sp: Pioneira, 1985. 233 P. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Sociologia). Loureiro, C. F. B.; Layrargues, P. P.; Castro, R. S. De. **Sociedade e Meio Ambiente: a Educação Ambiental em Debate**. 4º Ed São Paulo: Cortez 2006. Rocha, Jefferson Marçal Da. **Sustentabilidade em Questão**: Economia, Sociedade e Meio Ambiente. Jundiaí, Sp: Paco Editorial, 2011 166 P. Isbn 978-85-64367-07-4.

- CONTROLE JUDICIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Controle da Administração Pública. Controle judicial das políticas públicas. Meios de controle judicial: mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, mandado de injunção, habeas data, ação direta de inconstitucionalidade. Súmulas. Bibliografia Básica: Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976163. Nohara, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 9. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597021363. Carvalho Filho, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 33. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597020540. Bibliografia Complementar: Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 5. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530974985. Mazza, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo #Napratica**. 7. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

(#Napratca). Isbn 9788547222031. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 6. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530979607.

- CRIMINOLOGIA: Criminologia: conteúdo e evolução histórica. Criminologia do consenso e criminologia crítica. Escolas criminológicas. Criminologia crítica e minimalismo penal. Criminologia crítica e abolicionismo penal Bibliografia Básica: Carvalho, Salo De. **Antimanual de Criminologia**. 6. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502618428. Bacila, Carlos Roberto. **Criminologia e Estigmas** um Estudo sobre os Preconceitos. 4. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522499601. Penteado Filho, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. 6. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547206765. Bibliografia Complementar: Sá, Alvino Augusto De. **Criminologia Clínica e Execução Penal** Proposta de um Modelo de Terceira Geração. 2. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Saberes Críticos). Isbn 9788502230514. Penteado Filho, Nestor Sampaio. **Criminologia e Medicina Legal**. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Preparatória para Concurso de Delegado de Polícia). Isbn 9788502226920. Carvalho, Salo De. **Antimanual de Criminologia**. 6. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502618428.

- DEFICIÊNCIA, DIREITO E INCLUSÃO: Cidadania e inclusão. Direitos fundamentais individuais. Lei Brasileira de Inclusão. Direito e educação inclusiva. Bibliografia Básica: Código Civil Comentado Doutrina e Jurisprudência : Lei N. 10.406, de 10.01.2002. 11. São Paulo Manole 2017 1 Recurso Online Isbn 9788520454343. Leite, Flávia Piva Almeida. **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. São Paulo Saraiva Educação 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547209728. Madruga, Sidney. **Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos** Ótica da Diferença e Ações Afirmativas. 2. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547202514. Piovesan, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 11. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553600298. Bibliografia Complementar: Marquezan, Reinaldo. **o Deficiente no Discurso da Legislação**. Campinas, Sp: Papyrus, 2009. 160 P. (Educação Especial) Isbn 978-85-308-0888-4 Diniz, Margareth. **Inclusão de Pessoas com Deficiência E/Ou Necessidades Específicas** Avanços e Desafios. São Paulo Autêntica 2012 1 Recurso Online Isbn 9788565381543. Bataliotti, Soellyn Elene. **Profissionalização dos Deficientes no Contexto Atual**, 2. São Paulo Cengage Learning 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522123797.

- DIREITO ADMINISTRATIVO I: Propedêutica do direito administrativo: conceito, formação histórica e fundamentos constitucionais. Regime jurídico administrativo. Organização administrativa. Ato administrativo. Administração Pública, políticas de educação ambiental e Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Marinela, Fernanda. **Direito Administrativo**. 11. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547219178. Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976163. Nohara, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 7. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011104. Bibliografia Complementar: Moreira Neto, Diogo de Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo**. 16. Rio de Janeiro Forense 2014 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-5372-0. Aragão, Alexandre Santos De. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro Forense 2012 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-4303-5. Aras Neto, José Soares Ferreira. **Direito Administrativo**. São Paulo Método 2016 1 Recurso Online (Método de Estudo Oab). Isbn 9788530970970.





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

- DIREITO ADMINISTRATIVO II: Serviços públicos. Licitação e contratos. Agentes públicos Bibliografia Básica: Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976163. Nohara, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 7. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011104. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e Contratos Administrativos** Teoria e Prática. 6. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976446. Bibliografia Complementar: França, Maria Adelaide de Campos. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública**. 7. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online Isbn 9788502201118. Justen Filho, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 12. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2016. 1321 P. Isbn 9788520369296. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 5. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530974985.

- DIREITO AGRÁRIO: A agricultura, a ciência do direito e o desenvolvimento integrado do Brasil. A atividade agrária. Conteúdo do direito agrário brasileiro. As fontes do direito agrário. Relações do direito agrário com outros ramos jurídicos. Princípios gerais peculiares do direito agrário. As normas de direito agrário na Constituição Federal. A lei para o desenvolvimento rural do Brasil. Bibliografia Básica: Cassettari, Christiano. **Direito Agrário** Atualizado com as Leis N°S 13.001/14, 13.043/14 e Ec 81/14. 2. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522499441. Marques, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. 12. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597009118. Cipelli, Antonio Marco V. **Teoria e Desenvolvimento de Projetos de Circuitos Eletrônicos**. 23. São Paulo Erica 2008 1 Recurso Online Isbn 9788536520438. Bibliografia Complementar: Marques, Benedito Ferreira; Marques, Carla Regina Silva. **Direito Agrário Brasileiro**. 12. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo, Sp: Atlas, 2017. Xxv, 260 P. Isbn 9788597008876. Braga, Jose dos Santos Pereira. **Introducao ao Direito Agrario**. Belém: Cejup/Fundacao Lourenco Braga, 1991. 141 P. Trentini, Flavia. **Teoria Geral do Direito Agrário Contemporâneo**. São Paulo Atlas 2012 1 Recurso Online Isbn 9788522480784.

- DIREITO AMBIENTAL: Introdução da questão ambiental na atualidade e seu tratamento por meio do direito. Analisar o tratamento constitucional e as principais legislações nacionais sobre o tema, além de análise das decisões e interpretações judiciais pertinentes. Regimes jurídicos de proteção ao meio ambiente natural, urbano, do trabalho e cultural. Sistema de competências ambientais e de responsabilidade ambiental. Educação ambiental. Bibliografia Básica: Fiorillo, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 17. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547215255. Antunes, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 20. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597016819. Granziera, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental** Revista e Atualizada. 4. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000016. Bibliografia Complementar: Derani, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 290 P. Isbn 978-85-02-06637-3 Canotilho, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 6. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502625822. Padilha, Norma Sueli. **Fundamentos Constitucionais do Direito Ambiental Brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. Xxx, 452 P. Isbn 9788535228182.

- DIREITO CIVIL E LITERATURA: Relações entre o direito civil e a literatura. Narrativa jurídica e narrativa literária. Aspectos históricos do direito civil e da





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

literatura. Emancipação pelo diálogo entre o direito e a literatura. Bibliografia Básica: Direito e Literatura. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522478538. Streck, Lenio Luiz. **os Modelos de Juiz** Ensaios de Direito e Literatura. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000207. Oliveira, Maria Regina De. **Shakespeare e o Direito**. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online (Para Entender). Isbn 978-85-309-6551-8. Bibliografia Complementar: Piglia, Ricardo. **Crítica Y Ficción**. Barcelona, Spa: Debolsillo, ©2014. 216 P. (Contemporânea). Isbn 9788490326756. Streck, Lenio Luiz. **os Modelos de Juiz** Ensaios de Direito e Literatura. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000207. Agamben, Giorgio. **o Tempo que Resta**. São Paulo Autêntica 2016 1 Recurso Online Isbn 9788582175101. Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. 52. Ed. São Paulo, Sp; Rio de Janeiro, Rj: Paz e Terra, 2015. 143 P. Isbn 9788577531639. Facina, Adriana. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro Zahar 2004 1 Recurso Online Isbn 9788537807552.

- DIREITO COMUNITÁRIO: Origem, natureza e evolução dos processos de integração regional. Inovações das estruturas comunitárias e instituições políticas e jurídicas comunitárias. Novos princípios de representatividade. Desenvolvimento estrutural e objetivos comunitários. Conceito de soberania na integração regional e o princípio da supranacionalidade. O direito da integração ou comunitário. Objeto do direito comunitário. Fontes e princípios do direito comunitário. O princípio da autonomia no direito comunitário. Perspectivas do direito comunitário. Processos de integração na Europa, América do Norte, América Central, América do Sul, na África e na Ásia. Bibliografia Básica: Gomes, Eduardo Bicchí. **Direito da Integração Regional** Diálogo entre Jurisdições na América Latina. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502627475. Machado, Diego Pereira. **Direito da União Europeia**. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online (Saberes Monográficos). Isbn 9788502197947. Ramirez, José Maria Porras. **Integração Supranacional** Dimensões da Proteção Multinível dos Direitos e Sistema de Governo da União Europeia. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788502623446. Bibliografia Complementar: Silva, Pedro Sousa E. **Direito Comunitario e Propriedade Industrial : o Principio do Esgotamento dos Direitos**. Coimbra, Pt: Coimbra Editora, 1996. 261 P. Isbn 972-32-0720-6. Monnet, Jean. **Memorias**: a Construção da Unidade Europeia. Brasília, Df: Ed. Unb, 1986. 472 P. (Itinerários (Ed. Universidade de Brasília)). Isbn 85-230-0038-0. Sayeg, Ricardo Hasson. **Práticas Comerciais Abusivas**: Monopólio X Consumo - Abuso do Poder Econômico ; Responsabilidade Civil e Penal : Brasil, Mercosul, União Européia : Doutrina e Legislação. Bauru, Sp: Edipro, 1995. 302 P. Isbn 8572831312.

- DIREITO CONDOMINIAL: Do condomínio. Do condomínio edilício. Do condomínio de lotes Bibliografia Básica: Elias Filho, Rubens Carmo. **Condomínio Edilício** Aspectos de Direito Material e Processual. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522497454. Rizzardo, Arnaldo. **Condomínio Edilício e Incorporação Imobiliária**. 5. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975913. Pereira, Caio Mario da Silva. **Condomínio e Incorporações**. 13. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980986. Bibliografia Complementar: Pereira, Caio Mário da Silva. **Condominio e Incorporacoes**. 10. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Forense, 2002. 566 P. Isbn 85-309-0172-x. Lôbo, Paulo. **Direito Civil** Coisas. 2. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547215477. Tepedino, Gustavo. **Fundamentos de Direito Civil, V. 5** Direitos Reais. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530989613.

- DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO : Noções de Direito Constitucional,





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

constitucionalismo e constituição. Famílias ou tradições constitucionais. Constitucionalismo ocidental e liberal. Constitucionalismo britânico. Constitucionalismo norte-americano. Constitucionalismo francês. Constitucionalismo soviético. Outros sistemas constitucionais. Jurisdição e processo constitucionais comparados. Controle de constitucionalidade. Sistemas políticos, judiciais e mistos. Jurisdição constitucional das liberdades e remédios constitucionais em perspectiva comparativa. Bibliografia Básica: Almeida, Carlos Ferreira De. **Introdução ao Direito Comparado**. 2. Ed. Coimbra, Pt: Livraria Almeida, 1998. 169 P. Isbn 972-40-1129-1. Grinover, Ada Pellegrini; Watanabe, Kazuo; Mullenix, Linda S. **Processos Coletivos nos Países de Civil Law e Common Law**: Uma Análise de Direito Comparado. 2. Ed. Rev., e Atual. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2011. 464 P. Isbn 978-85-203-3903-9. Silva, José Afonso Da. **um Pouco de Direito Constitucional Comparado**. São Paulo, Sp: Malheiros, 2009. 519 P. Isbn 978-85-742-0890-9. Bibliografia Complementar: Martins, Leonardo. **Direito Processual Constitucional Alemão**. São Paulo Atlas 2011 1 Recurso Online Isbn 9788522481149. Mendes, Gilmar Ferreira. **Estado de Direito e Jurisdição Constitucional** 2002/2010. São Paulo Saraiva 2011 1 Recurso Online Isbn 9788502176478. Moraes, Alexandre De. **Jurisdição Constitucional e Tribunais Constitucionais** Garantia Suprema da Constituição. 3. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522478323.

- DIREITO CONSTITUCIONAL E LITERATURA: Aspectos históricos do direito constitucional e literatura: formação jurídica e literatura no Brasil. Literatura no tempo. Diálogo e interdisciplinaridade: dimensão literária do direito constitucional Bibliografia Básica: Bosi, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 2. Ed. São Paulo, Sp: Cultrix, 1972. 571 P. Streck, Lenio Luiz. **os Modelos de Juiz** Ensaio de Direito e Literatura. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000207. Direito e Literatura. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522478538. Bibliografia Complementar: Constituição Federal Interpretada Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo. 11. São Paulo Manole 2020 1 Recurso Online Isbn 9788520464373. Faoro, Raymundo. **os Donos do Poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro. 6. Ed. Porto Alegre, Rs: Globo, 1984. 2 V. Cândido, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira**. 4. Ed. São Paulo, Sp: Martins Fontes, S.d.p. 365 P. Personagens ou Pacientes?, V. 2 Mais Clássicos da Literatura Mundial para Refletir sobre a Natureza Humana. Porto Alegre Artmed 2019 1 Recurso Online Isbn 9788582715529.

- DIREITO CONSTITUCIONAL I: Direito constitucional positivo brasileiro. Constituição Federal de 1988. Preâmbulo. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Nacionalidade. Direitos políticos e partidos políticos. Constituição e educação ambiental. Bibliografia Básica: Barroso, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo** os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610112. Mendes, Gilmar Ferreira. **Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade** Estudos de Direito Constitucional. 4. São Paulo Saraiva 2011 1 Recurso Online Isbn 9788502134249. Sarlet, Ingo Wolfgang. **Curso de Direito Constitucional**. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610105. Bibliografia Complementar: Bonavides, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 28. Ed. Atual. São Paulo, Sp: Malheiros, 2013. 864 P. Isbn 853920181X. Agra, Walber de Moura. **Curso de Direito Constitucional**. 8. Rio de Janeiro Forense 2014 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-5451-2. Silva, José Afonso Da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 39. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Malheiros,





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

2016. 936 P. Tavares, Andre? Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 17. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609451. Moraes, Guilherme Peña De. **Curso de Direito Constitucional**. 10. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597015805.

- DIREITO CONSTITUCIONAL II: Organização do Estado. Intervenção federal. Defesa do Estado e instituições democráticas Bibliografia Básica: Mendes, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 14. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788553610945. Fernandes, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 9. Ed. Rev., Atual. e Ampl. Salvador, Ba: Juspodivm, 2017. 1719 P. Isbn 9788544214282. Pinho, Rodrigo César Rebello. **Direito Constitucional** da Organização do Estado, dos Poderes e Histórico das Constituições. 18. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V). Isbn 9788553609987. Bibliografia Complementar: Silva, José Afonso Da. **Comentário Contextual à Constituição**. 8. Ed. Atual. São Paulo, Sp: Malheiros, 2012. 1055 P. Isbn 978-85-392-0128-0. Araujo, Luiz Alberto David; Nunes Junior, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 17. Ed. São Paulo, Sp: Verbatim, 2013. 655 P. Isbn 9788561996789. Agra, Walber de Moura. **Curso de Direito Constitucional**. 8. Rio de Janeiro Forense 2014 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-5451-2. Silva, José Afonso Da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 39. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Malheiros, 2016. 936 P. Tavares, Andre? Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 17. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609451.

- DIREITO CONSTITUCIONAL III: Poder Legislativo. Processo legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Funções essenciais à Justiça. Bibliografia Básica: Fernandes, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 9. Ed. Rev., Atual. e Ampl. Salvador, Ba: Juspodivm, 2017. 1719 P. Isbn 9788544214282. Silva, José Afonso Da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 28. Ed. São Paulo, Sp: Malheiros, 2007. 928 P. Isbn 978-85-7420-777-3. Mendes, Gilmar Ferreira. **Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade** Estudos de Direito Constitucional. 4. São Paulo Saraiva 2011 1 Recurso Online Isbn 9788502134249. Bibliografia Complementar: Tavares, Andre Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 15. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547216962. Araujo, Luiz Alberto David; Nunes Junior, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 17. Ed. São Paulo, Sp: Verbatim, 2013. 655 P. Isbn 9788561996789. Vasconcelos, Clever. **Curso de Direito Constitucional**. 4. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547218591. Moraes, Guilherme Peña De. **Curso de Direito Constitucional**. 9. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011678.

- DIREITO CONSTITUCIONAL SUBNACIONAL: Direito constitucional e organização do Estado. Estados federais e Estados regionais. Direito Constitucional subnacional e direito constitucional estadual. Subconstitucionalismo e subconstituições. Bibliografia Básica: Barcellos, Ana Paula De. **Curso de Direito Constitucional**. 2. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530983918. Nunes Junior, Flávio Martins Alves. **Curso de Direito Constitucional**. 3. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553611430. Miranda, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. 5. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online (Fora de Série). Isbn 9788530982768. Bibliografia Complementar: Bonavides, Paulo. **Ciência Política**. 20. Ed. São Paulo, Sp: Malheiros, 2013. 550 P. Mendes, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 14. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788553610945. Carvalho, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional**:





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Teoria do Estado e da Constituição : Direito Constitucional Positivo. 15. Ed. Rev., Atual. e Ampl. Belo Horizonte, Mg: Del Rey, 2009. 1543 P. Isbn 978-85-38400110. Miranda, Jorge. **Formas e Sistemas de Governo**. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2007. X, 276 P. Isbn 978-85-309-2543-7. Motta, Sylvio. **Direito Constitucional** Teoria, Jurisprudência e Questões: Atualizado até a Ec Nº 99. 28. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986544.

- DIREITO CONTRATUAL: Teoria geral dos contratos. Das várias espécies de contrato. Dos atos unilaterais Bibliografia Básica: Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 3** Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie. 14. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530984014. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V. 3** Contratos e Atos Unilaterais. 16. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553608546. Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 4** Contratos. 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609536. Bibliografia Complementar: Gomes, Orlando. **Contratos**. 27. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986735. Farias, Cristiano Chaves De; Rosenvald, Nelson. **Curso de Direito Civil: Contratos: Teoria Geral e Contratos em Espécies**. 8. Ed. Rev., Atual. e Ampl. Salvador, Ba: Juspodivm, 2018. 1151 P. Isbn 9788544219638. Azevedo, Álvaro Villaça. **Curso de Direito Civil, V. 4** Contratos Típicos e Atípicos. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609710. Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V. 3** Contratos. 19. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597019704. Costa, Judith Martins. **a Boa-fé no Direito Privado** Critérios para a sua Aplicação. 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 978855360162.

- DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Disposições preliminares. Direitos fundamentais. Política de atendimento. Medidas de proteção. Prática e ato infracional. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. Conselho Tutelar. Acesso à justiça Bibliografia Básica: Elias, Roberto João. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 4. São Paulo Saraiva 2010 1 Recurso Online Isbn 9788502139572. Curso de Direito da Criança e do Adolescente Aspectos Teóricos e Práticos. 12. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553611546. Zapater, Maíra. **Direito da Criança e do Adolescente**. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553613106. Bibliografia Complementar: Ramidoff, Mário Luiz. **Direitos Difusos e Coletivos 4** Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Saberes do Direito 37). Isbn 9788502174221. Araújo Júnior, Gediél Claudino De. **Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597019148. Nucci, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 4. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530979959.

- DIREITO DA PESSOA IDOSA: Direito da pessoa idosa na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional. O Estatuto do idoso. Sistema legal e judicial de proteção ao idoso. Educação para a terceira idade. Bibliografia Básica: Mendes, Gilmar Ferreira. **Manual dos Direitos da Pessoa Idosa**. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788547212247. Garcia, Maria Garcia. **Comentários ao Estatuto do Idoso**. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502634442. Ramos, Paulo Roberto Barbosa. **Curso de Direito do Idoso**. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788502213968. Bibliografia Complementar: Freitas Junior, Roberto Mendes De. **Direitos e Garantias do Idoso** Doutrina, Jurisprudência e Legislação. 3. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522493814. Gonçalves, Victor Eduardo Rios. **Legislação Penal Especial** Crimes do Eca, Crimes contra o Consumidor, Crimes contra as Relações de





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Consumo, Crimes contra a Ordem Tributária, Crimes Ambientais, Crimes do Estatuto do Idoso, Crimes Falimentares, Crime Organizado. 16. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V. 24, Tomo 2). Isbn 978655592351. Palma, Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira Da; Almeida, Willian Diego De; Silva, Ariel de Jesus (Org.). **Umi, 4: Universidade da Melhor Idade : Educação, Conhecimento e Transdisciplinaridade.** Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2016. 294 P. Isbn 9788576135425.

- DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL : Propriedade Intelectual. Marcas. Patentes. Direitos Autorais. Proteção de Dados. Blockchain. Bibliografia Básica: Paesani, Liliana Minardi. **Manual de Propriedade Intelectual.** 2. Rio de Janeiro Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-970-0368-0. Santos, Manoel J. Pereira Dos; Jabur, Wilson Pinheiro,. **Propriedade Intelectual: Contratos de Propriedade Industrial e Novas Tecnologias.** São Paulo: Saraiva, 2007. 481 P. (Série Gvlaw) Isbn 978-85-02-06604-5 Silveira, Newton. **Propriedade Intelectual** Propriedade Industrial, Direito de Autor, Software, Cultivares, Nome Empresarial, Abuso de Patentes. 5. São Paulo Manole 2014 1 Recurso Online Isbn 9788520448618. Bibliografia Complementar: Mazzanetto, Nathalia. **Arbitragem e Propriedade Intelectual.** São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547219437. Hammes, Bruno Jorge. **o Direito da Propriedade Intelectual.** 2. Ed. São Leopoldo, Rs: Ed. Unisinos, 1998. 410 P. Isbn 85-85580-48-8. Carvalho, Patrícia Luciane De. **Patentes Farmacêuticas e Acesso a Medicamentos.** São Paulo Atlas 2007 1 Recurso Online Isbn 9788522471980. Ahlert, Ivan B. **Patentes** Proteção na Lei de Propriedade Industrial. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online (Soluções Jurídicas). Isbn 9788597021127.

- DIREITO DAS ÁGUAS: Das águas no Código Civil brasileiro. Das águas e a Constituição Federal. Lei de Águas Bibliografia Básica: Amorim, João Alberto Alves. **Direito das Águas** o Regime Jurídico da Água Doce no Direito Internacional e no Direito Brasileiro. 2. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522496891. Granziera, Maria Luiza Machado. **Direito de Águas** Disciplina Jurídica das Águas Doces. 4. Rio de Janeiro Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522491599. Vade Mecum de Direito Marítimo. São Paulo Manole 2015 1 Recurso Online Isbn 9788520451632. Bibliografia Complementar: Gomes, Fábio Luiz. **Direito Internacional** Perspectivas Contemporâneas. São Paulo Saraiva 2010 1 Recurso Online Isbn 9788502139640. Brasil; Brasil Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas. **Saneamento Básico e Tratamento de Rejeitos e Resíduos:** Dispositivos Constitucionais Pertinentes, Atos Internacionais - Lei N. 11.445/2007, Leis Ordinárias - Regulamentações, Resoluções do Conama, Índice Geral de Normas Federais. Brasília, Df: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 153P. (Ambiental ; 7). Santos, Daniel Costa Dos. **Saneamento para Gestão Integrada das Águas Urbanas.** Rio de Janeiro Gen Ltc 2016 1 Recurso Online Isbn 9788595154544.

- DIREITO DAS COISAS: Da posse. Direitos reais. Da propriedade. Direitos reais sobre coisas alheias. Da laje Bibliografia Básica: Monteiro, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil** Direito das Coisas. 44. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502627130. Farias, Cristiano Chaves De; Rosenvald, Nelson. **Curso de Direito Civil: Direitos Reais : Volume 5.** 8. Ed. Rev., Ampl. e Atual. Salvador, Ba: Juspodivm, 2012. 988 P. Isbn 857761459X. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V.5** Direito das Coisas. 12. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547213039. Bibliografia Complementar: Venosa, Sílvio de Salvo. **Código Civil Comentado, V.12** Direito das Coisas, Posse,





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Direitos Reais, Propriedade, Artigos 1.196 a 1.368. São Paulo Atlas 2003 1 Recurso Online Isbn 9788522477036. Pereira, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil, V.4** Direitos Reais. 25. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530974596. Lisboa, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil, V. 4** Direitos Reais e Direitos Intelectuais. 7. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online Isbn 9788502201231.

- DIREITO DAS OBRIGAÇÕES: Do direito das obrigações: introdução ao direito das obrigações. Das modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações Bibliografia Básica: Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V.2** Teoria Geral das Obrigações. 14. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547212940. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V.2** Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil. 12. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530974091. Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 2** Obrigações. 18. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547217211. Bibliografia Complementar: Machado, Antônio Cláudio da Costa; Chinellato, Silmara Juny. **Código Civil Interpretado**: Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo. 6. Ed. Barueri, Sp: Manole, 2013 1709 P. Isbn 978-85-204-3590-8. Diniz, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro, Volume 3**: Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais. 34. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2018. 928 P. Isbn 9788547223595. Farias, Cristiano Chaves De; Rosenvald, Nelson. **Curso de Direito Civil**: Direito das Obrigações : Volume 2. 6. Ed. Rev., Ampl. e Atual. Salvador, Ba: Juspodivm, 2012. 652 P. Isbn 8577614581. Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos : Volume 2. 3. Ed. São Paulo, Sp: Atlas, 2003. 636 P. Isbn 8522433100. Tepedino, Gustavo. **Obrigações**: Estudos na Perspectiva Civil-constitucional. Rio de Janeiro, Rj: Renovar, 2005. 562 P. Isbn 85-7147-514-8.

- DIREITO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: Retrospectiva histórica das organizações internacionais. Conceito e funções. Personalidade jurídica. Composição e estrutura. Princípios jurídicos. Relacionamento com os Estados membros e com os Estados não membros. Sistema da ONU. Organizações internacionais regionais. Relações entre organizações internacionais para a manutenção da paz. Responsabilidade internacional. Bibliografia Básica: Trindade, Antônio Augusto Cançado. **Direito das Organizações Internacionais**. 6. Ed. Rev., Atual. e Ampl. Belo Horizonte, Mg: Del Rey, 2014. Lvi, 846 P. Isbn 9788538403678. Oliveira, Odete Maria de (Org.). **Organizações Internacionais e seus Dilemas Formais e Informais**: a Construção da Arquitetura de Resistência Global. Ijuí, Rs: Ed. Unijuí, 2012. 661 P. (Coleção Relações Internacionais e Globalização ; 38). Isbn 9788541900089. Cretella Neto, José. **Teoria Geral das Organizações Internacionais**. 3. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online Isbn 9788502201293. Bibliografia Complementar: Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 13. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530990442. Almeida, Paula Wojcikiewicz; Barretto, Rafael Zelesco. **Direito das Organizações Internacionais**. Rio de Janeiro, Rj: Fgv, 2014. 830 P. Isbn 9788522514793. Campos, João Luiz Mota de (Coord.). **Organizações Internacionais**: Teoria Geral: Estudo Monográfico das Principais Organizações Internacionais de que Portugal É Membro. 3. Ed. Lisboa, Pt: Juruá Ed., 2012. 607 P. Isbn 978-85-362-1836-6.

- DIREITO DAS SUCESSÕES: Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha. Bibliografia Básica: Nader, Paulo. **Curso de**





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Direito Civil, V.6 Direito das Sucessões. 7. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530968748. Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V.6** Sucessões. 17. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597009835. Diniz, Maria Helena. **Direito das Sucessões**. 21. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Saraiva, 2007. Xii, 431 P. (Curso de Direito Civil Brasileiro ; V. 6). Isbn 978-85-020-5995-5. Bibliografia Complementar: Hironaka, Giselda Maria Fernandes Novaes; Tartuce, Flávio; Simão, José Fernando. **Direito de Família e das Sucessões**: Temas Atuais. Rio de Janeiro, Rj: Forense, São Paulo, Sp: Método, 2009. 569 P. Isbn 9788530929862. Scalquette, Ana Claudia Silva. **Família e Sucessões**. 7. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522494132. Dias, Maria Berenice. **Manual das Sucessões**. 4. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2015. 708 P. Isbn 978-85-203-6103-0.

- DIREITO DE FAMÍLIA: Família como fenômeno jurídico e fontes do Direito de Família. Casamento e expressões alternativas de convivência familiar. Relações interconjugais e relações paterno-filiais. Regime patrimonial das famílias. Dissolução do casamento e da união estável. Alimentos. Direito Protetivo. Crianças, idosos e os Direitos Humanos no contexto familiar. Bibliografia Básica: Lôbo, Paulo. **Direito Civil** Famílias. 7. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547209865. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V. 6** Direito de Família. 16. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553608966. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 5** Direito de Família. 14. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530983970. Bibliografia Complementar: Diniz, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro, Volume 5**: Direito de Família. 32. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2018. 856 P. Isbn 9788547223175. Curso de Direito da Criança e do Adolescente Aspectos Teóricos e Práticos. 12. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553611546. Pereira, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil, V. 5** Direito de Família. 27. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984984. Dias, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 12. Ed. Rev., Ampl. e Atual. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2017. 798 P. Isbn 9788520370957. Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 6** Direito de Família. 9. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609543.

- DIREITO DESPORTIVO: História do Desporto e do Direito Desportivo. Fundamentos, Constituição Federal, Lei Geral sobre o Desporto. Entidades de Prática Desportiva. A Justiça Desportiva e CBJD. Estatuto de Defesa do Torcedor. Contratos desportivos (civis e trabalhistas). Direito Desportivo Internacional. Direito tributário desportivo. Direito Penal Desportivo Bibliografia Básica: Fontoura, Rodrigo Brandão. **Contratos de Prestação de Serviços e Mitigação de Riscos**. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000245. Direito Desportivo. Campinas, Sp: Mizuno, 2000. 576 P. Isbn 85-86557-19-6. Malina, André; Cesario, Sebastiana (Org.). **Esporte**: Fator de Integração e Inclusão Social? Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2009. 164 P. Isbn 9788576132219. Bibliografia Complementar: Ustároz, Daniel. **Contratos em Espécie**. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597001068. Cárnio, Thaís Cíntia. **Contratos Internacionais** Teoria e Prática. São Paulo Atlas 2009 1 Recurso Online Isbn 9788522474103. Caús, Cristiana. **Direito Aplicado a Gestão do Esporte**. São Paulo Trevisan 2013 1 Recurso Online Isbn 9788599519561.

- DIREITO DE TRÂNSITO: O Código de Trânsito Brasileiro. Responsabilidade civil no trânsito. Sistema administrativo do trânsito. Segurança no trânsito Bibliografia Básica: Capez, Fernando. **Aspectos Criminais do Código de Trânsito**. 3. São





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502618619. Almeida Sobrinho, José. **Comentários ao Código de Trânsito Brasileiro**. Rio de Janeiro Forense 2012 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-4440-7. Gonçalves, Victor Eduardo Rios. **Legislação Penal Especial** Crimes Hediondos, Drogas, Terrorismo, Tortura, Armas de Fogo, Contravenções Penais, Crimes de Trânsito. 16. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V. 24, Tomo 2). Isbn 978655592290. Bibliografia Complementar: Mitidiero, Nei Pires. **Crimes de Trânsito e Crimes de Circulação Extratransito** Comentários à Parte Penal do Código de Trânsito Brasileiro. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502225299. Marcão, Renato. **Crimes de Trânsito**. 6. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547223991. Polastri, Marcellus. **Crimes de Trânsito** Aspectos Penais e Processuais. 2. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522497102.

- DIREITO DE VIZINHANÇA: Do uso anormal da propriedade. Das árvores limítrofes. Da passagem forçada. Da passagem de cabos e tubulações. Do limite entre prédios e do direito de tapagem. Do direito de construir Bibliografia Básica: Venosa, Sílvio de Salvo. **Código Civil Comentado, V.12** Direito das Coisas, Posse, Direitos Reais, Propriedade, Artigos 1.196 a 1.368. São Paulo Atlas 2003 1 Recurso Online Isbn 9788522477036. Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V. 4** Direitos Reais. 19. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597020854. Venosa, Sílvio de Salvo. **Código Civil Comentado, V.12** Direito das Coisas, Posse, Direitos Reais, Propriedade, Artigos 1.196 a 1.368. São Paulo Atlas 2003 1 Recurso Online Isbn 9788522477036. Bibliografia Complementar: Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 4** Direitos das Coisas. 10. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530978211. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil 3 Esquematizado**. 4. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547211530. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V.5** Direito das Coisas. 12. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547213039.

- DIREITO DIGITAL E PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO: Introdução ao direito eletrônico. Questões constitucionais em direito eletrônico. Crimes eletrônicos. Responsabilidade civil na informática. Contratos eletrônicos. Propriedade imaterial no direito eletrônico. Processo judicial eletrônico. Bibliografia Básica: Teixeira, Tarcísio. **Curso de Direito e Processo Eletrônico** Doutrina, Jurisprudência e Prática. 3. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502628069. Fiorillo, Celso Antônio Pacheco. **Princípios Constitucionais do Direito da Sociedade da Informação** a Tutela Jurídica do Meio Ambiente Digital. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502230644. Abrão, Carlos Henrique. **Processo Eletrônico** Processo Digital. 5. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011784. Bibliografia Complementar: Peck, Patricia. **Direito Digital**. 6. São Paulo Saraiva Educação 2016 1 Recurso Online Isbn 9788502635647. De Lucca, Newton; Simão Filho, Adalberto (Coord.). **Direito & Internet, Vol. II: Aspectos Jurídicos Relevantes**. São Paulo, Sp: Quartier Latin, 2008. 718 P. Isbn 85-7674-302-7. O Direito na Sociedade da Informação III a Evolução do Direito Digital, V.3. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522482139.

- DIREITO DIGITAL E TECNOLÓGICO: Direito e tecnologias emergentes. Regulação da Internet: Lei dos Crimes Informáticos; Lei de Acesso à Informação; Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Regulação de Aplicações inovadoras: Economia Compartilhada, Fintechs. Big Data e Inteligência Artificial no Direito. Blockchain, criptomoedas e contratos inteligentes. Direito de propriedade intelectual, direito de startups. Relações entre ciência e tecnologia e sociedade e ética. Bibliografia Básica: Peck, Patricia. **Direito Digital**. 6. São Paulo Saraiva





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Educação 2016 1 Recurso Online Isbn 9788502635647. Direito Privado e Internet Atualizado pela Lei Nº 12.965/2014. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522490486. Pinheiro, Patrícia Peck. **Proteção de Dados Pessoais** Comentários à Lei N. 13.709/2018 (Lgpd). São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553608324. Bibliografia Complementar: Carmargo, Liriane Soares de Araujo De. **Arquitetura da Informação** Uma Abordagem Prática. Rio de Janeiro Ltc 2011 1 Recurso Online Isbn 978-85-216-2094-5. Teixeira, Tarcísio. **Comércio Eletrônico Conforme o Marco Civil da Internet e a Regulamentação do E-commerce no Brasil**. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502622494. O Direito na Sociedade da Informação III a Evolução do Direito Digital, V.3. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522482139. Fiorillo, Celso Antônio Pacheco. **o Marco Civil da Internet e o Meio Ambiente Digital na Sociedade da Informação** Comentários à Lei N. 12.965/2014. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502627741. Bioni, Bruno Ricardo. **Proteção de Dados Pessoais** a Função e os Limites do Consentimento. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530983291.

- DIREITO DO CONSUMIDOR: Direitos básicos do consumidor. Conceito e princípios no Código de Defesa do Consumidor. Os contratos na relação de consumo. Esferas de responsabilização e sanções no CDC. Proteção do consumidor em juízo. O sistema nacional de defesa do consumidor. Bibliografia Básica: Nunes, Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor**. 11. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547217037. Filomeno, José Geraldo Brito. **Curso Fundamental de Direito do Consumidor**. 3. São Paulo Atlas 1 Recurso Online Isbn 9788522490653. Khouri, Paulo Roberto Roque Antonio. **Direito do Consumidor** Contratos, Responsabilidade Civil e Defesa do Consumidor em Juízo. 6. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522486472. Bibliografia Complementar: Bolzan, Fabrício. **Direito do Consumidor Esquematizado**. 5. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547217600. Theodoro Júnior, Humberto. **Direitos do Consumidor**. 9. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976828. Almeida, João. **Manual de Direito do Consumidor**. 6. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502616844.

- DIREITO DOS ANIMAIS: Aspectos filosóficos e históricos sobre o estatuto jurídico dos animais não-humanos. Diferença entre as correntes de proteção animal: de "direitos dos animais" e "bem-estar animal". Relação entre o movimento dos direitos dos animais com outros movimentos de justiça social. Normas de proteção animal. Relação entre direitos e deveres fundamentais de proteção do animal não-humano. Animais como sujeito de direitos. Bibliografia Básica: Souza, Luiz Antonio De. **Direitos Difusos e Coletivos**. 6. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online (Oab Nacional). Isbn 9788502226210. Durand, Guy. **Introdução Geral à Bioética: História, Conceitos e Instrumentos**. 5. Ed. São Paulo, Sp: Ed. Centro Universitário São Camilo, Loyola, 2014. 431 P. Isbn 9788515025787. Leite, José Rubens Morato. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502622524. Bibliografia Complementar: Molinaro, Carlos Alberto. **a Dignidade da Vida e os Direitos Fundamentais para Além dos Humanos: Uma Discussão Necessária**. Belo Horizonte, Mg: Fórum, 2008. 542 P. (Coleção Fórum de Direitos Fundamentais ; 3). Isbn 978-85-7700-120-0. May, Peter Herman. **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática**. 2. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Elsevier, 2010. 379 P. Isbn 978-85-352-3765-8. Namba, Edison Tetsuzo. **Manual de Bioética e Biodireito**. 2. Ed. Ampl., Atual. e Rev. São Paulo, Sp: Atlas, 2015. X, 248 P. Isbn 9788522495603.





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

- DIREITO DOS POVOS: Direito à diversidade. Direito dos idosos. Direito dos índios. Direito da pessoa com deficiência. Direito do preso (recluso). Direito dos estrangeiros. Direito das minorias religiosas. Direito e relações étnico-raciais. Bibliografia Básica: Ramos, Paulo Roberto Barbosa. **Curso de Direito do Idoso**. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788502213968. Ferraz, Carolina Valença. **Direito à Diversidade**. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522496532. Direitos da Infância, Juventude, Idoso e Pessoas com Deficiência. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522486021. Bibliografia Complementar: Urquiza, Antônio H. Aguilera; Prado, José Henrique; Fernandes, Saulo Conde (Org.). **Antropologias em Mato Grosso do Sul: Povos Tradicionais na Contemporaneidade**. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2018. 413 P. Isbn 9788576135760. Direitos Humanos e Diversidade. Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595028012. Ricardo, Beto; Ricardo, Fany (Ed.). **Povos Indígenas do Brasil: 2011-2016**. São Paulo, Sp: Instituto Socioambiental, 2017. 827 P. Isbn 97885994853. Ramos, Alcida Rita. **Sociedade Indígenas**. São Paulo, Sp: Atica, 1986. 96 P. (Princípios 59). Piovesan, Flavia. **Temas de Direitos Humanos**. 9. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2016. 662 P. Isbn 9788547203009.

- DIREITO DO TRABALHO I: Formação do direito do trabalho no Brasil e no mundo. Direito do trabalho enquanto ciência. Relação empregatícias e seus sujeitos. Flexibilização e Terceirização trabalhista. Contrato de trabalho. Salário e remuneração. Bibliografia Básica: Martinez, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho** Relac?O?Es Individuais, Sindicais e Coletivas do Trabalho. 10. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610129. Jorge Neto, Francisco Ferreira. **Direito do Trabalho**. 9. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597018974. Leite, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. 10. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553602087. Bibliografia Complementar: Redinz, Marco Antonio. **Contratos Trabalhistas na Prática** um Guia de Acordo com a Reforma Trabalhista. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610075. Renzetti, Rogério. **Direito do Trabalho** Teoria e Questões Práticas. 5. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online (Provas & Concursos). Isbn 9788530981402. Romar, Carla Teresa Martins. **Direito do Trabalho Esquemático**. 5. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online (Esquemático). Isbn 9788553601288. Calvo, Adriana. **Manual de Direito do Trabalho**. 4. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553611287.

- DIREITO DO TRABALHO II: Duração do trabalho e Jornada. Períodos de descanso. Alteração, Interrupção, suspensão e término do contrato de emprego. Estabilidades e garantias de emprego. Meio ambiente do trabalho e educação ambiental. Prescrição e decadência. Direito coletivo do trabalho. Organização sindical e Representação dos trabalhadores. Conflitos coletivos de trabalho. Negociação coletiva. Greve. Bibliografia Básica: Martinez, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho** Relac?O?Es Individuais, Sindicais e Coletivas do Trabalho. 10. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610129. Jorge Neto, Francisco Ferreira. **Direito do Trabalho**. 9. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597018974. Leite, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. 10. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553602087. Bibliografia Complementar: Redinz, Marco Antonio. **Contratos Trabalhistas na Prática** um Guia de Acordo com a Reforma Trabalhista. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610075. Renzetti, Rogério. **Direito do Trabalho** Teoria e Questões Práticas. 5. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online (Provas & Concursos). Isbn 9788530981402. Romar, Carla Teresa Martins. **Direito do Trabalho Esquemático**. 5. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

(Esquemático). Isbn 9788553601288. Calvo, Adriana. **Manual de Direito do Trabalho**. 4. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553611287.

- DIREITO E CIDADE: Direito à cidade. Função social da propriedade urbana. Plano diretor. Mecanismos de intervenção urbana e regularização fundiária. Parcelamento do solo urbano. A cidade como promotora de cidadania. A cidade e suas barreiras: formas de inclusão. Bibliografia Básica: Carvalho Filho, José dos Santos. **Comentários ao Estatuto da Cidade**. 5ª. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522476862. Fiorillo, Celso Antônio Pacheco. **Estatuto da Cidade Comentado** Lei N. 10.257/2001 : Lei do Meio Ambiente Artificial, 6ª Edição. 6. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502213906. Brasil.; Ramez, Tebet. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. Brasília, Df: Senado Federal, 2002. 92 P. Bibliografia Complementar: Silva, José Afonso Da. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo, Malheiros Editores, 2. Ed.1995. Mukai, Toshio. **Direito Urbano-ambiental Brasileiro**. 2. Ed. São Paulo, Sp: Dialética, 2002. 351 P. Isbn 85-7500-046-2. Cândido, Antônio. **o Discurso e a Cidade**. São Paulo, Sp: Duas Cidades, 1993. 316 P. Mukai, Toshio. **o Estatuto da Cidade** Anotações à Lei N. 10.257, de 10/7/2001. 3. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online Isbn 9788502182653. Santos Júnior, Orlando Alves Dos; Montandon, Daniel Todtmann (Org.). **os Planos Diretores Municipais Pós-estatuto da Cidade**: Balanço Crítico e Perspectivas. Rio de Janeiro, Rj: Observatório das Metrópoles, 2011. 295 P. Isbn 9788577850891.

- DIREITO ECONOMICO E CONCORRENCIAL: Direito Constitucional Econômico e Políticas Públicas. A Ordem Econômica na Constituição Federal. Regulação Econômico Social e Exploração direta da Atividade Econômica pelo Estado. Direito da Concorrência. Bibliografia Básica: Rebêlo, Felipe Cesar José Matos. **Atividade Econômica e Publicidade Comparativa** a Defesa do Consumidor e da Concorrência. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522474721. Cretella Neto, José. **Curso de Direito Internacional Econômico**. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online Isbn 9788502179660. Frazão, Ana. **Direito da Concorrência**. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547219611. Bibliografia Complementar: Bagnoli, Vicente. **Comentários à Nova Lei de Defesa da Concorrência**. Rio de Janeiro Método 2012 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-4324-0. Tavares, Andre Ramos. **Direito Constitucional Econômico**. 3ª. Rio de Janeiro Método 2011 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-4775-0. Fonseca, João Bosco Leopoldino Da. **Direito Econômico**. 9. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530974497.

- DIREITO E EDUCAÇÃO: As relações entre Direito e Educação. Legislação como etapa e como parte do Direito Educacional. Educação como direito subjetivo. Direito e Educação Especial. Pesquisa na jurisprudência administrativa e judiciária. A Educação nos tribunais. Bibliografia Básica: Sousa, Eliane Ferreira De. **Direito à Educação** Requisito para o Desenvolvimento do País. São Paulo Saraiva 2010 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788502146655. Toledo, Margot De. **Direito Educacional**. São Paulo Cengage Learning 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522122479. Bittar, Carla Bianca. **Educação e Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502213005. Bibliografia Complementar: Moll, Jaqueline. **Caminhos da Educação Integral no Brasil** Direito a Outros Tempos e Espaços Educativos. Porto Alegre Penso 2012 1 Recurso Online Isbn 9788563899637. Rayo, José Tuvilla. **Educação em Direitos Humanos** Rumo a Uma Perspectiva Global. 2. Porto Alegre Artmed 2013 1 Recurso Online Isbn 9788536317779. Menegat, Alzira Salete; Pereira, Veronica Aparecida.





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Movimentos Sociais em Rede de Diálogos: Assentamentos Rurais, Educação e Direitos Humanos. Dourados, Ms: Ed. Ufgd, 2013 288 P. Isbn 978-85-8147-038-2.

- DIREITO E ESTADO: Poder político e liberdade. Institucionalização do poder político. Sociedade e Estado. O Estado e seus elementos constitutivos. Globalização e soberania. Estado e direito: legitimidade e legalidade. O exercício do poder político. Representação política: modelos e institutos. Formas de Estado: centralização e descentralização política. Formas e sistemas de governo Bibliografia Básica: Pinto, Kleber Couto. **Curso de Teoria Geral do Estado** Fundamento do Direito Constitucional Positivo. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522480616. Zippelius, Reinhold. **Linha de Direito Comparado** Teoria Geral do Estado. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788502617995. Filomeno, José Geraldo Brito. **Teoria Geral do Estado e da Constituição**. 10. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530971656. Bibliografia Complementar: Sieyès, Abade. **Exposição Refletida dos Direitos do Homem e do Cidadão, V.1**. 2. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522499892. Acquaviva, Marcus Cláudio. **Teoria Geral do Estado**. 3. São Paulo Manole 2010 1 Recurso Online Isbn 9788520442227. Maluf, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 33. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547216993. Maluf, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 34. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553600571.

- DIREITO ELEITORAL: Direito eleitoral: conceito, fontes e princípios. Democracia e direitos políticos. Capacidade eleitoral. Alistabilidade, elegibilidade, inelegibilidade. Alistamento e voto. Partidos políticos. Justiça Eleitoral. Ministério Público Eleitoral. Sistema eleitoral. Eleições e campanhas eleitorais. Financiamento das campanhas eleitorais e prestação de contas. Pesquisas eleitorais e propaganda eleitoral. Votação, eleição e nulidades. Infrações eleitorais. Panorama do processo eleitoral. Bibliografia Básica: Gomes, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 13. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011692. Chimenti, Ricardo Cunha. **Direito Eleitoral**. 7. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 29"). Isbn 9788547217501. Pereira, Erick Wilson. **Direito Eleitoral** Interpretação e Aplicação das Normas Constitucionais, Eleitorais. São Paulo Saraiva 2009 1 Recurso Online Isbn 9788502152342. Bibliografia Complementar: Cerqueira, Thales Tácito. **Direito Eleitoral Esquematizado**. 5. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Esquematizado). Isbn 9788502624702. Maquiavel, Nicolau. **o Príncipe**. São Paulo Blucher 2020 1 Recurso Online Isbn 9788521219507. Lunardi, Fabrício Castagna. **o Stf na Política e a Política no Stf** Poderes, Pactos e Impactos para a Democracia. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788553618347.

- DIREITO EMPRESARIAL I: Formação histórica do direito comercial, sua autonomia e fontes. Teoria geral do direito empresarial. Direito societário: sociedades não personificadas (em comum e em conta de participação) e sociedades personificadas (simples, em nome coletivo e em comandita simples e sociedade limitada). Bibliografia Básica: Ramos, Andre Luis Santa Cruz. **Direito Empresarial**. 7. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975388. Mamede, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro**: Teoria Geral dos Contratos, Vol.5. São Paulo: Atlas, 2010. 476 P. Isbn 978-85-224-6009-0 Bruscatto, Wilges. **Manual de Direito Empresarial Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2011. 758 P. Isbn 978-85-02-09623-3. Bibliografia Complementar: Tomazette, Marlon. **Curso de Direito Empresarial, V.1** Teoria Geral e Direito Societário. 8. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011203. Chagas, Edilson Eneidino Das. **Direito Empresarial Esquematizado**. 4. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

9788547211561. Sanchez, Alessandro. **Direito Empresarial I** Teoria Geral do Direito Empresarial, Concorrência e Propriedade Intelectual. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Saberes do Direito 27). Isbn 9788502177314.

- DIREITO EMPRESARIAL II: Sociedade anônima (evolução histórica, mercado de capitais e CVM, valores mobiliários, órgão societários e resultados sociais). Títulos de crédito (teoria geral, letra de câmbio, nota promissória, cheque e duplicata mercantil). Contratos mercantis (aspectos gerais). Bibliografia Básica: Mamede, Gladston. **Direito Societário** Sociedades Simples e Empresárias: Direito Empresarial Brasileiro. 11. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597019063. Fazzio Junior, Valdo. **Manual de Direito Comercial**. 20. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597020366. Coelho, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa**. 26. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2014. 552 P. Isbn 9788502216518. Bibliografia Complementar: Mamede, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro** Empresa e Atuação Empresarial. 10. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597014440. Bruscatto, Wilges. **Manual de Direito Empresarial Brasileiro**. São Paulo Saraiva 2010 1 Recurso Online Isbn 9788502113756. Salomão Filho, Calixto. **o Novo Direito Societário** Eficácia e Sustentabilidade. 5. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553611522.

- DIREITO EMPRESARIAL III: Teoria geral do direito falimentar. Da recuperação judicial (parte geral, do pedido e do processamento da recuperação judicial, do plano e do procedimento da recuperação judicial e do plano especial da recuperação judicial). Da falência. Bibliografia Básica: Negrão, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa, V. 3** Recuperação de Empresas, Falência e Procedimentos Concursais Administrativos. 13. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610051. Mamede, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro, V.4** Falência e Recuperação de Empresas. 8. São Paulo Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597007923. Salomão, Luis Felipe. **Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência** Teoria e Prática. 3. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976651. Bibliografia Complementar: Campinho, Sergio. **Curso de Direito Comercial** Falência e Recuperação de Empresa. 9. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547223212. Tomazette, Marlon. **Curso de Direito Empresarial, V. 3** Falência e Recuperação de Empresas. 7. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609178. Santa Cruz, André. **Direito Empresarial, Volume Único**. 10. Rio de Janeiro Método 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530990343.

- DIREITO E PODER: Direito, poder e legitimidade. O direito como regulação dos sistemas em sociedades diferenciadas. Poder disciplinar e violência. Poder simbólico e campo jurídico. Poder administrativo, poder social e poder comunicativo. Cidadania ativa e poder. Formas de democracia. Direito e poder global Bibliografia Básica: Bonavides, Paulo. **Ciência Política**. 10. Ed. São Paulo, Sp: Malheiros, 2003. 498 P. Isbn 8574200239. D'urso, Flavia. **a Crise da Representação Política do Estado** Perspectivas da Soberania em Carl Schmitt, Michel Foucault e Giorgio Agamben. São Paulo Minha Editora 2016 1 Recurso Online Isbn 9788520452271. Bobbio, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: para Uma Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro, Rj: Paz e Terra, 1987-2012. 173 P. (Coleção Pensamento Crítico ; 69). Isbn 9788577530175. Bibliografia Complementar: Martins, Estevão C. de Rezende. **Cultura e Poder**. 2. São Paulo Saraiva 2003 1 Recurso Online Isbn 9788502110717. Pinho, Rodrigo César Rebello. **da Organização, do Estado, dos Poderes, e Histórico das Constituições**. 16. São Paulo Saraiva Educação 2016 1





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Recurso Online (Sinopses Jurídicas 18"). Isbn 9788547210458. Ommati, José Emílio Medauar. **Teoria da Constituição**. 5. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2016. 349 P. Isbn 9788584404322. Bobbio, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. São Paulo, SP: Edipro, 2011. 175 P. Isbn 978-85-728-3751-4.

- DIREITO E SAÚDE: Sistema único de saúde. Direito fundamental à saúde. Saúde e iniciativa privada. Negócios jurídicos afetos à saúde. Noções de responsabilidade civil. A responsabilidade civil do profissional da saúde. A judicialização da saúde Bibliografia Básica: Direito e Medicina. Rio de Janeiro Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-970-0271-3. Bottesini, Maury Ângelo. **Lei dos Planos e Seguros de Saúde Comentada** Artigo por Artigo. 3. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6415-3. Cavalieri Filho, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 12. Rio de Janeiro Grupo Gen 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000764. Bibliografia Complementar: Borges, Gustavo. **Erro Médico nas Cirurgias Plásticas**. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522489534. Bucci, Maria Paula Dallari. **Judicialização da Saúde**. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547211295. Melo, Nehemias Domingos De. **Responsabilidade Civil por Erro Médico** Doutrina e Jurisprudência. 3. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522493340.

- DIREITO FINANCEIRO: Atividade financeira do Estado. Conceito e objeto do direito financeiro. Despesa pública e receita pública. Crédito público. Orçamento público. Princípios de direito financeiro. Elaboração, execução e controle da execução orçamentária. Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Responsabilidade fiscal. Bibliografia Básica: Martins, Ives Gandra da Silva. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502230484. Abraham, Marcus. **Curso de Direito Financeiro Brasileiro**. 4. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530974794. Carneiro, Claudio. **Curso de Direito Tributário e Financeiro**. 6. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502626859. Bibliografia Complementar: Squizzato, Ana Carolina. **Direito Financeiro e Econômico**. São Paulo Método 2013 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-4683-8. Piscitelli, Tathiane. **Direito Financeiro Esquematizado**. 5. Rio de Janeiro Método 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6287-6. Harada, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. 26. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011067.

- DIREITO IMOBILIÁRIO: Propriedade urbana e função social. Mecanismos de inclusão social. Contratos de financiamento imobiliário: sistema financeiro de habitação. Alienação fiduciária. Proteção do consumidor imobiliário. Vícios e defeitos do imóvel. Novos modelos de propriedade imóvel Bibliografia Básica: Guilherme, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Comentários à Lei de Locações** Lei N. 8.245, de 18 de Outubro de 1991. São Paulo Manole 2017 1 Recurso Online Isbn 9788520454824. Scavone Junior, Luiz Antonio. **Direito Imobiliário** Teoria e Prática. 12. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975531. Araújo Júnior, Gediel Claudino De. **Prática de Locação**. 7. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597008579. Bibliografia Complementar: Pacheco, José da Silva. **Questões de Direito Imobiliário**. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 1998. 564 P. Isbn 85-7147-104-5. Junqueira, Gabriel J. P. **Teoria e Prática do Direito Imobiliário : Aquisição, Perda, Defesa, Ações**. 2. Ed. Bauru, SP: Edipro, 1997. 234 P. Isbn 85-7283-184-3 Agharian, Hercules. **Curso de Direito Imobiliário**. 12. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000337.

- DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO: Evolução histórica do direito





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

humanitário. Conceito, propósitos, objetivos e princípios. Âmbito de aplicação. Tratados e normas básicas. Intervenção humanitária. Atuação das Nações Unidas e organizações regionais. Responsabilidade de proteger. Bibliografia Básica: Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. 5. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980436. Sousa, Mônica Teresa Costa. **Direito Internacional Humanitário**. 2. Ed. Rev. e Atual. Curitiba, Pr: Juruá Ed., 2011. 206 P. (Biblioteca de Direito Internacional). Isbn 978-85-362-1488-7. Cinelli, Carlos Frederico. **Direito Internacional Humanitário: Ética e Legitimidade na Aplicação da Força em Conflitos Armados**. Curitiba, Pr: Juruá Ed., 2011. 312 P. Isbn 9788536233185. Bibliografia Complementar: Bouchet-saulnier, Françoise. **Dicionário Prático do Direito Humanitário**. Lisboa, Pt: Instituto Piaget, 1998. 545 P. Isbn 9727717489. Faccioli, Angêlo Fernando. **Direito Internacional Humanitário, Volume I: Guerras e Conflitos Armados**. Curitiba, Pr: Juruá Ed., 2015. 259 P. Isbn 9788536253237. Pereira, Gustavo Oliveira de Lima. **Direitos Humanos e Hospitalidade a Proteção Internacional para Apátridas e Refugiados**. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522490738.

- DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: Objetos, fontes normativas e estruturas do direito internacional privado. Preceitos básicos e princípios gerais de direito processual civil internacional. Homologação de sentença estrangeira. Cooperação judiciária internacional. Direito Internacional Privado, educação ambiental e Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Privado**. 4. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985448. Rechsteiner, Beat Walter. **Direito Internacional Privado Teoria e Prática**. 20. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553608225. Basso, Maristela. **Curso de Direito Internacional Privado**. 6. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597023060. Bibliografia Complementar: Tavora, Fabiano. **Direito Internacional Público, Privado e Comercial**. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 33"). Isbn 9788553601387. Dolinger, Jacob. **Direito Internacional Privado**. 14. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980740. Basso, Maristela. **Curso de Direito Internacional Privado**. 2. Ed. Rev. e Atual. Conforme a Lei N. 12.376/2010. São Paulo, Sp: Atlas, 2011. 388 P. Isbn 9788522462933. Dolinger, Jacob. **Direito Internacional Privado: (Parte Especial) : Direito Civil Internacional, Volume II : Contratos e Obrigações no Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro, Rj: Renovar, 2007. 575 P. Isbn 9788571476202.

- DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: Estudo do direito internacional: compreendendo as clássicas divisões entre o direito internacional público (DIP) e o direito internacional privado (DIPr). Fontes do direito internacional público: sujeitos, negociadores e efeito. Personalidade internacional; nacionalidade e condição jurídica do estrangeiro; proteção internacional dos direitos humanos. Direito internacional do meio ambiente e educação ambiental; Refugiados ambientais. Organizações internacionais universais e as de integração regional; domínio público internacional. Bibliografia Básica: Varella, Marcelo Dias. **Direito Internacional Público**. 7. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547229344. Piovesan, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 18. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553600274. Accioly, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. 24. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610099. Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 13. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530990442. Bibliografia Complementar: Tavora, Fabiano. **Direito Internacional Público, Privado e Comercial**. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Online (Sinopses Jurídicas 33"). Isbn 9788553601387. Rezeck, Francisco. **Direito Internacional Público** Curso Elementar. 17. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553172894. Trindade, Antônio Augusto Cançado. **Direito das Organizações Internacionais**. 6. Ed. Rev., Atual. e Ampl. Belo Horizonte, Mg: Del Rey, 2014. Lvi, 846 P. Isbn 9788538403678. Ramos, André de Carvalho. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional**. 6. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2016. 384 P. Isbn 9788547202767. Guerra, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público**. 11. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788547219598.

- DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL I: Parte especial: teoria geral dos tipos penais. Dos crimes em espécie I Bibliografia Básica: Prado, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro, Volume 1: Parte Geral - Arts. 1. a 120**. 11. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 873 P. Isbn 978-85-203-4215-2 Brandão, Claudio. **Curso de Direito Penal** Parte Geral. 2. Rio de Janeiro Forense 2010 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-3792-8. Prado, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro** Parte Geral e Parte Especial. 17. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984113. Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, V. 2** Parte Especial: Crimes contra a Pessoa. 19. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553611591. Bibliografia Complementar: Costa Junior, Paulo José Da. **Curso de Direito Penal**. 12. São Paulo Saraiva 2010 1 Recurso Online Isbn 9788502135390. Dotti, René Ariel. **Curso de Direito Penal**: Parte Geral. 4. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012 892 P. Isbn 978-85-203-4251-0 Zaffaroni, Eugenio Raúl; Pierangeli, Jose Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**: Parte Geral. 2. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 1999. 888 P. (Rt Didáticos). Isbn 978-85-203-1774-7.

- DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL II : Parte especial: teoria geral dos tipos penais. Dos crimes em espécie II Bibliografia Básica: Nucci, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 15. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984090. Prado, Luiz Regis. **Tratado de Direito Penal Brasileiro, V. 2** Parte Especial (Arts. 121 a 249 do Cp). 3. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984656. Prado, Luiz Regis. **Tratado de Direito Penal Brasileiro, V. 3** Parte Especial (Arts. 250 a 361). 3. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984571. Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, V. 4** Parte Especial: Crimes contra Adignidade Sexual Ate? Crimes contra a Fe? Pu?Blica. 13. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610044. Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, V. 5** Parte Especial: Crimes contra a Administração Pu?Blica e Crimes Praticados por Prefeitos. 13. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609215. Bibliografia Complementar: Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal, V. 3** Parte Especial: Arts. 213 a 361 do Código Penal. 3. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530983239. Greco, Rogério. **Curso de Direito Penal: Volume 3 : Parte Especial**. 13. Ed. Rev., Ampl. e Atual. Niterói, RJ: Impetus, 2016. 1121 P. Isbn 9788576268673. Masson, Cleber. **Direito Penal, V. 3** Parte Especial (Arts. 213 a 359H). 9. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986339. Batista, Nilo. **Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro**. 12. Ed. Rev. e Atual. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2015. 134 P. Isbn 9788571064157. Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, V. 3** Parte Especial: Crimes Contrao Patrimo?Nio Ate? Crimes contra o Sentimento Religioso e contra o Respeito aos Mortos. 15. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610426.





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

- DIREITO PORTUÁRIO: Direito Marítimo e o Direito Portuário. Navio e embarcação. Elementos individualizações da embarcação. Requisitos de sustentabilidade. Meio ambiente e obrigações marítimas. Porto de registro. Direito Aduaneiro básico. Bibliografia Básica: Luz, Rodrigo. **Comércio Internacional e Legislação Aduaneira**. 6. Rio de Janeiro Método 2015 1 Recurso Online (Provas & Concursos). Isbn 978-85-309-6393-4. Martins, Eliane Maria Octaviano. **Curso de Direito Marítimo, V.1** Teoria Geral. 4. São Paulo Manole 2013 1 Recurso Online Isbn 9788520444719. Caparroz, Roberto. **Comércio Internacional e Legislação Aduaneira Esquemático**. 4. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547211417. Bibliografia Complementar: Martins, Eliane Maria Octaviano. **Curso de Direito Marítimo, V.2** Vendas Marítimas. 2. São Paulo Manole 2013 1 Recurso Online Isbn 9788520444726. Santos, Elionai José Dos. **Logística Aduaneira**. Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595023604. Vade Mecum de Direito Marítimo. São Paulo Manole 2015 1 Recurso Online Isbn 9788520451632.

- DIREITO PREVIDENCIÁRIO I: Evolução do Direitos Previdêncio. Direitos Humanos e principios constitucionais previdenciários. Lei no 8.213/1991: legislação de regência dos benefícios. Benefícios: segurado e dependentes. Carência, cálculo e reajustamento do valor dos benefícios. Contribuintes. Bibliografia Básica: Castro, Carlos Alberto Pereira De. **Manual de Direito Previdenciário**. 22. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985363. Santos, Marisa Ferreira Dos. **Direito Previdenciário**. 15. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V 25). Isbn 9786555592429. Castro, Carlos Alberto Pereira De. **Manual de Direito Previdenciário** de Acordo com a Reforma Previdenciária Ec 103, de 12.11.2019. 23. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530988715. Bibliografia Complementar: Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 13. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530990442. Eduardo, Italo Romano. **Curso de Direito Previdenciário** Teoria, Jurisprudência e Questões. 12. São Paulo Método 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530971069. Santos, Marisa Ferreira Dos. **Direito Previdenciário**. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 25). Isbn 9788553609994. Garcia, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito da Seguridade Social**. 3. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975333. Rocha, Daniel Machado Da. **Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social, Lei 8.213, de 24 de Julho de 1991**. 18. Rio de Janeiro Atlas 2020 1 Recurso Online Isbn 9788597023862.

- DIREITO PREVIDENCIÁRIO II: Benefícios em espécie. Lei no 8.212/1991: legislação de regência do funcionamento da segurança social. Espécies de contribuições sociais. Bibliografia Básica: Santos, Marisa Ferreira Dos. **Direito Previdenciário**. 15. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V 25). Isbn 9786555592429. Castro, Carlos Alberto Pereira De. **Manual de Direito Previdenciário**. 22. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985363. Castro, Carlos Alberto Pereira De. **Manual de Direito Previdenciário**. 22. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985363. Bibliografia Complementar: Alves, Hélio Gustavo. **Guia Prático dos Benefícios Previdenciários**. 2. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530991449. Agostinho, Theodoro. **Manual de Direito Previdenciário**. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online Isbn 9786555592399. Alencar, Hermes Arrais. **Cálculo de Benefícios Previdenciários** Regime Geral Deprevidência Social: Teses Revisionais: da Teoria à Prática. 10. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553611805.





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL I: Teoria geral do processo como instrumento basilar para o conhecimento do direito processual. Introdução e parte geral do direito processual civil. Normas fundamentais do processo civil. Bibliografia Básica: Wambier, Luiz Rodrigues; Talamini, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil, Volume 1**: Teoria Geral do Processo. 16. Ed. Reform. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2016. 607 P. Isbn 978-85-203-6698-1. Didier Junior, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**: Volume 1 : Introdução ao Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. 19. Ed. Rev., Ampl. e Atual. Salvador, Ba: Juspodivm, 2017. 879 P. Isbn 9788544210109. Bueno, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil** V. 2: Procedimento Comum, Processos nos Tribunais e Recursos. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610167. Theodoro Júnior, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, V. 1** Teoria Geral do Direito Processual Civil; Processo de Conhecimento; Procedimento Comum. 60. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530984359. Gonçalves, Marcus Vinícius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil, V. 1** Teoria Geral e Processo de Conhecimento (1ª Parte). 15. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553600557. Bibliografia Complementar: Donizetti, Elpidio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. 22. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597020243. Abelha, Marcelo. **Manual de Direito Processual Civil**. 6. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530970765. O Novo Código de Processo Civil Brasileiro Estudos Dirigidos: Sistematização e Procedimentos. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6715-4. Alvim, José Eduardo Carreira. **Teoria Geral do Processo**. 20. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976040. Cintra, Antonio Carlos de Araújo; Grinover, Ada Pellegrini; Dinamarco, Cândido R. **Teoria Geral do Processo**. 30. Ed. Rev., Atual. e Aum. São Paulo, Sp: Malheiros, 2014. 448 P. Isbn 978-85-392-0225-6.

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL II: Processo de conhecimento Bibliografia Básica: Wambier, Luiz Rodrigues; Talamini, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil, Volume 1**: Teoria Geral do Processo. 16. Ed. Reform. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2016. 607 P. Isbn 978-85-203-6698-1. Didier Junior, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**: Volume 1 : Introdução ao Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. 19. Ed. Rev., Ampl. e Atual. Salvador, Ba: Juspodivm, 2017. 879 P. Isbn 9788544210109. Bueno, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil** V. 2: Procedimento Comum, Processos nos Tribunais e Recursos. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610167. Theodoro Júnior, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, V. 1** Teoria Geral do Direito Processual Civil; Processo de Conhecimento; Procedimento Comum. 60. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530984359. Gonçalves, Marcus Vinícius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil, V. 1** Teoria Geral e Processo de Conhecimento (1ª Parte). 15. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553600557. Bibliografia Complementar: Donizetti, Elpidio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. 22. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597020243. Abelha, Marcelo. **Manual de Direito Processual Civil**. 6. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530970765. O Novo Código de Processo Civil Brasileiro Estudos Dirigidos: Sistematização e Procedimentos. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6715-4. Alvim, José Eduardo Carreira. **Teoria Geral do Processo**. 20. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976040. Cintra, Antonio Carlos de Araújo; Grinover, Ada Pellegrini; Dinamarco, Cândido R. **Teoria Geral do Processo**. 30. Ed. Rev., Atual. e Aum. São Paulo, Sp: Malheiros, 2014. 448 P. Isbn 978-85-392-0225-6.





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL III: Aspectos procedimentais comuns dos processos nos tribunais. Recursos. Jurisprudência, precedente e súmula. Bibliografia Básica: Gonçalves, Marcus Vinícius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil, V. 3** Execução, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões. 11. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553600717. Wambier, Luiz Rodrigues; Talamini, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil, Volume 2**: Cognição Jurisdicional (Processo Comum de Conhecimento e Tutela Provisória). 16. Ed. Reform. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2016. 912 P. Isbn 978-85-203-6742-1. Didier Junior, Fredie; Cunha, Leonardo José Carneiro Da. **Curso de Direito Processual Civil: Volume 3** : Meios de Impugnação Às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais. 14. Ed. Salvador, Ba: Juspodivm, 2017. 832 P. Isbn 9788544210116. Bueno, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil V. 2**: Procedimento Comum, Processos nos Tribunais e Recursos. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610167. Theodoro Júnior, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, V. 3**. 52. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530983680. Bibliografia Complementar: Montenegro Filho, Misael. **Curso de Direito Processual Civil**. 12. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597006513. Greco, Leonardo. **Instituições de Processo Civil, V.3** Recursos e Processos da Competência Originária dos Tribunais. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6834-8. Abelha, Marcelo. **Manual de Direito Processual Civil**. 6. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530970765. O Novo Código de Processo Civil Brasileiro Estudos Dirigidos: Sistematização e Procedimentos. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6715-4. Donizetti, Elpídio. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597016734.

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV: Cumprimento de sentença. Processo de execução. Meios de defesa do executado. Suspensão e extinção da execução. Bibliografia Básica: Gonçalves, Marcus Vinícius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil, V. 3** Execução, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões. 11. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553600717. Wambier, Luiz Rodrigues; Talamini, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil, Volume 3**: Execução. 16. Ed. Reform. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2017. 748 P. Isbn 9788520367445. Didier Junior, Fredie Et Al. **Curso de Direito Processual Civil: Volume 5** : Execução. 7. Ed. Atual. Salvador, Ba: Juspodivm, 2017. 1119 P. Isbn 9788544215197. Bueno, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil V. 2**: Procedimento Comum, Processos nos Tribunais e Recursos. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610167. Theodoro Júnior, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, V. 3**. 52. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530983680. Bibliografia Complementar: Montenegro Filho, Misael. **Curso de Direito Processual Civil**. 12. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597006513. Greco, Leonardo. **Instituições de Processo Civil** Introdução ao Direito Processual Civil, V.2. 3. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6473-3. Abelha, Marcelo. **Manual de Direito Processual Civil**. 6. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530970765. O Novo Código de Processo Civil Brasileiro Estudos Dirigidos: Sistematização e Procedimentos. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6715-4. Donizetti, Elpídio. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597016734.

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL V: Tutelas provisórias. Procedimentos especiais no





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Código de Processo Civil. Bibliografia Básica: Gonçalves, Marcus Vinícius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil, V. 3**. Execução, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões. 11. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553600717. Wambier, Luiz Rodrigues; Talamini, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil, Volume 2**: Cognição Jurisdicional (Processo Comum de Conhecimento e Tutela Provisória). 16. Ed. Reform. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2016. 912 P. Isbn 978-85-203-6742-1. Didier Junior, Fredie; Cunha, Leonardo José Carneiro Da. **Curso de Direito Processual Civil: Volume 3** : Meios de Impugnação Às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais. 14. Ed. Salvador, Ba: Juspodivm, 2017. 832 P. Isbn 9788544210116. Bueno, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil V. 2**: Procedimento Comum, Processos nos Tribunais e Recursos. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610167. Theodoro Júnior, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, V. 3**. 52. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530983680. Bibliografia Complementar: Montenegro Filho, Misael. **Curso de Direito Processual Civil**. 12. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597006513. Greco, Leonardo. **Instituições de Processo Civil, V.3** Recursos e Processos da Competência Originária dos Tribunais. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6834-8. Abelha, Marcelo. **Manual de Direito Processual Civil**. 6. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530970765. O Novo Código de Processo Civil Brasileiro Estudos Dirigidos: Sistematização e Procedimentos. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6715-4. Donizetti, Elpídio. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597016734.

- DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL: Teoria da jurisdição constitucional e do controle de constitucionalidade. Contextualização histórico-comparativa do controle de constitucionalidade. Desenvolvimento do controle de constitucionalidade no Brasil. Controle abstrato de constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Estados e representação de inconstitucionalidade. Técnicas de controle de constitucionalidade pelos tribunais constitucionais e supremas cortes. Jurisdição constitucional das liberdades. Garantias fundamentais e remédios constitucionais. Bibliografia Básica: Dantas, Paulo Roberto de Figueiredo. **Direito Processual Constitucional**. 8. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553600823. Medina, Paulo Roberto Gouvêa. **Direito Processual Constitucional**. 5. Rio de Janeiro Forense 2012 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-4357-8. Siqueira Junior, Paulo Hamilton. **Direito Processual Constitucional**. 7. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547213152. Bibliografia Complementar: Mendes, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 14. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788553610945. Araujo, Luiz Alberto David; Nunes Junior, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 17. Ed. São Paulo, Sp: Verbatim, 2013. 655 P. Isbn 9788561996789. Barroso, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo** os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610112. Azevedo, Gustavo. **Reclamação Constitucional no Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online (Processo Civil Contemporâneo). Isbn 9,78853E+12. Sarlet, Ingo Wolfgang. **Curso de Direito Constitucional**. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610105.

- DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: Teoria Geral do Direito Processual do





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Trabalho. Justiça do Trabalho e Competência trabalhista. Atos, termos e prazos processuais. Nulidades. Ação trabalhista e procedimento. Partes, procuradores e terceiros. Petição inicial. Audiência. Resposta do réu. Provas. Sentença. Recursos trabalhistas. Execução trabalhista. Procedimentos especiais trabalhistas. Ações especiais admissíveis no processo do trabalho. Bibliografia Básica: Leite, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 17. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609758. Jorge Neto, Francisco Ferreira. **Direito Processual do Trabalho**. 8. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597019162. Pereira, Leone. **Manual de Processo do Trabalho**. 4. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547217891. Bibliografia Complementar: Santos, Enoque Ribeiro Dos. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 3. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597019957. Cisneiros, Gustavo. **Manual de Audiência e Prática Trabalhista**. 5. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985042. Santos, Enoque Ribeiro Dos. **Processo Coletivo do Trabalho**. 2. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530979010.

- DIREITO PROCESSUAL PENAL I: Introdução do direito processual penal. Preparação da ação penal. Ação penal. Bibliografia Básica: Lopes Junior, Aury. **Fundamentos do Processo Penal**. 3. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547215576. Greco Filho, Vicente. **Manual de Processo Penal**. 11. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502219588. Nucci, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 14. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530974848. Bibliografia Complementar: Bonfim, Edilson Mougnot. **Curso de Processo Penal**. 11. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547203146. Avena, Norberto Cláudio Pâncaro. **Processo Penal**. 9. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975159. Távora, Nestor. **Processo Penal II** Provas: Questões e Processos Incidentes. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Saberes do Direito 11). Isbn 9788502171800.

- DIREITO PROCESSUAL PENAL II: Jurisdição e competência no direito processual penal. Procedimentos no direito processual penal. Prova. Prisão processual e liberdade provisória Bibliografia Básica: Machado, Antônio Alberto. **Curso de Processo Penal**. 6. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522486687. Ética e Cidadania. 2. Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595024816. Greco Filho, Vicente. **Manual de Processo Penal**. 11. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502219588. Bibliografia Complementar: Código Penal Comentado Doutrina e Jurisprudência. São Paulo Manole 2016 1 Recurso Online Isbn 9788520452028. Avena, Norberto. **Processo Penal**. 11. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985462. Nucci, Guilherme de Souza. **Processo Penal e Execução Penal**. 5. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online (Esquemas & Sistemas). Isbn 9788530986469.

- DIREITO PROCESSUAL PENAL III: Medidas assecuratórias. Nulidades. Sentença e coisa julgada. Recursos. Ações de impugnação no direito processual penal. Execução penal. Bibliografia Básica: Machado, Antônio Alberto. **Curso de Processo Penal**. 6. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522486687. Lopes Junior, Aury. **Direito Processual Penal**. 14. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547216849. Greco Filho, Vicente. **Manual de Processo Penal**. 11. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502219588. Bibliografia Complementar: Nucci, Guilherme de Souza. **Direito Processual Penal**. 3. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online (Esquemas & Sistemas 3). Isbn





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

978-85-309-6347-7. Avena, Norberto Cláudio Pâncaro. **Manual de Processo Penal**. 3. Rio de Janeiro Método 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6717-8. Távora, Nestor. **Processo Penal II** Provas: Questões e Processos Incidentes. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Saberes do Direito 11). Isbn 9788502171800.

- DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO: Direito processual tributário administrativo e judicial. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda – organização, funcionamento e recursos. Processo judicial tributário. Ações ordinárias em matéria tributária. Ações cautelares em matéria tributária. Mandado de segurança. Ação de consignação em pagamento de tributos. Ação rescisória. Lei de Execução Fiscal Bibliografia Básica: Paulsen, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**. 9. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547227494. Machado Segundo, Hugo de Brito. **Manual de Direito Tributário**. 9. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012033. Carneiro, Claudio. **Processo Tributário** Administrativo e Judicial. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553601684. Bibliografia Complementar: Conrado, Paulo Cesar. **Processo Judicial Tributário**. Rio de Janeiro Método 2014 1 Recurso Online (Carreiras Federais). Isbn 978-85-309-5567-0. Machado Segundo, Hugo de Brito. **Processo Tributário**. 9. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597010992. Cassone, Vittorio. **Processo Tributário** Teoria e Prática. 15. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012729.

- DIREITOS HUMANOS: O conceito atual de direitos humanos e sua relevância na atualidade. Fundamentação histórica e filosófica dos direitos humanos. As dimensões dos direitos humanos. A proteção dos direitos humanos nos planos nacional e internacional. Aspectos da proteção jurídica aos afro-descendentes e aos indígenas: histórico, tratados e convenções internacionais; normas espalhadas pelos vários ramos do direito brasileiro para a proteção dos afro-descendentes, indígenas e minorias. Racismo e as formas de eliminação/mitigação de sua existência pelo direito brasileiro. Ações afirmativas. A efetividade dos direitos humanos no Estado de Mato Grosso do Sul. Bibliografia Básica: Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. 4. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975579. Piovesan, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 17. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547213169. Bobbio, Norberto. **a Era dos Direitos**. Nova Ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campus, 2004 XVIII, 212 P. Isbn 85-352-1561-1. Bibliografia Complementar: Ramos, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 4. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547216979. Castilho, Ricardo. **Direitos Humanos**. 6. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 30"). Isbn 9788553600083. Sobreira, Fábio Tavares. **Direito Constitucional e Direitos Humanos**. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online Isbn 9788502184077. Guerra, Sidney. **Direitos Humanos** Curso Elementar. 5. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547213664. Ferreira Filho, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. 15. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788502208537.

- DIREITO TRIBUTÁRIO I: Sistema tributário nacional. Competência tributária. Imunidades. Princípios tributários. Normas gerais e o CTN. Legislação tributária: vigência, interpretação, aplicação, métodos de interpretação e métodos de integração. Tributos em espécie. Bibliografia Básica: Baleeiro, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 14. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980726. Sabbag, Eduardo. **Direito Tributário Essencial**. 6. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980764. Harada, Kiyoshi.





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Direito Financeiro e Tributário. 29. Rio de Janeiro Atlas 2020 1 Recurso Online Isbn 9788597024968. Carvalho, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário.** 28. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547217150. Bibliografia Complementar: Carrazza, Roque Antonio. **Curso de Direito Constitucional Tributário.** 30. Ed. Rev., Ampl. e Atual. São Paulo, Sp: Malheiros, 2015. 1296 P. Isbn 9788539202874. Carvalho, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário.** 30. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610150. Sabbag, Eduardo. **Direito Tributário.** 2. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online (Método de Estudo Oab). Isbn 9788530982782. Machado Segundo, Hugo de Brito. **Manual de Direito Tributário.** 11. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597020717. Ávila, Humberto. **Sistema Constitucional Tributário.** 5. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2012. 687 P. Isbn 9788502139084.

- DIREITO TRIBUTÁRIO II: Sistema tributário nacional. Obrigação tributária. Responsabilidade tributária. Lançamento tributário. Crédito tributário. Suspensão, extinção e exclusão do Crédito. Administração tributária. Tributação, justiça fiscal e Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Baleeiro, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro.** 14. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980726. Mazza, Alexandre. **Manual de Direito Tributário.** 6. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online Isbn 9788553618286. Ávila, Humberto. **Sistema Constitucional Tributário.** 5. São Paulo Saraiva 2011 1 Recurso Online Isbn 9788502157361. Bibliografia Complementar: Sabbag, Eduardo. **Direito Tributário Essencial.** 6. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980764. Ichihara, Yoshiaki. **Direito Tributário.** 19. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597001242. Machado Segundo, Hugo de Brito. **Manual de Direito Tributário.** 9. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012033.

- DIREITO CIVIL E LITERATURA: Relações entre o direito civil e a literatura. Narrativa jurídica e narrativa literária. Aspectos históricos do direito civil e da literatura. Emancipação pelo diálogo entre o direito e a literatura Bibliografia Básica: Direito e Literatura. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522478538. Streck, Lenio Luiz. **os Modelos de Juiz** Ensaios de Direito e Literatura. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000207. Oliveira, Maria Regina De. **Shakespeare e o Direito.** Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online (Para Entender). Isbn 978-85-309-6551-8. Bibliografia Complementar: Piglia, Ricardo. **Crítica Y Ficción.** Barcelona, Spa: Debolsillo, ©2014. 216 P. (Contemporânea). Isbn 9788490326756. Agamben, Giorgio. **o Tempo que Resta.** São Paulo Autêntica 2016 1 Recurso Online Isbn 9788582175101. Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes Necessários à Prática Educativa. 31. Ed. São Paulo, Sp: Paz e Terra, 2005. 148 P. (Coleção Leitura). Isbn 8521902433.

- ECONOMIA: Introdução geral às ciências econômicas. Escolas e doutrinas econômicas. Sistemas econômicos. Estrutura de um sistema econômico. Mercado: estruturas de mercado; leis da demanda e da oferta. Equilíbrio de mercado. Introdução à macroeconomia. Políticas macroeconômicas. O setor financeiro e monetário: moeda, crédito e câmbio. Inflação. Política fiscal. Setor público. Setor externo. Relações econômicas internacionais. O processo globalização econômica. Crescimento e desenvolvimento econômico. Economia e educação ambiental. Bibliografia Básica: Fontes, Rosa Maria Oliveira Et Al. **Economia:** um Enfoque Básico e Simplificado. São Paulo, Sp: Atlas, 2010. Xvi, 237 P. Isbn 9788522456970. Mankiw, N. Gregory. **Introdução à Economia.** 3. São Paulo Cengage Learning 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522112739. Nogami, Otto. **Princípios de Economia.** 7. São Paulo Cengage Learning 2016 1 Recurso Online Isbn





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

9788522124930. Manual de Economia Equipe de Professores da Usp. 7. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547220303. Bibliografia Complementar: Vasconcellos, Marco Antonio Sandoval De; Garcia, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia.** 4. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2013. Xix, 332 P. Isbn 9788502137257. Silva, Adelphino Teixeira Da. **Iniciacao a Economia.** São Paulo, Sp: Atlas, 2000. 277 P. Isbn 85-224-2563-9. Mochón Morcillo, Francisco; Troster, Roberto Luis. **Introdução a Economia.** São Paulo, Sp: Makron Books, 1994. 391 P. Isbn 85-346-0117-8. Vasconcellos, Marco Antonio Sandoval De. **Manual de Economia.** 6. São Paulo Saraiva 2007 1 Recurso Online Isbn 9788502135062. Mochón Morcillo, Francisco. **Princípios de Economia.** São Paulo: Pearson, 2012. 328 P. Isbn 979-85-7605-082-7.

- EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS : Concepção do tempo e espaço nas culturas distintas: afrodescendentes e indígenas. Diretrizes para Educação das Relações Étnico-raciais. A legislação brasileira e o direito de igualdade racial: avanços e perspectivas. Bibliografia Básica: Castilho, Ricardo. **Educação e Direitos Humanos.** São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547209001. Castilho, Ricardo. **Educação e Direitos Humanos.** São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547209001. Santos, Joel Rufino Dos. **o que e Racismo.** 8. Ed. São Paulo, Sp: Brasiliense, 1985. 82 P. (Primeiros Passos (Brasiliense) 7). Bibliografia Complementar: Lopes, Daniel Henrique (Org.). **Desigualdades e Preconceitos:** Reflexões sobre Relações Étnico-raciais e de Gênero na Contemporaneidade. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2012. 245 P. Isbn 978-85-7613-399-5. Catanante, Bartolina Ramalho. **Educar para as Relações Étnicorraciais:** um Desafio para os Educadores. Dourados, Ms: Uems, 2010. 236 P. Isbn 978-85-99880-33-3 Costa, Luciano Gonsalves (Org.). **História e Cultura Afro-brasileira:** Subsídios para a Prática da Educação sobre Relações Étnico-raciais. Maringá, Pr: Uem, 2010. 184 P. Isbn 978-85-762-8313-3. Barbosa, Lúcia Maria de Assunção; Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves E; Silvério, Valter Roberto. **de Preto a Afro-descendente:** Trajetos de Pesquisa sobre o Negro, Cultura Negra e Relações Étnico-raciais no Brasil. São Carlos, Sp: Edufscar, 2003-2010. 345 P. Isbn 85-7600-004-0.

- EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: Estudo das relações entre a educação e os Direitos Humanos. Direito à Educação no Brasil. A educação como elemento de formação humana. Direito à Educação no Brasil; Diretos Humanos nas relações pedagógicas. Desigualdade, Diferenças e Diversidade na Escola. Educação inclusiva. Bibliografia Básica: Castilho, Ricardo. **Educação e Direitos Humanos.** São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547209001. Bittar, Carla Bianca. **Educação e Direitos Humanos no Brasil.** São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502213005. Rayo, José Tuvilla. **Educação em Direitos Humanos** Rumo a Uma Perspectiva Global. 2. Porto Alegre Artmed 2013 1 Recurso Online Isbn 9788536317779. Bibliografia Complementar: Castilho, Ricardo. **Direitos Humanos.** 6. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 30"). Isbn 9788553600083. Gorczewski, Clovis. **Educar para os Direitos Humanos** Considerações, Obstáculos, Propostas. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522495481. Bazilio, Luiz Cavalieri. **Infância, Educação e Direitos Humanos.** São Paulo Cortez 2011 1 Recurso Online Isbn 9788524924378. Questão Social, Direitos Humanos e Diversidade. Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595027619.

- EDUCAÇÃO ESPECIAL : Contextualização da evolução histórica e dos direitos humanos na Educação Especial. A Educação Especial e as políticas públicas. O





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

público-alvo da Educação Especial. A Educação Especial no contexto da educação inclusiva e as práticas pedagógicas. Bibliografia Básica: Alias, Gabriela.

Desenvolvimento da Aprendizagem na Educação Especial Princípios, Fundamentos e Procedimentos na Educação Inclusiva. São Paulo Cengage Learning 2016 1 Recurso Online Isbn 9788522123544. Mittler, Peter. **Educação Inclusiva**. Porto Alegre Artmed 2015 1 Recurso Online Isbn 9788536311883. Silva, Michela Carvalho Da. **Educação Inclusiva**. Porto Alegre Ser - Sagah 2017 1 Recurso Online Isbn 9788595020351. Barreto, Maria Angela de Oliveira Champion. **Educação Inclusiva** Contexto Social e Histórico, Análise das Deficiências e Uso das Tecnologias no Processo de Ensino-aprendizagem. São Paulo Erica 2014 1 Recurso Online Isbn 9788536522234. Bibliografia Complementar: Mussi, Vanderléia Paes Leite; Calarge, Carla Fabiana Costa; Gutierrez, José Paulo. **Direitos Humanos e Cidadania**: Desenvolvimento pela Educação em Direitos Humanos : Sugestões para o Professor. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2013. 70 P. Isbn 9788576133780. Bezerra, Giovani Ferreira (Org.). **Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: Concepções e Práticas. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2016. 305 P. Isbn 9788576135333. Mantoan, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: o que É? por Quê? Como Fazer? São Paulo, Sp: Moderna, 2006. 64 P. (Cotidiano Escolar. Ação Docente.). Isbn 8516052680. Brasil. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: Caderno de Educação Especial : a Alfabetização de Crianças com Deficiência : Uma Proposta Inclusiva. Brasília, Df: Mec, 2012. 48 P. Isbn 978-85-7783-125-8. Orrú, Silvia Ester (Org.). **para Além da Educação Especial**: Avanços e Desafios de Uma Educação Inclusiva. Rio de Janeiro, Rj: Wak Ed., 2014. 244 P. Isbn 9788578542702.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO – PRÁTICA REAL I: Atividades de prática jurídica real, preferencialmente na área cível, mediante a realização de estágio supervisionado, enquanto componente curricular obrigatório. As atividades serão desenvolvidas na forma do Regulamento do EMAJ, compreendendo as portarias e demais normativas editadas pela Coordenação. Bibliografia Básica: Tartuce, Fernanda. **Processo Civil no Direito de Família** Teoria e Prática. 4. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985646. Nishiyama, Adolfo Mamoru. **Prática de Direito Processual Civil** para Graduação e Exame da Oab. 7. Rio de Janeiro Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522495597. Chacon, Luis Fernando Rabelo. **Manual de Prática Forense Civil**. 5. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553600755. Bibliografia Complementar: Rocha, Felipe Borring. **Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais** Teoria e Prática. 9. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012361. Parizatto, João Roberto. **Prática Forense, Volume I**. 15. Ed. São Paulo, Sp: Edipa, 2017. 871 P. Isbn 9788582280379. Araújo Júnior, Gediel Claudino De. **Prática no Direito de Família**. 11. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597019650. Teixeira, Tarcísio. **Curso de Direito e Processo Eletrônico** Doutrina, Jurisprudência e Prática. 4. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553172740.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO – PRÁTICA REAL II: Atividades de prática jurídica real, conforme demanda no Escritório Modelo de Assistência Judiciária, de modo que o acadêmico possa ter contato com atividades diversas, como atendimento aos assistidos, confecção de peças processuais, participação em audiências e diligências judiciais e em esferas administrativas. Bibliografia Básica: Chacon, Luis Fernando Rabelo. **Manual de Prática Forense Civil**. 4. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547217440. Nishiyama, Adolfo Mamoru. **Prática de Direito Processual Civil** para Graduação e Exame da Oab. 7. Rio de Janeiro Atlas





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

2015 1 Recurso Online Isbn 9788522495597. Teixeira, Tarcísio. **Curso de Direito e Processo Eletrônico** Doutrina, Jurisprudência e Prática. 4. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553172740. Bibliografia Complementar: Ferraresi, Eurico. **Ação Popular, Ação Civil Pública e Mandado de Segurança Coletivo**. Rio de Janeiro Forense 2008 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-5596-0. Bedaque, José Roberto dos Santos. **Direito e Processo**: Influência do Direito Material sobre o Processo. 6. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo, Sp: Malheiros, 2011. 206 P. Isbn 978-85-742-0958-9. Cordovil, Leonor. **Direito, Gestão e Prática** Direito do Consumidor: a Visão da Empresa e da Jurisprudência. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Gvlaw). Isbn 9788502228436. Luz, Valdemar P. Da. **Manual do Advogado** Advocacia Prática: Civil, Trabalhista e Criminal. 31. São Paulo Manole 2019 1 Recurso Online Isbn 9788520455821.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO – PRÁTICA REAL III: Atividades jurídicas reais judiciais e/ou extrajudiciais, que serão desenvolvidas na forma do Regulamento do EMAJ e respectivos laboratórios, compreendendo as portarias e demais normativas editadas pela Coordenação. Compreende ainda realização de visitas técnicas orientadas, ações de extensão junto à comunidade local, análise de processos findos e educação ambiental, pesquisa de jurisprudências, dentre outras. Bibliografia Básica: Vasconcelos, Carlos Eduardo De. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. 6. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530981839. Luz, Valdemar P. Da. **Manual do Advogado** Advocacia Prática: Civil, Trabalhista e Criminal. 31. São Paulo Manole 2019 1 Recurso Online Isbn 9788520455821. Nucci, Guilherme de Souza. **Prática Forense Penal**. 9. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530973490. Bibliografia Complementar: Tartuce, Fernanda. **Processo Civil no Direito de Família** Teoria e Prática. 4. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985646. Penal. 14. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online (Prática Jurídica). Isbn 9788553611652. Lazzari, João. **Prática Processual Previdenciária** Administrativa e Judicial. 10. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980368. Sabbag, Eduardo. **Prática Tributária**. 11. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online (Método de Estudo Oab). Isbn 9788530982188. Costa, Elisson Pereira Da. **Teoria e Prática Administrativa para o Exame da Oab** 1ª e 2ª Fases. 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553611041.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO – PRÁTICA REAL IV: Atividades jurídicas reais judiciais e/ou extrajudiciais, de modo que o acadêmico possa ter contato com atividades diversas, como atendimento aos assistidos, confecção de peças processuais, participação em audiências e diligências judiciais e em esferas administrativas, ações de extensão junto à comunidade local, podendo ainda acompanhar mediações ou conciliações conforme o caso assim o requerer. Bibliografia Básica: Vasconcelos, Carlos Eduardo De. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. 6. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530981839. Luz, Valdemar P. Da. **Manual do Advogado** Advocacia Prática: Civil, Trabalhista e Criminal. 31. São Paulo Manole 2019 1 Recurso Online Isbn 9788520455821. Nucci, Guilherme de Souza. **Prática Forense Penal**. 11. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986124. Bibliografia Complementar: Tartuce, Fernanda. **Processo Civil no Direito de Família** Teoria e Prática. 4. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985646. Araújo Júnior, Gediel Claudino De. **Prática no Direito de Família**. 11. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597019650. Messa, Ana Flávia. **Prática Penal para Exame da Oab** Contém Modelos, Dicas de Estudo e Ranking das Peças Práticas. 10. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

9788553610983. Lazzari, João. **Prática Processual Previdenciária** Administrativa e Judicial. 10. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980368. Zavascki, Teori Albino. **Processo Coletivo: Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos**. 6. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2014. 271 P. Isbn 978-85-203-5110-9.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO – PRÁTICA SIMULADA I : Prática jurídica processual civil - discussão de processos judiciais reais, simulação de audiências, elaboração de peças processuais, julgamentos cíveis simulados. visitação técnica a instituições da área jurídica de operacionalidade no âmbito Cível; Bibliografia Básica: Tartuce, Fernanda. **Processo Civil no Direito de Família** Teoria e Prática. 4. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985646. Chacon, Luis Fernando Rabelo. **Manual de Prática Forense Civil**. 5. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553600755. Teixeira, Tarcísio. **Curso de Direito e Processo Eletrônico** Doutrina, Jurisprudência e Prática. 4. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553172740. Bibliografia Complementar: Vasconcelos, Carlos Eduardo De. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. 6. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530981839. Luz, Valdemar P. Da. **Manual do Advogado** Advocacia Prática: Civil, Trabalhista e Criminal. 31. São Paulo Manole 2019 1 Recurso Online Isbn 9788520455821. Parizatto, João Roberto. **Prática Forense, Volume I**. 15. Ed. São Paulo, Sp: Edipa, 2017. 871 P. Isbn 9788582280379. Tartuce, Fernanda. **Manual de Prática Civil**. 14. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980306.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO – PRÁTICA SIMULADA II: Prática jurídica processual civil - discussão de processos judiciais reais, simulação de audiências, elaboração de peças processuais, julgamentos cíveis simulados. Análise da aplicação das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Tartuce, Fernanda. **Manual de Prática Civil**. 13. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976729. Luz, Valdemar P. Da. **Manual do Advogado** Advocacia Prática: Civil, Trabalhista e Criminal. 31. São Paulo Manole 2019 1 Recurso Online Isbn 9788520455821. Nucci, Guilherme de Souza. **Prática Forense Penal**. 11. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986124. Bibliografia Complementar: Tartuce, Fernanda. **Processo Civil no Direito de Família** Teoria e Prática. 4. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985646. Araújo Júnior, Gediel Claudino De. **Prática de Recursos no Processo Civil**. 5. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597015843. Padilha, Rodrigo Corrêa. **Manual de Prática Constitucional**. 7. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975852. Galante, Marcelo. **Prática Constitucional**. 6. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online (Prática). Isbn 9788530976781. Oliveira, Erival da Silva. **Prática Constitucional**. 6. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2014. 683 P. (Prática Forense ; 1). Isbn 978-85-203-5292-2.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO – PRÁTICA SIMULADA III: Prática jurídica especializada - estudo e discussão de casos e de processos judiciais reais; simulação de audiências e assistência de audiências reais; elaboração de peças processuais, podendo ser atividades nas áreas trabalhista, tributária, constitucional, administrativa, entre outras conforme a necessidade do Curso. Bibliografia Básica: Lazzari, João. **Prática Processual Previdenciária** Administrativa e Judicial. 10. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980368. Sabbag, Eduardo. **Prática Tributária**. 11. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

(Método de Estudo Oab). Isbn 9788530982188. Toxicologia Forense. São Paulo Blucher 2018 1 Recurso Online Isbn 9788521213680. Bibliografia Complementar: Vasconcelos, Carlos Eduardo De. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. 6. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530981839. Rangel, Paulo. **Tribunal do Júri** Visão Linguística, Histórica, Social e Jurídica. 6. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597016598. Messa, Ana Flávia. **Prática Penal para Exame da Oab** Contém Modelos, Dicas de Estudo e Ranking das Peças Práticas. 10. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610983. Costa, Elisson Pereira Da. **Teoria e Prática Administrativa para o Exame da Oab** 1ª e 2ª Fases. 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553611041. Cisneiros, Gustavo. **Manual de Prática Trabalhista**. 2. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530982034.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO – PRÁTICA SIMULADA IV: Prática jurídica especializada - estudo e discussão de casos e de processos judiciais reais; simulação de audiências e assistência de audiências reais; elaboração de peças processuais simulação; visita técnica a instituições da área jurídica de operacionalidade no âmbito da disciplina; Análise de casos práticos e defesa ambiental, inclusão social e acessibilidade. Podendo, ainda, ser atividades nas áreas trabalhista, tributária, constitucional, administrativa, entre outras conforme a necessidade do Curso. Bibliografia Básica: Cisneiros, Gustavo. **Manual de Audiência e Prática Trabalhista**. 5. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985042. Galante, Marcelo. **Prática Constitucional**. 6. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online (Prática). Isbn 9788530976781. Costa, Elisson Pereira Da. **Teoria e Prática Administrativa para o Exame da Oab** 1ª e 2ª Fases. 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553611041. Bibliografia Complementar: Vasconcelos, Carlos Eduardo De. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. 6. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530981839. Vigliar, José Marcelo Menezes. **Tutela Jurisdicional Coletiva**. 4. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522480760. Sanchez, Alessandro. **Prática Empresarial**. Rio de Janeiro Método 2016 1 Recurso Online (Método de Estudo Oab). Isbn 9788530973124. Nucci, Guilherme de Souza. **Prática Forense Penal**. 11. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986124. Lazzari, João. **Prática Processual Previdenciária** Administrativa e Judicial. 10. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980368.

- ESTATÍSTICA APLICADA AO DIREITO – JURIMETRIA: Realismo Jurídico e análise estatística do Direito. Ciência de dados, jurimetria e Estatística. Conceitos básicos de bancos de dados. Bancos transacionais e analíticos. Fontes de dados para análise jurídica. Conceitos de sistemas de informação gerencial e sistemas de informação jurídica. Modelos de serviço jurídico. Controladoria e back-office jurídico. A comoditização dos serviços jurídicos Bibliografia Básica: Moore, David S. **a Estatística Básica e sua Prática**. 7. Rio de Janeiro Ltc 2017 1 Recurso Online Isbn 9788521634294. Morettin, Pedro A. **Estatística Básica**. 9. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547220228. Estatística Revelando o Poder dos Dados. Rio de Janeiro Ltc 2017 1 Recurso Online Isbn 9788521633457. Bibliografia Complementar: Dancey, Christine P. **Estatística sem Matemática para Psicologia**. Porto Alegre Penso 2018 1 Recurso Online (Métodos de Pesquisa). Isbn 9788584291434. Triola, Mario F. **Introdução à Estatística**. 12. Rio de Janeiro Ltc 2017 1 Recurso Online Isbn 9788521634256. Werkema, Cristina. **Ferramentas Estatísticas Básicas do Lean Seis Sigma Integradas ao Pdca e Dmaic**. Rio de





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Janeiro Gen Atlas 2014 1 Recurso Online (Werkema de Excelência Empresarial).
Isbn 9788595152311.

- ESTUDO DE LIBRAS: Introdução a Libras. Desenvolvimento cognitivo e linguístico e a aquisição da primeira e segunda linha. Aspectos discursivos e seus impactos na interpretação. Bibliografia Básica: Estelita, Mariangela. **Elis** Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais. Porto Alegre Penso 2015 1 Recurso Online Isbn 9788584290529. Lima-salles, Heloisa Maria Moreira; Naves, Rozana Reigota. **Estudos Gerativos de Língua de Sinais Brasileira e de Aquisição do Português (L2) por Surdos**. Goiânia, Go: Cênese, C2010. 188 P. Isbn 978-85-87635-83-9. Plinski, Rejane Regina Koltz. **Libras**. Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595024595. Bibliografia Complementar: Almeida, Elizabeth Oliveira Crepaldi de Et Al. **Atividades Ilustradas em Sinais da Libras**. 2. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Revinter, 2013. Xii, 242 P. Isbn 9788537205549. Lacerda, Cristina B. F. De. **Intérprete de Libras**: em Atuação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. 5. Ed. Porto Alegre, Rs: Mediação, 2013. 95 P. Isbn 9788577060474. Gesser, Audrei. **Libras?: que Língua É Essa? : Crenças e Preconceitos em Torno da Língua de Sinais e da Realidade Surda**. São Paulo, Sp: Parábola, 2019. 87 P. (Série Estratégias de Ensino; 14). Isbn 9788579340017. Quadros, Ronice Müller De. **Língua de Sinais Brasileira** Estudos Lingüísticos. Porto Alegre Artmed 2011 1 Recurso Online Isbn 9788536311746. Quadros, Ronice Müller De; Brasil. Ministerio da Educacao. Secretaria de Educacao Especial. **o Tradutor e Interpretete de Lingua Brasileira de Sinais e Lingua Portuguesa**. Brasília, Df: Mec/Seesp, 2004. 94 P.

- ÉTICA PROFISSIONAL: O Estatuto da OAB. O Regulamento geral do Estatuto da OAB. Provimentos e resoluções da OAB. O Código de Ética e Disciplina da OAB. Exame de ordem. Ética Profissional, educação ambiental e Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Bittar, Eduardo C. B. **Curso de Ética Jurídica** Ética Geral e Profissional. 14. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553601066. Gonzaga, Alvaro de Azevedo. **Estatuto da Advocacia e Novo Código de Ética e Disciplina da Oab Comentados**. 3. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975715. Sá, Antônio Lopes De. **Ética Profissional**. 10. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597021653. Bibliografia Complementar: Coelho, Marcus Vinicius Furtado. **Comentários ao Novo Código de Ética dos Advogados**. São Paulo Saraiva Educação 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547202934. Gonzaga, Alvaro de Azevedo. **Estatuto da Advocacia e Novo Código de Ética e Disciplina da Oab Comentados**. 5. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530983192. Mamede, Gladston. **a Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil**. 6. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522492282.

- EXECUÇÃO PENAL: Evolução histórica da execução penal. Princípios da execução penal. Incidentes de execução penal. Procedimento da execução penal. Bibliografia Básica: Marcão, Renato. **Curso de Execução Penal**. 15. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553601516. Marcão, Renato. **Execução Penal**. São Paulo Saraiva 1 Recurso Online (Saberes do Direito 9). Isbn 9788502174122. Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Execução Penal**. 2. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986209. Bibliografia Complementar: Brito, Alexis Couto De. **Execução Penal**. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553608928. Nucci, Guilherme de Souza. **Processo Penal e Execução Penal**. 5. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online (Esquemas & Sistemas). Isbn 9788530986469. Marcão, Renato. **Execução**





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Penal. São Paulo Saraiva 1 Recurso Online (Saberes do Direito 9). Isbn 9788502174122.

- FILOSOFIA DO DIREITO: História do pensamento jurídico ocidental. Valor jurídico nos grandes filósofos ocidentais. Reflexão crítica do valor jurídico no mundo contemporâneo. Fundamentos éticos do direito. A dimensão política do direito. O direito na perspectiva da teoria da justiça. Bibliografia Básica: Chauí, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. 13. Ed. São Paulo, Sp: Ática, 2010. 424 P. Isbn 9788508089352. Bittar, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de Filosofia do Direito**. 12. São Paulo Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597006803. Chauí, Marilena de Souza. **Introdução à História da Filosofia, Volume I**: dos Pré-socráticos a Aristóteles. 2. Ed. Rev., Ampl. e Atual. São Paulo, Sp: Companhia das Letras, 2012. 539 P. Isbn 9788535901702. Bibliografia Complementar: Abbagnano, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 3. Ed. São Paulo, Sp: Martins Fontes, 1998. Xii, 1014 Isbn 85-336-0865-9. Fontes, Paulo Gustavo Guedes. **Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro Método 2014 1 Recurso Online (Carreiras Federais). Isbn 978-85-309-5741-4. Mascaro, Alysson Leandro Barbate. **Filosofia do Direito**. 5. São Paulo Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597007503.

- FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: Noções preliminares acerca dos meios adequados (alternativos) de solução de conflitos. Sistema multiportas de solução de disputas. Autocomposição e heterocomposição. Principais modalidades. Disposições do atual CPC e legislação ordinária. Conflitos sociais, educação ambiental e Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Guerrero, Luis Fernando. **os Métodos de Solução de Conflitos e o Processo Civil**. Rio de Janeiro Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-970-0367-3. Mourão, Alessandra Nascimento S. F. **Resolução de Conflitos** Fundamentos da Negociação para o Ambiente Jurídico. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Gvlaw). Isbn 9788502220300. Zaffari, Eduardo Kucker. **Solução de Conflitos Jurídicos**. Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595025233. Bibliografia Complementar: Scavone Junior, Luiz Antonio. **Arbitragem** Mediação, Conciliação e Negociação. 9. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985004. Guilherme, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual dos Mescs** Meios Extrajudiciais de Solução de Conflitos: Arbitragem, Mediação, Conciliação, Negociação, Ombudman, Avaliação Neutra. São Paulo Manole 2016 1 Recurso Online Isbn 9788520461457. Fiorelli, José Osmir. **Mediação e Solução de Conflitos** Teoria e Prática. São Paulo Atlas 2011 1 Recurso Online Isbn 9788522468164.

- GÊNERO, DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE: Construção histórica do conceito relacional de gênero. direitos humanos numa perspectiva de gênero e poder; Violência de gênero: violência cometidas contra pessoas gays, lésbicas, travestis e transexuais; Bibliografia Básica: Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. 5. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980436. Direitos Humanos e Diversidade. Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595028012. Bianchini, Alice. **Lei Maria da Penha, Lei N. 11.340/2006** Aspectos Assistenciais, Protetivos e Criminais da Violência de Gênero. 3. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online (Saberes Monográficos). Isbn 9788547203900. Bibliografia Complementar: Magnabosco, Maria Madalena. **Gênero e Diversidade** Formação de Educadoras/Es. São Paulo Autêntica 2011 1 Recurso Online Isbn 9788582178249. Pereira, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil, V. 5** Direito de Família. 28. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online (Clássicos Forense). Isbn 9788530990664. Questão Social, Direitos Humanos e Diversidade.





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595027619. Piovesan, Flávia. **Temas de Direitos Humanos.** 11. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553600298.

- HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL: Hermenêutica constitucional: princípios de interpretação constitucional; unidade da Constituição; interpretação conforme a constituição. Constituição e integração: casos paradigmáticos da jurisprudência constitucional Bibliografia Básica: Barroso, Luís Roberto. **Interpretação e Aplicação da Constituição.** 7. São Paulo Saraiva 2008 1 Recurso Online Isbn 9788502075313. Pereira, Jane Reis Gonçalves. **Interpretação Constitucional e Direitos Fundamentais.** 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553600281. Peixinho, Manoel Messias. **a Interpretação da Constituição e os Principios Fundamentais.** 4. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522497065. Bibliografia Complementar: Brandi, Ana Carolina Dias; Rala, Eduardo Telles de Lima; Camargo, Nilton Marcelo de (Org.). **Direitos Fundamentais & Hermenêutica Constitucional.** 1. Ed. São Paulo, Sp: Boreal, 2013. 266 P. Isbn 978-85-992-8676-0. Soares, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e Interpretação Jurídica.** 4. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610235. Bulos, Uadi Lammêgo. **Manual de Interpretacao Constitucional.** São Paulo, Sp: Saraiva, 1997. 128 P. Isbn 85-02-02024-2.

- HERMENÊUTICA JURÍDICA: Hermenêutica jurídica. Teorias da interpretação. Direito e interpretação. Processos de integração do direito. Decisão jurídica. Bibliografia Básica: Soares, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e Interpretação Jurídica.** 4. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610235. Ferraz Junior, Tercio Sampaio. **Argumentação Jurídica.** 2. São Paulo Manole 2016 1 Recurso Online Isbn 9788520451267. Just, Gustavo. **Interpretando as Teorias da Interpretação.** São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Direito, Desenvolvimento e Justiça). Isbn 9788502215955. Bibliografia Complementar: Magalhães Filho, Glaucio Barreira. **Curso de Hermenêutica Jurídica.** 5. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522493999. Friede, Reis. **Ciência do Direito, Norma, Interpretação e Hermenêutica Jurídica.** 9. São Paulo Manole 2015 1 Recurso Online Isbn 9788520446263. Trubilhano, Fabio. **Linguagem Jurídica e Argumentação.** 6. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597021349. Coelho, Inocência Mártires. **da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica** Fragmentos. 2. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788502616257.

- HISTÓRIA DO DIREITO: O direito como objeto de investigação histórica. Direito oriental e asiático. Direito na Antiguidade Clássica: Grécia e Roma. Direito feudal e dogmática canônica. Formação do direito moderno: privado e público. História dos institutos jurídicos fundamentais. As relações étnico-raciais e o direito: aspectos da história e cultura afro-brasileira e indígena e suas relações com a produção normativa nacional e internacional nos séculos XIX a XXI. Bibliografia Básica: Lopes, José Reinaldo de Lima. **o Direito na História** Lições Introdutórias. 5. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522490813. Bittar, Eduardo C. B. **História do Direito Brasileiro** Leituras da Ordem Jurídica Nacional. 4. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597013597. Wolkmer, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil.** 7. Rio de Janeiro Forense 2013 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-5154-2. Maciel, José Fábio Rodrigues. **História do Direito.** 8. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online (Direito Vivo). Isbn 9788547221485. Palma, Rodrigo Freitas. **História do Direito.** 6. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547210489. Bibliografia Complementar: Freyre, Gilberto. **Casa-grande &**





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. 14. Ed. Rio de Janeiro, RJ: J. Olympio, 1969. 389 P. Cardoso, Ciro Flamarion S. **a Cidade-estado Antiga.** 4. Ed. São Paulo, SP: Atica, 1993. 95 P. Isbn 85-08-01719-7. Cicco, Claudio. **História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito.** 8. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547220570. Alberti, Verena; Pereira, Amílcar Araújo. **Histórias do Movimento Negro no Brasil:** Depoimentos ao Cpdoc. Rio de Janeiro, RJ: Pallas, 2007. 526 P. Isbn 978-85-347-0417-5. Fernandes, Florestan. **o Negro no Mundo dos Brancos.** São Paulo, SP: Difel, 1972. 285 P. (Corpo e Alma do Brasil).

- INTRODUÇÃO À METODOLOGIA DA PESQUISA EM DIREITO : A construção do conhecimento. A pesquisa em direito. Elaboração de trabalhos acadêmico-científicos. Normas da ABNT. Pesquisa em direito e temas transversais: Direitos Humanos, educação ambiental, educação para a terceira idade. Relações entre ciência e tecnologia e sociedade e ética. Bibliografia Básica: Gil, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 6. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012934. Nunes, Rizzatto. **Manual da Monografia Jurídica.** 11. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502625556. Lakatos, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 7. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011845. Bittar, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da Pesquisa Jurídica** Teoria e Prática da Monografia para Concursos de Direito. 14. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788547204143. Bibliografia Complementar: Marconi, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico.** 8. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012408. Carvalho, Maria Cecília Maringoni De. **Construindo o Saber:** Metodologia Científica, Fundamentos e Técnicas. 19. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2008. 175 P. Isbn 85-308-0071-0 Andrade, Maria Margarida De. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico** Elaboração de Trabalhos na Graduação. 10ª. São Paulo Atlas 2012 1 Recurso Online Isbn 9788522478392. Demo, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 2. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 1992. 287 P. Isbn 8522404291. Leite, Eduardo de Oliveira. **a Monografia Jurídica.** 5. Ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2001. 452 P. (Metodos em Direito ; 1). Isbn 8520320295.

- JUIZADOS ESPECIAIS: Juizados especiais: histórico, objetivos e conceitos básicos –Legislação federal e estadual –Estrutura –Competência –Procedimentos específicos –autocomposição Bibliografia Básica: Chimenti, Ricardo Cunha. **Juizados Especiais da Fazenda Pública.** São Paulo Saraiva 2010 1 Recurso Online Isbn 9788502139619. Rocha, Felipe Borring. **Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais** Teoria e Prática. 9. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012361. Demercian, Pedro Henrique. **Teoria e Prática dos Juizados Especiais Criminais.** Rio de Janeiro Forense 2008 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-5597-7. Bibliografia Complementar: Santos, Marisa Ferreira Dos. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais** Estaduais e Federais. 12. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 35"). Isbn 9788553172993. Rossato, Luciano Alves. **Sistema dos Juizados Especiais.** São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Saberes do Direito 48). Isbn 9788502174153. Terrorismo de Estado. São Paulo Autêntica 2013 1 Recurso Online Isbn 9788582172315.

- LEGISLAÇÃO ESPECIAL PENAL: Legislação Penal Especial. Código de Trânsito; Lei de Crimes Hediondos; Lei de Drogas; Estatuto do Desarmamento; Abuso de Autoridade; Estatuto da Criança e do adolescente; Lei de Tortura, Crimes Ambientais; Bibliografia Básica: Capez, Fernando. **Curso de Direito Penal, V. 4**





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Legislação Penal Especial. 14. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610914. Gonçalves, Victor Eduardo Rios. **Legislação Penal Especial** Crimes do Eca, Crimes contra o Consumidor, Crimes contra as Relações de Consumo, Crimes contra a Ordem Tributária, Crimes Ambientais, Crimes do Estatuto do Idoso, Crimes Falimentares, Crime Organizado. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V). Isbn 9788553610549. Gonçalves, Victor Eduardo Rios. **Legislação Penal Especial Esquematizado®**. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Esquematizado). Isbn 9788553608607. Bibliografia Complementar: Andreucci, Ricardo Antonio. **Legislac?A?O Penal Especial**. 14. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610488. Gonçalves, Victor Eduardo Rios. **Legislação Penal Especial Esquematizado**. 3. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547211714. Masson, Cleber. **Lei de Drogas** Aspectos Penais e Processuais. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530983642.

- LINGUAGEM JURÍDICA: Conceitos básicos de linguagem e comunicação jurídica. Modalidades de expressão: falada e escrita. Ortografia e vícios da linguagem. Estilo forense. O vocabulário jurídico. Enunciação e discurso jurídico. A estrutura frásica na linguagem jurídica. Estudo do parágrafo e a redação jurídica: estrutura do parágrafo; expressões correntes, deslizos, correção, estilo. Tipos de dissertação. Raciocínio e argumentação. Posturas filosóficas. Discurso jurídico: normativo, burocrático, decisório e científico. Requerimento: conceito e estruturas. Bibliografia Básica: Bittar, Eduardo C. B. **Linguagem Jurídica** Semiótica, Discurso e Direito. 7. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547213992. Sabagg, Eduardo. **Manual de Português Jurídico**. 9. São Paulo Saraiva Educação 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547208585. Medeiros, João Bosco. **Português Forense** Língua Portuguesa para Curso de Direito. 8. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597006629. Bibliografia Complementar: Damião, Regina Toledo. **Curso de Português Jurídico**. 13. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597017120. Henriques, Antonio. **Argumentação e Discurso Jurídico**. 2. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522483853. Valverde, Alda da Graça Marques. **Lições de Linguagem Jurídica** da Interpretação à Produção do Texto. 4. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6768-0. Trubilhano, Fabio. **Linguagem Jurídica e Argumentação** Teoria e Prática. 5. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012835.

- MEDICINA FORENSE: Tanatologia. Traumatologia. Sexologia. Asfixiologia. Antropologia, especialmente identificação. Bibliografia Básica: Martins, Celso. **Medicina Legal**. 6. Rio de Janeiro Método 2015 1 Recurso Online (Provas & Concursos). Isbn 978-85-309-6365-1. França, Genival Veloso De. **Fundamentos de Medicina Legal**. 3. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2018 1 Recurso Online Isbn 9788527733373. Fentanes, Enrique Galindo. **a Tarefa da Ciência Experimental**. Rio de Janeiro Ltc 2014 1 Recurso Online Isbn 978-85-216-2628-2. Bibliografia Complementar: França, Genival Veloso De. **Pareceres** 4 Esclarecimentos sobre Questões de Medicina Legal e de Direito Médico. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2005 1 Recurso Online Isbn 978-85-277-1980-3. Croce, Delton. **Manual de Medicina Legal**. 8. São Paulo Saraiva 2011 1 Recurso Online Isbn 9788502149533. Vanrell, Jorge Paulete; Borborema, Maria de Lourdes. **Vademecum de Medicina Legal e Odontologia Legal**. Leme, Sp: Mizuno, 2007. 642 P. Isbn 978-85-898-5774-1.

- MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM DIREITO : Métodos e técnicas de pesquisa em direito. Pesquisa em direito e temas transversais: educação ambiental,





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

educação para a terceira idade, relações étnico-raciais e Direitos Humanos. Relações entre ciência e tecnologia e sociedade e ética. **Bibliografia Básica:** Marcondes, Danilo. **as Armadilhas da Linguagem** Significado e Ação para Além do Discurso. Rio de Janeiro Zahar 2017 1 Recurso Online Isbn 9788537816486. Mezzaroba, Orides. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito.** 7. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547218737. Lakatos, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 7. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011845. **Bibliografia Complementar:** Bittar, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da Pesquisa Jurídica** Teoria e Prática da Monografia para Concursos de Direito. 14. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788547204143. Gil, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 6. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012934. Queiroz, Rafael Mafei Rabelo. **Monografia Jurídica** Passo a Passo: Projeto, Pesquisa, Redação e Formatação. Rio de Janeiro Método 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6298-2. Gustin, Miracy Barbosa de Sousa; Dias, Maria Tereza Fonseca. **(Re)Pensando a Pesquisa Jurídica:** Teoria e Prática. 2. Ed. Rev., Ampl. e Atual. pela Bbr 14.724 e Atual. pela Abnt 30/12/05. Belo Horizonte, Mg: Del Rey, 2006. Xvi, 252 P. Isbn 85-730-8812-5.

- PROCESSO ADMINISTRATIVO: Processo e procedimento administrativo: conceitos, fontes e princípios. Modalidades. Fases. Duração. Sindicância e processo administrativo disciplinar. Prescrição. Súmulas. **Bibliografia Básica:** Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 32. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984830. Instituições dos Processos Administrativo e Constitucional. Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595023994. Nohara, Irene Patrícia. **Processo Administrativo** Lei Nº 9.784/99 Comentada. São Paulo Atlas 2009 1 Recurso Online Isbn 9788522467211. **Bibliografia Complementar:** Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo.** 7. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984694. Nohara, Irene Patrícia. **Direito Administrativo.** 9. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597021363. Carneiro, Claudio. **Processo Tributário** Administrativo e Judicial. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553601684.

- PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO: Psicologia aplicada ao Direito. Principais escolas de Psicologia. Conceitos básicos de Psicologia geral para operadores do Direito. Psicologia e a questão da normatividade. Patologia e normalidade. Dinâmica da personalidade. Psicologia do testemunho. A obtenção da evidência do decido. Família. Da perícia à Psicologia judicial. Sistema prisional. Sexualidade. **Bibliografia Básica:** Psicologia e Criminologia. Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595024649. Pinheiro, Carla. **Psicologia Jurídica.** 3. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online (Direito Vivo). Isbn 9788547216986. Fiorelli, José Osmir. **Psicologia Jurídica.** 10. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597023121. **Bibliografia Complementar:** Psicologia Jurídica. Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595025783. Serafim, Antonio de Pádua. **Psicologia e Prática Forenses.** 2. São Paulo Manole 2014 1 Recurso Online Isbn 9788520450215. Serafim, Antonio de Pádua. **Neuropsicologia Forense.** Porto Alegre Artmed 2015 1 Recurso Online Isbn 9788582711828.

- RESPONSABILIDADE CIVIL: Conceito. Elementos essenciais. Responsabilidade civil e dignidade humana. Responsabilidade civil e penal. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidade contratual e extracontratual. Abuso de direito e responsabilidade civil. Novos paradigmas da responsabilidade civil.





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Responsabilidade pressuposta. Responsabilidade civil do transportador. Do profissional liberal. Do segurador. Excludentes da responsabilidade civil. O dano e sua reparação. Bibliografia Básica: Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V. 2** Obrigações e Responsabilidade Civil. 19. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597019728. Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 3** Responsabilidade Civil. 17. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609529. Farias, Cristiano Chaves De. **Novo Tratado de Responsabilidade Civil**. 4. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553612086. Bibliografia Complementar: Azevedo, Álvaro Villaça. **Curso de Direito Civil, V. 2** Teoria Geral das Obrigações e Responsabilidade Civil. 13. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609697. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V. 4** Responsabilidade Civil. 14. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553608553. Cavalieri Filho, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 13. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597018790.

- SOCIOLOGIA JURÍDICA: Sociologia e direito. O direito como objeto de investigação social. Marcos teóricos em sociologia jurídica. Sociologia jurídica no Brasil. Temas contemporâneos em sociologia jurídica: educação ambiental, história africana, indígena e afro-brasileira, relações étnico raciais e Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Rocha, José Manuel de Sacadura. **Sociologia Jurídica** Fundamentos e Fronteiras. 6. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985202. Cavalieri Filho, Sérgio. **Programa de Sociologia Jurídica**. 14. Rio de Janeiro Forense 2014 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-5983-8. Campos, Walfredo Cunha. **Tribunal do Júri** Teoria e Prática. 6. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597017724. Bibliografia Complementar: Freyre, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. 14. Ed. Rio de Janeiro, RJ: J. Olympio, 1969. 389 P. Freire, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. 40. Ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2017. 189 P. Isbn 9788577531653. Aron, Raymond. **as Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo, SP: Martins Fontes; Brasília, DF: Ed. Unb, 1982 557 P. (Ensino Superior; 6). Holanda, Sérgio Buarque De. **Raízes do Brasil**. 26. Ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013. 220 P. Isbn 9788571644489. Fernandes, Florestan. **a Revolução Burguesa no Brasil**: Ensaio de Interpretação Sociológica. 5. Ed. São Paulo, SP: Globo, 2006-2011. 504 P. Isbn 85-250-4055-x.

- TEORIA CONSTITUCIONAL: Conceito e classificações das constituições. Histórico das constituições brasileiras. Poder constituinte. Hermenêutica constitucional Bibliografia Básica: Tavares, Andre Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 15. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547216962. Sarlet, Ingo Wolfgang. **Curso de Direito Constitucional**. 6. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547217082. Silva, José Afonso Da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 36. Ed., Rev. e Atual. São Paulo: Malheiros, 2012. 928 P. Isbn 85-392-0160-7. Bibliografia Complementar: Bonavides, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 19. Ed. Atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2006. 808 P. Isbn 8574207551. Ommati, José Emílio Medauar. **Teoria da Constituição**. 5. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2016. 349 P. Isbn 9788584404322. Barroso, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo** os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo. 7. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553601042.

- TEORIA DO DIREITO: Direito e suas definições. Direito e normatividade. Introdução às normas do direito brasileiro. Direito e legislação. Direito e justiça.





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Direito e moral. Direito e ciência. Ramos do direito. Direito e interpretação. Teorias jurídicas. Bibliografia Básica: Lopes, José Reinaldo de Lima. **o Direito na História** Lições Introdutórias. 5. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522490813. Nader, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 39. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975692. Kelsen, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 8. Ed. São Paulo, Sp: Wmf Martins Fontes, 2015. 427 P. (Biblioteca Jurídica Wmf). Isbn 9788578272050. Bibliografia Complementar: Ferraz Junior, Tercio Sampaio. **Direito, Retórica e Comunicação** Subsídios para Uma Pragmática do Discurso Jurídico. 3. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522494446. Rocha, José Manuel de Sacadura. **Fundamentos de Filosofia do Direito** o Jurídico e o Político da Antiguidade a Nossos Dias. 5. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522492527. Brandão, Claudio. **História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva**. São Paulo Atlas 2012 1 Recurso Online Isbn 9788522479153.

- TEORIA DO DIREITO PENAL I: Principiologia constitucional do direito penal. Síntese histórica do pensamento jurídico-penal: escolas e tendências penais. Teoria da lei penal. Teoria jurídica do delito 1 (Conceito e espécies de bem jurídico. Conceitos de delito. Diferenças entre ilícito penal e não-penal. Classificação das infrações penais. Teorias da ação: causais, finalista, social e normativistas. Estrutura conceitual do delito: da tipicidade, da ilicitude e da culpabilidade. Da relação de causalidade. Teorias de imputação Bibliografia Básica: Brandão, Claudio. **Curso de Direito Penal** Parte Geral. 2. Rio de Janeiro Forense 2010 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-3792-8. Galvão, Fernando. **Direito Penal: Parte Geral**. 5. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Saraiva, 2013. 1093 P. Isbn 978-85-021-8172-4. Prado, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro** Parte Geral e Parte Especial. 17. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984113. Zaffaroni, Eugenio Raúl; Pierangeli, Jose Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral**. 10 Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2013 796 P. Isbn 978-85-203-4910-6. Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, V.1** Parte Geral. 23. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547215927. Bibliografia Complementar: Dotti, René Ariel. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. 5. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, C2013 939 P. Isbn 978-85-203-4867-3. Beccaria, Cesare Marchese Di. **dos Delitos e das Penas**. São Paulo, Sp: Edipro de Bolso, 2013. 127 P. Isbn 9788572838672. Fragoso, Heleno Cláudio. **Lições de Direito Penal: a Nova Parte Geral**. 13. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Forense, 1991. Xv, 470 Luisi, Luiz. **os Princípios Constitucionais Penais**. 2. Ed. Rev. e Aum. Porto Alegre, Rs: S. A. Fabris, 2003 327 P. Isbn 8588278596. Prado, Luiz Regis; Carvalho, Érika Mendes De. **Teorias da Imputação Objetiva do Resultado: Uma Aproximação Crítica a seus Fundamentos**. 2. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. 268 P. (Série Ciência do Direito Penal Contemporânea ; V. 1) Isbn 85-203-2924-1.

- TEORIA DO DIREITO PENAL II : Parte geral. Teoria jurídica do delito II. Teoria jurídica da pena. Da punibilidade. Bibliografia Básica: Brandão, Claudio. **Curso de Direito Penal** Parte Geral. 2. Rio de Janeiro Forense 2010 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-3792-8. Galvão, Fernando. **Direito Penal: Parte Geral**. 5. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Saraiva, 2013. 1093 P. Isbn 978-85-021-8172-4. Prado, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro** Parte Geral e Parte Especial. 17. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984113. Zaffaroni, Eugenio Raúl; Pierangeli, Jose Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral**. 10 Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2013 796 P. Isbn 978-85-203-4910-6. Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de**





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Direito Penal, V.1 Parte Geral. 23. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547215927. Bibliografia Complementar: Dotti, René Ariel. **Curso de Direito Penal:** Parte Geral. 4. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012 892 P. Isbn 978-85-203-4251-0 Beccaria, Cesare Marchese Di. **dos Delitos e das Penas.** São Paulo, Sp: Edipro de Bolso, 2013. 127 P. Isbn 9788572838672. Jakobs, Günther. **Fundamentos do Direito Penal.** 2. Ed. Rev.,. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 174 P. Isbn 978-85-203-4466-8 Gracia Martín, Luis. **o Horizonte do Finalismo e o Direito Penal do Inimigo.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 189 P. (Série Ciência do Direito Penal Contemporânea ; V. 10) Isbn 978-85-203-3100-2 Prado, Luiz Regis; Carvalho, Érika Mendes De. **Teorias da Imputação Objetiva do Resultado:** Uma Aproximação Crítica a seus Fundamentos. 2. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. 268 P. (Série Ciência do Direito Penal Contemporânea ; V. 1) Isbn 85-203-2924-1.

- TEORIA DO DIREITO PRIVADO I: Princípios do direito privado. Relação jurídica. Constitucionalização do direito privado. Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Do domicílio. Dos bens. Direito civil como instrumento de inclusão social. Bibliografia Básica: Farias, Cristiano Chaves De; Rosenvald, Nelson. **Curso de Direito Civil:** Parte Geral e Lindb : Volume 1. 12. Ed. Rev., Ampl. e Atual. Salvador, Ba: Juspodivm, 2014. 779 P. Isbn 8577619877. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V.1** Parte Geral. 15. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547212919. Lisboa, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil, Vol.1:** Teoria Geral do Direito Civil. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 572 P. (Manual de Direito Civil ; 1) Isbn 978-85-02-15698-2. Bibliografia Complementar: Coelho, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil, Volume 1:** Parte Geral. 8. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2016. 396 P. Isbn 9788520366844. Lôbo, Paulo. **Direito Civil** Parte Geral. 6. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547215453. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V.1** Lei de Introdução e Parte Geral. 13. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530974114. Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 1** Parte Geral. 20. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553172771.

- TEORIA DO DIREITO PRIVADO II : Teoria dos fatos jurídicos na legalidade constitucional. O negócio jurídico e a dignidade humana. Do negócio jurídico. Dos negócios jurídicos existenciais. Dos atos-fatos jurídicos. Dos atos jurídicos. Da prescrição e da decadência. Da prova Bibliografia Básica: Diniz, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro.** São Paulo, Sp: Saraiva, 1996/98/99 7V. Isbn 85-02-01797-7. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V. 1** Parte Geral. 17. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553608461. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 1** Lei de Introdução e Parte Geral. 15. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530984052. Bibliografia Complementar: Lôbo, Paulo. **Direito Civil** Parte Geral. 6. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547215453. Coelho, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil, Volume 1:** Parte Geral. 8. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2016. 396 P. Isbn 9788520366844. Lisboa, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil, Vol.1:** Teoria Geral do Direito Civil. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 572 P. (Manual de Direito Civil ; 1) Isbn 978-85-02-15698-2 Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 1** Parte Geral. 21. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609505. Lotufo, Renan; Nanni, Giovanni Ettore. **Teoria Geral do Direito Civil.** São Paulo: Atlas, 2008. 866 P. Isbn 978-85-224-5093-0.

- TEORIA DO ESTADO: O fenômeno político e seu estudo. Teoria do Estado e ciência política. Estado: conceito, características, origem, e desenvolvimento





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

histórico. Elementos constitutivos do Estado. Território, povo e soberania. Críticas e concepções alternativas. Organização dos poderes ou funções do Estado. Sistemas de divisão de poderes. Forma de Estado e organização territorial do poder político. Teoria do governo. Forma de governo. Sistemas de governo. Regimes políticos. Teoria da democracia. Direitos políticos e conexos. Representação política e sistemas eleitorais. Sistemas partidários. Bibliografia Básica: Zippelius, Reinhold.

Linha de Direito Comparado Teoria Geral do Estado. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788502617995. Miranda, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. 5. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online (Fora de Série). Isbn 9788530982768. Acquaviva, Marcus Cláudio. **Teoria Geral do Estado**. 3. São Paulo Manole 2010 1 Recurso Online Isbn 9788520442227. Bibliografia Complementar: Pinto, Kleber Couto. **Curso de Teoria Geral do Estado** Fundamento do Direito Constitucional Positivo. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522480616. Dallari, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 33. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2018. 304 P. Isbn 9788539202010. Ranieri, Nina Beatriz Stocco. **Teoria do Estado** do Estado do Direito ao Estado Democrático do Direito. São Paulo Manole 2013 1 Recurso Online Isbn 9788520445068. Filomeno, José Geraldo Brito. **Teoria Geral do Estado e da Constituição**. 11. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986858.

- TÓPICOS DE JURISPRUDÊNCIA DO STF: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS DE JURISPRUDÊNCIA DO STJ: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE ANTROPOLOGIA JURÍDICA : A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO AMBIENTAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO CONSTITUCIONAL : A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO CONTRATUAL : A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO DAS OBRIGAÇÕES: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO DAS SUCESSÕES: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO DE FAMÍLIA: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO DIGITAL E TECNOLÓGICO: A ementa e a





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO DO TRABALHO : A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO EMPRESARIAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO E POLÍTICA: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO : A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO PENAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL : A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL COMPARADO : A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO : A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO PROCESSUAL EMPRESARIAL : A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO PROCESSUAL PENAL : A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITOS HUMANOS: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITOS REAIS: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITOS SOCIAIS: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO : A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE FILOSOFIA DO DIREITO : A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE HISTÓRIA DO DIREITO : A ementa e a bibliografia





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL : A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE METODOLOGIA DA PESQUISA EM DIREITO : A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE PROCESSO COLETIVO : A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE PROCESSO E DEMOCRACIA: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO : A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE CIVIL : A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE SOCIOLOGIA JURÍDICA: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE TEORIA DO DIREITO : A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS EM FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

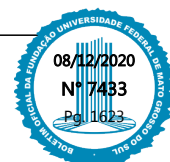
- TÓPICOS ESPECIAIS EM NOVAS RELAÇÕES PRIVADAS: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

7.7. POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR

O Colegiado de Curso realizou estudo de impacto da nova estrutura curricular, analisando grupos de situações possíveis, e determina que a nova matriz curricular do Curso de Direito/CPTL será implantada a partir do primeiro semestre do ano letivo de 2021, para todos os acadêmicos do Curso, exceto aqueles que tiverem condições de concluir o Curso na estrutura antiga, nos dois semestres posteriores a sua implantação, conforme Resolução Coeg nº 105/2016 e Resolução Cograd nº 16/2018. O Colegiado de Curso também analisará a situação dos alunos que atendam a essas condições, para a realização da matrícula em 2021/1.

Os acadêmicos que se mantiverem na estrutura antiga e que não concluírem o Curso no prazo de dois semestres, serão compulsoriamente migrados para a nova estrutura curricular. Ressalta-se ainda que o Colegiado de Curso fará, previamente ao período de matrícula 2021/1, plano de estudo individualizado com previsão de atividades a serem cumpridas por parte de cada acadêmico, podendo, para este fim, utilizar disciplinas optativas ou Atividades Orientadas de Ensino, em caso de déficit de carga horária para conclusão do Curso.

8. POLÍTICAS





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

8.1. CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A UFMS oferece cursos de curta duração em "História e Culturas Indígenas" e "Gênero e Formação de Professores", além de organizar-se para propiciar a capacitação do corpo docente priorizando as seguintes áreas:

- a. Práticas Pedagógicas no Ensino Superior
- b. Formação Inicial de Docentes para o Ensino Superior
- c. Formação de Gestores para Cursos de Graduação

8.2. INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Acerca da inclusão de pessoas com deficiência, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul define em seu Plano de Desenvolvimento Institucional ações de acessibilidade como aquelas que possibilitem a melhoria das condições educacionais de estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles que apresentam altas habilidades/superdotação e que necessitem de atendimento educacional especializado, recursos pedagógicos, tecnologias assistivas, mobiliários e ambientes externos e internos adaptados, garantindo a mobilidade com o máximo de autonomia.

A ampliação das oportunidades educacionais para os acadêmicos que apresentam necessidades especiais, em decorrência de alguma condição física, sensorial, mental, intelectual que o coloque em situação de incapacidade diante das diversas situações acadêmicas e de outra natureza, podem ser garantidas por meio da acessibilidade. Portanto, no intuito de colaborar para tornar a UFMS acessível, têm sido feitas mudanças nas propostas curriculares que se expressam nos Projetos Pedagógicos de Cursos sendo revisados para colaborar com a perspectiva da educação inclusiva, de modo a atentar e atender à diversidade das características educacionais dos estudantes para iniciar um processo que lhes garanta mais que o acesso, mas também a permanência e o máximo de autonomia para concluírem o curso de ensino superior.

A Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Diaaf), responsável pelo desenvolvimento de ações que promovam a acessibilidade e as políticas afirmativas na UFMS, também visa o atendimento do público-alvo da Educação Especial, o que inclui pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. De forma geral, como tais sujeitos requerem necessidades educacionais especiais que precisam ser consideradas para que sua trajetória acadêmica seja positiva, entre as atividades da Diaaf estão: avaliação das necessidades educacionais especiais dos acadêmicos; orientação a docentes, colegas e/ou familiares quanto às necessidades educacionais especiais do discente com deficiência, autismo ou altas habilidades; acesso à comunicação e informação, mediante disponibilização de materiais acessíveis, de equipamentos de tecnologia assistiva, de serviços de guia-intérprete, de tradutores e intérpretes de Libras; coordenação de planos, programas e projetos de acessibilidade do Governo Federal no âmbito da Universidade e garantia da acessibilidade nas instalações da Universidade.

No caso do autismo ou de outros estudantes público-alvo da Educação Especial, a Diaaf os identifica por meio do Sistema de Controle Acadêmico. A partir da identificação, a Diaaf entra em contato com os discentes para diálogo e confirmação de dados, bem como para elaborar/planejar o atendimento que ele necessita no que diz respeito ao suporte para que sua vida acadêmica na Universidade possa ocorrer da melhor forma possível.

O atendimento ao acadêmico público alvo da Diaaf varia de acordo com as necessidades específicas de cada estudante. É realizada uma avaliação das condições do acadêmico, seus pontos fortes e habilidades a serem desenvolvidas; sua trajetória escolar e estratégias desenvolvidas diante de suas necessidades





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

educacionais especiais; situação atual: demandas identificadas pelo acadêmico e por seus professores. Também é apresentada ao acadêmico a proposta de acompanhamento psicoeducacional, tanto de suporte psicológico, como pedagógico, trabalhando com o discente técnicas de estudo para acompanhamento da disciplina nas quais está matriculado. O atendimento é dinâmico, pois se analisa o resultado das ações a fim de se manter o que favorece o desempenho acadêmico e/ou planejar novas ações. A metodologia do ensino nas aulas regulares dos cursos da UFMS também segue estas diretrizes, pois cabe à equipe da Diaaf, quando solicitada, formular orientações referentes às necessidades educacionais especiais dos referidos estudantes. Adicionalmente, a Prograd disponibiliza à Proaes a listagem de disciplinas e docentes contempladas com o Projeto de Monitoria, uma vez que os monitores podem oferecer um suporte a mais para auxiliar o estudante caso apresente dificuldades com os conteúdos abordados no curso.

A Diaaf realiza a tradução e interpretação de conversações, narrativas, palestras e atividades didático-pedagógicas dentro do par linguístico Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, nos espaços da instituição e eventos por ela organizados, para atender as pessoas com Surdez priorizando as situações de comunicação presencial, tais como aulas, reuniões, atendimento ao público, e assessora nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Toda a comunidade acadêmica da UFMS pode fazer a solicitação à Diaaf por meio de preenchimento de formulário na página da Proaes. O mesmo ocorre com o público alvo da Educação Especial, por meio do preenchimento de formulário de “Atendimento Educacional Especializado”, ambos na página da Proaes. Entretanto, o atendimento também é prestado caso a solicitação ocorra pessoalmente, por e-mail, ou mediante Ofício Interno com material a ser traduzido em anexo.

Além disso, a política de inclusão da pessoa com deficiência envolve: a eliminação de barreiras físicas/arquitetônicas e atitudinais; adaptação de mobiliário; disponibilização e orientação para uso de tecnologias assistivas; e acessibilidade nos serviços, sistemas e páginas eletrônicas da UFMS. Evidentemente, este é um trabalho extenso e que ainda se encontra em andamento na instituição.

Por fim, é válido expor que a garantia de acessibilidade corresponde às diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, pois tem como princípios: a dignidade humana; a igualdade de direitos; o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; a democracia na educação e a sustentabilidade socioambiental (conforme Resolução CNE/CP 1/2012).

Cabe-se também esclarecer que a Diaaf colabora com a acessibilidade física/arquitetônica na UFMS por meio de destinação de recursos (quando disponíveis) e encaminhamentos à equipe de Arquitetura. A equipe da Coordenadoria de Projetos e Obras (CPO/Proadi) é responsável pela adequação dos prédios da UFMS. Para apoio institucional contamos com a Comissão Permanente de Acessibilidade, que analisa e encaminha as ações destinadas para esse público. Essa Comissão conta com representantes das pró-reitorias e é presidido por um representante da Diaaf/CDPI/Proaes.

No âmbito do Campus, outras necessidades de natureza econômica ou social são monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

No plano pedagógico, a Administração setorial, via Administração central, prevê a capacitação de Técnicos-Administrativos e Professores para o atendimento a pessoas com deficiência.

8.3. INCLUSÃO DE COTISTAS

Os cotistas terão um acompanhamento específico por parte da Coordenação de Curso ao longo do primeiro ano. Este acompanhamento inclui o monitoramento de seu desempenho acadêmico (como dos demais alunos) buscando identificar cedo possíveis déficits de aprendizagem que os estejam impedindo de





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

prosseguir seus estudos de forma adequada.

O Curso oferece aos seus alunos todo o material necessário ao desenvolvimento de atividades didático – pedagógicas (equipamentos, materiais, livros, etc.). Contudo, outras necessidades de natureza econômica ou social serão monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

8.4. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Visando a formação acadêmica em sua integralidade, o Curso de Direito/CPTL atende aos requisitos legais e normativos a seguir descritos:

- Resolução CNE/CP nº 1/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012, que deu origem à Resolução CNE/CP nº 1/2012).

Os temas transversais serão abordados em atividades de ensino, pesquisa e extensão e, de forma mais específica, a temática Educação Ambiental será aprofundada na disciplina de Direito Ambiental. As Relações Étnico Raciais serão desenvolvidas em disciplinas como Antropologia Jurídica, Educação para as Relações Étnico Raciais, História do Direito, Sociologia Jurídica e Direitos dos Povos. A temática Direitos Humanos não só é abordada em disciplina com a mesma denominação, mas está presente em outros componentes curriculares disciplinares, obrigatórios e optativos, como Direito Internacional Humanitário, Direito da Criança e do Adolescente, Direito da Pessoa Idosa, Educação em Direitos Humanos, entre outras.

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

9.1. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO

Em relação ao sistema de avaliação, praticar-se-á o previsto pela Resolução Cograd nº 550, de 20 de novembro de 2018, que dispõe ser 6,0 (seis) a média mínima para a aprovação. O Plano de Ensino de cada disciplina deverá prever um sistema de avaliação composto por, no mínimo, duas avaliações obrigatórias e uma avaliação optativa. O Curso estabelecerá que um dos elementos norteadores da prática é a particularidade (cada grupo tem suas especificidades), por isso a avaliação diagnóstica se faz essencial e ocorrerá no início do semestre.

Para cada avaliação realizada, o Professor deverá:

- a) Apresentar a solução padrão e respectivos critérios de correção até a próxima aula da disciplina, após cada avaliação;
- b) Registrar no Siscad as notas das avaliações em até dez dias letivos após a sua realização;
- c) Apresentar ou entregar aos estudantes as respectivas avaliações corrigidas até término do período letivo; e
- d) Após trinta dias do término do período letivo, as provas poderão ser descartadas pelo professor da disciplina.

Para cada disciplina cursada, o professor deverá consignar ao acadêmico uma Média de Aproveitamento (MA), na forma de graus numéricos com uma casa decimal de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero). A aprovação nas disciplinas dependerá da frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento e





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

da média de aproveitamento expressa em nota. O aproveitamento da aprendizagem será verificado, em cada disciplina, contemplando o rendimento do acadêmico durante o período letivo, face aos objetivos constantes no Plano de Ensino.

O número e a natureza dos trabalhos acadêmicos deverão ser o mesmo para todos os acadêmicos matriculados na turma. No caso de disciplinas ofertadas total ou parcialmente à distância, o sistema de avaliação do processo formativo contemplará as atividades avaliativas à distância, a participação em atividades propostas no AVA UFMS e avaliações presenciais, respeitando-se as normativas pertinentes.

Sem desconsiderar as peculiaridades das avaliações realizadas nas disciplinas de Estágio Obrigatório, cujos critérios serão definidos nas normas/regulamentos de estágio, cada professor ou professora, observando as disposições institucionais pertinentes, terão autonomia didático-pedagógica para definir o modelo de avaliação, o respectivo peso, a quantidade e periodicidade das avaliações, e a proporção de questões subjetivas e objetivas quando for o caso.

9.2. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

Fundamentada na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e visa promover a avaliação das instituições, de cursos e de desempenho dos acadêmicos (Enade), a UFMS designou uma equipe que compõe a Comissão Própria de Avaliação da UFMS (CPA/UFMS), que possui representantes docentes, técnico-administrativos, discentes e um da sociedade civil organizada.

Cada Unidade da UFMS tem uma comissão responsável pela avaliação interna, denominada Comissão Setorial de Avaliação (CSA). A CPA e a CSA são regulamentadas institucionalmente pela Resolução nº 96, Coun, de 28 de Junho de 2019. O mandato de seus membros será de três anos, permitida uma recondução por igual período.

As CSAs têm a mesma competência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) aplicadas no âmbito da Unidade, são a extensão da CPA nas unidades da UFMS. São responsáveis pela elaboração dos relatórios apontando as fragilidades e potencialidades, para o conhecimento dos gestores, Colegiados dos Cursos e demais instâncias para que indiquem de forma coletiva as ações que deverão ser implementadas, garantindo assim um processo formativo e contínuo da avaliação.

O formulário para avaliação encontra-se disponível no Siscad e cabe à Coordenação do Curso, ao Colegiado do Curso e à CSA a divulgação do mesmo junto aos acadêmicos. Por meio desse questionário os alunos da UFMS podem avaliar as disciplinas do semestre anterior e os respectivos docentes que ministraram as disciplinas, infraestrutura física, organização e gestão da instituição, políticas de atendimento ao discente, potencialidades e fragilidades do Curso, etc. Os dados desse questionário são coletados e serão utilizados para elaborar os Relatórios de Autoavaliação.

Além disso, cada Coordenação de Curso deverá realizar reuniões semestrais com o corpo docente e discente, visando refletir sobre os dados expostos nos relatórios autoavaliação institucional e definir estratégias para melhoria do Curso. No que se refere especificamente à avaliação da aprendizagem, preservar-se-á o princípio da liberdade pedagógica do professor, compatibilizando esta liberdade com a legislação vigente no âmbito da UFMS.

9.3. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NA AVALIAÇÃO DO CURSO

Os discentes participam da avaliação institucional, semestralmente, preenchendo o formulário de avaliação, disponibilizado via Siscad, sendo um formulário sucinto no primeiro semestre, a partir do qual avaliam a oferta das disciplinas cursadas no semestre, do atendimento oferecido por parte da





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

coordenação e da infraestrutura específica do Curso e um formulário mais completo, no segundo semestre, que agrega, aos aspectos anteriores, a infraestrutura geral da Instituição e o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão. O trabalho de sensibilização do discente, no processo avaliativo, é conjunto da Secretaria Especial de Avaliação Institucional (Seavi), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Setorial de Avaliação (CSA), cabendo à CSA promover a sensibilização da sua respectiva Unidade.

Com base nos descritores resultantes do instrumento de avaliação institucional, será possível, em primeira análise, aferir se o PPC está sendo cumprido adequadamente, ensejando a práxis do processo ensino-aprendizagem, subsidiando processos de tomada de decisão em prol da melhoria e qualificação do Curso, visando o aprimoramento dos processos formativos, mediante diagnóstico global de políticas, processos e práticas institucionais.

A participação discente da avaliação do Curso traduz “um processo aberto de comunicação entre sujeitos para compreender, valorar e transformar uma dada realidade (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 197), possibilitando a compreensão das diversas dimensões do curso, no contexto da Universidade e no âmbito interno do Curso, possibilitando ao NDE, Colegiado e Coordenação um conjunto de informações acerca dos problemas, potencialidades e conquistas.

A avaliação, portanto, não é um fim em si mesma, mas um instrumento que norteará o processo de planejamento institucional e do Curso, vez que, através do diagnóstico dela decorrente – indicativo das necessidades, fragilidades e potencialidades – torna-se possível estabelecer ações pedagógicas/administrativas e políticas para atingir a qualidade almejada do Curso, levando em consideração os objetivos, a matriz curricular e o perfil profissional contidos no Projeto Pedagógico do Curso.

Nestes termos, tal avaliação não visa punição nem premiação, ao contrário, sua ação central é a reconstrução, o aprimoramento, a melhoria, trata-se de um processo sistemático, dinâmico e cíclico de conhecimento e autoconhecimento sobre a realidade do Curso de graduação, com informações e dados que subsidiem processos de tomada de decisão, em prol da qualidade formativa do Curso e da instituição que o oferta.

Como incentivo à participação do discente no processo de avaliação, e atendendo à orientação específica aprovada pelo Conselho de Graduação, por meio da Resolução no 565, Coeg, de 11 de dezembro de 2015, as Atividades Complementares contempladas como componentes curriculares nos Projetos Pedagógicos de Curso deverão fazer constar em seus regulamentos até vinte por cento da carga horária para a Atividade Resposta ao Questionário do Estudante da Comissão Própria de Avaliação da UFMS. Acredita-se que este pode ser importante estímulo à participação do corpo discente no processo avaliativo. Outro elemento de participação obrigatória é o Enade, no ano em que o ciclo avaliativo engloba o curso e é um componente curricular obrigatório, sem o qual o discente não pode concluir a graduação.

9.4. PROJETO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO

A Secretaria Especial de Avaliação Institucional é a unidade responsável por coordenar e articular as diversas ações de avaliação desenvolvidas na Instituição. Entre outras competências, ela é responsável por conduzir os processos de avaliação internos no âmbito da Reitoria, da Administração Central e Setorial, e apoiar a Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação do Ensino (CDA), e Divisão de Apoio à Regulação e Avaliação (Dira), unidades vinculadas a Prograd, e a Pró-reitora de Pesquisa e Pós Graduação (Propp) nos processos de Relatório de Autoavaliação Institucional (Raai), Enade, Credenciamento, Reconhecimento,





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

Renovação de Reconhecimento e Avaliação dos cursos.

A CPA/UFMS disponibilizou uma página no site da UFMS (<https://cpa.ufms.br/>) para acesso aos documentos e relatórios como Autoavaliação Institucional e Relatórios de avaliação setoriais. A CPA/UFMS promove a avaliação constituída dos seguintes itens:

- avaliação discente;
- avaliação por docentes;
- avaliação pelos coordenadores;
- avaliação de diretores;
- avaliação por técnicos administrativos;
- questionamentos descritivos enviados aos setores administrativos da instituição e entrevistas.

10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

10.1. ATIVIDADES ORIENTADAS DE ENSINO (QUANDO HOUVER)

Não se aplica ao Curso.

10.2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares, conforme disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, são componentes curriculares que objetivam enriquecer e complementar os elementos de formação do perfil do graduando, e que possibilitam o reconhecimento da aquisição, pelo discente, de conteúdos, habilidades e competências, obtidas dentro ou fora do ambiente acadêmico, que estimulem atividades culturais, transdisciplinares e inovadoras, a critério do estudante, respeitadas as normas institucionais do Curso.

Em atendimento a tal diretiva o Curso prevê em, sua matriz curricular, uma carga horária em Atividades Complementares (AC) a serem cumpridas como Componentes Curriculares Não Disciplinares ao longo do Curso. Tal carga horária deverá ser distribuída por semestre letivo e será devidamente especificada em regulamento próprio.

O Colegiado de Curso, com escopo de favorecer o enriquecimento curricular do estudante, diversificando e ampliando a sua formação integral, expedirá tal Regulamento, indicando mecanismos de aproveitamento de conhecimentos adquiridos, por intermédio de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, de natureza acadêmica, científica, técnica, socioambiental, desportiva e artístico-cultural as quais, pela autonomia atribuída ao estudante na escolha das atividades a realizar, deverão favorecer o fortalecimento entre a articulação entre teoria e prática, promover a trans/multi/interdisciplinaridade e a formação continuada.

Assim, as Atividades Complementares constituem-se da composição de cinco grupos: Atividades de Ensino, Atividades de Pesquisa, Atividades de Extensão, Atividades de Representação Estudantil e Atividades de Iniciação ao Trabalho. Ademais, nos moldes preceituados, tais atividades favorece ao discente desenvolver competências essenciais ao processo ensino-aprendizagem, tais como: administrar a progressão da aprendizagem, trabalhar em equipe, participar da administração do Curso e administrar a própria formação (PERRENOUD, 2000).

Possibilita, ainda, um processo formativo pautado nos 4 (quatro) pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Possibilita uma formação que, para além da qualificação para o mercado de trabalho (educação utilitária), estimula o desenvolvimento da criatividade e das capacidades de empreendimento endógenas, de pesquisa e, especialmente,





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

educar para o desenvolvimento humano (DELORS, 1999).

Importante destacar que o Regulamento de Atividades Complementares do Curso prevê que a resposta ao Questionário do Estudante da Comissão Própria de Avaliação da UFMS possa ser validado até o montante de vinte por cento da carga horária exigida para a Atividade.

10.3. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A UFMS compreende extensão universitária como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

Consoante o entendimento de Paulo Freire (1985), não se trata de invasão cultural, ação através da qual a Universidade, colocando-se em posição de superioridade, quer estender algo a quem não o possui, ou seja, um simples modelo de assistencialismo educativo que, em regra, pressupõe a necessidade de ir até a outra parte do muro ou do mundo, considerada inferior, para, ao seu modo, normalizá-la, coisificando e negando seres humanos (como seres de transformação) e fazendo da extensão a própria negação da educação.

Ao invés de estender ou levar algo, as políticas de extensão propõem trocas de saberes, diálogos entre sujeitos cognoscentes, que exigem presenças curiosas e reflexivas em face da realidade, possibilitando a tomada de consciência/decisão e a capacidade de transformação. Nas ações de extensão, a função do educador é problematizar, junto aos educandos, o conteúdo que os mediatiza e não simplesmente expor, estender, entregar ou dar aquilo que já está pronto. O saber é, por excelência, dialético e está em constante movimento (FREIRE, 1985).

Desta forma, o conteúdo programático das ações de extensão praticadas no Curso advém do diálogo com a Comunidade. Além das atividades de prática jurídica real, é possível citar os projetos Cine&Arte, Universidade da Melhor Idade (UMI), Reviveravida e demais ações que serão criadas, entre as quais um programa de assessoria jurídica universitária popular, quer dizer, uma proposta de educação popular em Direitos Humanos a partir do método da educação popular de Paulo Freire.

O Projeto Universidade da Melhor Idade acontece há 09 anos e tem um perfil multidisciplinar, envolvendo 14 cursos do CPTL. Tem como fundamento o direito à educação da pessoa idosa, visando sua inclusão social. Justifica-se pela grande importância que uma universidade aberta para a pessoa idosa agrega à UFMS, já que trabalha em conjunto com o ensino, a pesquisa e extensão, bem como contribui para interdisciplinaridade no âmbito de uma formação acadêmica social e politicamente engajada.

No Projeto Reviveravida, através de abordagens coletivas-comunitárias, a proposta é promover discussões e reflexões acerca dos valores que permeiam a vida de mulheres e de pessoas LGBTQIA+, no intuito de fortalecer a vontade de sobrevivência e de formar ou reforçar redes sociais de apoio como estratégia de prevenção ao suicídio. O Projeto tem como principal objetivo a valorização da vida, do diálogo entre comunidade, a auto-aceitação e o combate à ansiedade e a depressão, doenças que propiciam o impulso ao suicídio, mostrando que nada do que você sente é melancolia, mas apenas emoções, e você pode falar sobre elas.

10.4. ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS (ESPECÍFICO PARA CURSOS DA EAD)

Não se aplica ao curso.

10.5. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO (QUANDO HOUVER) E NÃO OBRIGATÓRIO

Estágio é um ato educativo supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho, que visa à preparação do acadêmico para a atividade profissional,





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

integrando os conhecimentos técnico, prático e científico e permitindo a execução dos ensinamentos teóricos e a socialização dos resultados obtidos, mediante intercâmbio acadêmico e profissional. Consiste em atividade institucionalizada da UFMS, de acordo com Resolução Coeg nº 107, de 16 de julho de 2010, que aprova o Regulamento do Estágio para os acadêmicos dos Cursos de Graduação presenciais da instituição.

O Estágio de Prática Jurídica, ao qual se submetem os alunos do Curso de Direito do CPTL, é subdividido entre (a) Estágio Curricular Obrigatório (estágio supervisionado) e (b) Estágio Não Obrigatório (extracurricular).

O Estágio Obrigatório propõe a realização de atividades reais e simuladas, judiciais e/ou extrajudiciais, a fim de instrumentalizar e operacionalizar a dinâmica entre teoria e prática, promovendo o aperfeiçoamento técnico-científico-cultural e de relacionamento humano, além de desenvolver ações inter e transdisciplinares a partir da realidade social da região onde o Curso está inserido. Trata-se de componente curricular disciplinar, capaz de proporcionar formação prática na área do Direito, devidamente instituído com base na legislação federal vigente e nos regulamentos de estágio da UFMS, considerando o Projeto Pedagógico de Curso e as disposições do Regimento do Escritório Modelo de Assistência Judiciária do Campus de Três Lagoas (Emaj/CPTL). Sua carga horária é dividida em atividades reais e simuladas.

O Estágio Não Obrigatório, realizado sob a supervisão e controle da Comissão de Estágio (COE), é aquele de natureza opcional, com a finalidade de enriquecer os conhecimentos teóricos do acadêmico e poderá ser utilizada para a validação de atividades complementares. Será assegurado aos estudantes, firmando-se convênios com instituições públicas ou privadas, considerando o que dispõe a Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Tais atividades devem ser necessariamente correlacionadas ao Curso, acordadas e consolidadas em um Termo de Cooperação de Estágio realizado entre a instituição concedente, o aluno e a Universidade, conforme regulamentação própria. É exigida a supervisão das atividades do aluno por profissional habilitado, que o deverá orientar ao longo do período de estágio e atestar o seu desempenho.

Quaisquer modalidades de estágio, obrigatória ou não obrigatória, garantem seguros pessoais aos estudantes.

O Emaj estrutura-se, inicialmente, em três dimensões educacionais, quais sejam: a) Núcleo de Apoio e Assistência Judiciária - onde são desenvolvidas as atividades práticas reais; b) Núcleo de Mediação e Conciliação - os alunos realizam atividades voltadas à prática de mediação e arbitragem e; c) Laboratório de Desenvolvimento Humano - concernentes às atividades de extensão e aulas de campo, realizadas no âmbito da prática real, de forma institucionalizada por meio do atendimento à grupos de vulneráveis.

A carga horária destinada ao estágio obrigatório é de 272 horas distribuídas e quatro disciplinas de prática real e quatro de prática simulada a partir do sétimo semestre, estando portanto, proporcionalmente dimensionada.

Todas as atividades desenvolvidas pelos alunos, sejam simuladas (presencial em sala de aula) ou reais, são orientadas por professor responsável da disciplina respectiva, sob a supervisão do Coordenador do Emaj. As turmas de prática jurídica real são abertas visando não exceder a 15 alunos por turma para garantir o coeficiente orientador x aluno em padrões de excelência.

Sob o aspecto avaliativo, destaca-se a utilização, no estágio, do sistema de avaliação continuada, tendo por base a aquisição, por parte do aluno, dos conteúdos, competências e habilidades indispensáveis ao exercício profissional na área do Direito, e *poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno*, conforme § 4º, do artigo 6º da Resolução CNE/MEC nº 05, de 17 de dezembro de 2018. De igual sorte,



Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

as turmas de prática simulada, respeitando os limites de encargo docente dos professores do Curso de Direito.

Os estágios conveniados recebem acompanhamento tanto da COE quanto do Emaj por meio de relatório circunstanciado periódico com a avaliação e rubrica do orientador no campo de estágio.

As atividades desenvolvidas como estágio corroboram tanto na abrangência quanto na área de formação para a capacitação do acadêmico e sua habilitação como bacharel em Direito previsto no presente projeto pedagógico. Ademais, o trabalho em equipe é exigido tanto na formação de grupos para a realização dos julgamentos simulados quanto na elaboração de peças processuais.

O Emaj tem funcionamento em estrutura própria, adequada e preparada para a realização das atividades pedagógicas inerentes às práticas jurídicas.

Verifica-se, pois que as práticas estão institucionalizadas e consolidadas. Existe a participação efetiva dos acadêmicos tanto na comunidade regional e local quanto o conhecimento de outras realidades por intermédio da participação das aulas de campo e visitas técnicas.

10.6. NATUREZA DO ESTÁGIO

A natureza da orientação adotada pelo Curso de Direito é indireta, com o acompanhamento do estágio por meio de contatos esporádicos com o estagiário e com o Supervisor de Estágio, além de meios mecânicos, fotográficos ou eletrônicos, relatórios e, sempre que possível, visitas ao campo de estágio.

10.7. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Os acadêmicos da UFMS são incentivados à participação em diferentes atividades:

- em atividades de monitoria de ensino de graduação;
- em Projetos de Ensino de Graduação (PEG);
- em programas/projetos/atividades de iniciação científica ou em práticas de investigação;
- em atividades de extensão;
- em atividades da Bolsa Trabalho;
- em atividades articuladas com a comunidade.

Participação em atividades de monitoria de ensino:

A Monitoria de Ensino de Graduação está regulamentada pela Resolução Coeg 342/2015, cujos principais objetivos são:

- incentivar a participação dos acadêmicos em atividades de ensino de graduação;
- fortalecer a articulação entre a teoria e a prática;
- promover a integração curricular e a cooperação entre discentes e docentes;
- estimular nos acadêmicos o interesse pela docência;
- propiciar aos acadêmicos a possibilidade de desenvolver seu potencial para a docência; e
- propiciar, aos acadêmicos, oportunidade para uma formação profissional qualificada..

A seleção dos acadêmicos para as disciplinas é realizada pelas Unidades da Administração Setorial.

10.8. PRÁTICA DE ENSINO (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE MEDICINA)

Não se aplica ao curso.



Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

10.9. PRÁTICA DE ENSINO NA ÁREA DE SAÚDE (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DA ÁREA DE SAÚDE, EXCETO MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

10.10. PRÁTICA DE ENSINO COMO COMPONENTE CURRICULAR (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE LICENCIATURA)

Não se aplica ao curso.

10.11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (QUANDO HOVER)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular não disciplinar através do qual os acadêmicos realizam pesquisa individual orientada, aprofundando estudos sobre temática vinculada à área do Direito, desenvolvendo senso crítico, capacidade de análise e habilidades de comunicação e argumentação.

A elaboração do TCC é um dos requisitos essenciais para a integralização curricular e será desenvolvida pelos acadêmicos nas fases finais do Curso de Direito, sob a orientação de docente efetivo, devendo apresentar uma monografia jurídica a ser avaliada, em sessão pública de defesa, perante banca examinadora constituída pela Coordenação do Curso e composta pelo professor orientador e mais dois membros.

Os critérios para o desenvolvimento e avaliação do trabalho estão previstos no Regulamento de TCC, devidamente aprovado pelo Colegiado de Curso, considerando, entre outros elementos, apresentação escrita e conteúdo - estrutura metodológica; apresentação do texto; formatação; relevância; coesão e coerência textual; referencial adequado, pertinente e atualizado - e apresentação oral - uso de linguagem técnica, domínio de conteúdo, capacidade de argumentação e defesa.

As atribuições dos professores orientadores e dos respectivos orientandos estão devidamente regulamentadas e, sempre que houver a realização de pesquisas envolvendo seres humanos, os protocolos de pesquisa devem ser submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa da instituição.

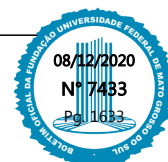
11. DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS (OBRIGATÓRIO PARA CURSOS EAD)

Para disciplina ofertada total ou parcialmente a distância, a produção de material didático será realizada pelo professor da disciplina em conjunto com a Equipe Multidisciplinar de Produção da Secretaria Especial de Educação a Distância (Sead), e validado pela Equipe Multidisciplinar de Validação da Sead. Esse material didático deverá ser produzido e validado antes publicação da aprovação da oferta da disciplina.

O material didático deverá ser composto por tecnologias e recursos educacionais abertos (de preferência com licenças livres) em diferentes suportes de mídia, favorecendo a formação e o desenvolvimento pleno dos estudantes e assegurando a acessibilidade metodológica e instrumental. Tais materiais didáticos podem se constituir de: livros, **e-books**, tutoriais, guias, vídeos, vídeo aulas, documentários, **podcasts**, revistas, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, **apps** para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

12. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

No Campus de Três Lagoas, as salas de aulas são compartilhadas entre os cursos consoante sistema de ensalamento organizado pela Coordenação de Gestão Acadêmica (Coac) do CPTL.





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

O Curso de Direito utiliza estrutura disponível nas unidades I e II do Campus. Na Unidade I está localizada a estrutura física do Emaj, onde são realizadas atividades de extensão e/ou prática jurídica real. Importante destacar que o Emaj é o núcleo de práticas jurídicas do Curso. As demais atividades de ensino, pesquisa e extensão são realizadas nas dependências da Unidade II, onde o Curso dispõe de sala coletiva de reunião, espaço para o trabalho da Coordenação de Curso e salas de trabalho para docentes em tempo integral.

Atualmente, o espaço destinado ao trabalho da Coordenação e consequente atendimento aos alunos está localizado no Bloco IV da Unidade II. Neste mesmo espaço, são realizadas as reuniões do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante. Os professores em regime de dedicação integral atendem os alunos em seus respectivos gabinetes.

Na Unidade II, também estão localizados a Biblioteca Setorial do CPTL, os Laboratórios de Informática, o Auditório Dercir Pedro de Oliveira e demais Anfiteatros para a realização de aulas ou eventos do Curso.

13. PLANO DE INCORPORAÇÃO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo formativo permitem a execução do Projeto Pedagógico de Curso, garantindo a acessibilidade digital e comunicacional, promovendo a interatividade entre docentes e discentes, assegurando o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitando experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

Neste sentido, o Curso conta com Sistema Acadêmico (Siscad) no qual os docentes disponibilizam os planos de ensino das disciplinas e alimentam o Diário de Classe. Aludido Sistema pode ser acessado por qualquer aluno ou aluna até mesmo através de aplicativo em telefone móvel. Quaisquer demandas institucionais são processadas via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ambiente no qual há, inclusive, a gestão das Componentes Curriculares Não Disciplinadas (CCNDs) Trabalho de Conclusão de Curso, entre os quais, oferta de vagas, aceite de orientação, depósito dos trabalhos (acompanhados dos termos de autenticidade), organização das defesas e seus respectivos documentos (atas de defesa, certificados e declarações de participação).

Além das mídias digitais disponíveis, a instituição também oferece um Ambiente Virtual de Aprendizagem, espaço no qual é possível a interação entre alunos e professores e consequente realização de estudos dirigidos ou demais atividades à distância, possibilitando a execução das atividades didáticas até mesmo em períodos de crise ou pandemias.

A Coordenação de Curso e cada servidor dispõe de um e-mail institucional, facilitando a comunicação entre os diferentes atores que compõem a instituição e o público externo. Através do e-mail institucional, os servidores ainda conseguem acessar outras plataformas ou ferramentas do Google, entre as quais o Google Drive, o Google Meet, entre outros instrumentos.

Por fim, é importante destacar que quaisquer informações, normas, formulários e demais documentos da UFMS e do Curso de Direito do CPTL podem ser encontrados em página institucional disponível na internet.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Direito do CPTL/UFMS foi elaborado com base nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito (2018), legislação federal vigente e normas institucionais,





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

propondo a constituição de um espaço público de excelência para a formação acadêmica e profissional na área do Direito.

Considerando que a função social e política de um Curso de Graduação em Direito, em uma instituição pública de ensino superior, é formar cidadãos social e politicamente engajados, comprometidos com o ideal da justiça, com o desenvolvimento da sociedade brasileira, valores de um Estado Democrático de Direito e integração social pacífica ou não violenta entre os povos, o Projeto partiu de uma Concepção de Curso norteadas pelo sentido ético da alteridade, articulando saberes e práticas e integrando diferentes eixos de formação acadêmica: fundamental, profissional, prático e complementar.

Tal Concepção de Curso pressupõe a problematização ou eventual desconstrução de um modelo secular de formação jurídica, fundado em exposição dedutiva e enciclopédica de conteúdos normativos com base em fórmulas doutrinárias, modelos teóricos relativamente descontextualizados e entendimentos jurisprudenciais. Assumindo o desafio de ir além da práxis forense, definiu uma proposta capaz de fomentar maior interlocução entre políticas de ensino, pesquisa e extensão, abordagens interdisciplinares de conteúdos e triangulação metodológica entre diferentes estratégias de aprendizagem.

Valorizando metodologias ativas e/ou participativas e objetivando formar profissionais capazes de enfrentar os temas e problemas que movimentam a agenda política contemporânea e as atuais exigências ou desafios do mundo do trabalho em um cenário de expansão tecnológica, espera alcançar um espaço estratégico e inclusivo de produção de conhecimento, com maior inserção social e capacidade de ação/diálogo, contribuindo com o desenvolvimento de Três Lagoas e região.

15. REFERÊNCIAS

- BONWELL, C. C.; EISON, J. A. **Active learning: creating excitement in the classroom.** Washington, DC: Eric Digests, 1991. Disponível em: <www.eric.ed.gov/PDFS/ED340272.pdf>. Acesso em: fev. 2020.
- Buck Institute for Education. **Aprendizagem baseada em projetos:** guia para professores de ensino fundamental e médio. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- CARDOSO, E. M. Função social da universidade. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 109-130, dec. 1981. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/35849/22108>>. Acesso em: 07 mar. 2020.
- DELORS, J. et.al. **Educação um tesouro a descobrir:** relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. UNESCO: 1999.
- DEWEY, J. **Vida e educação.** São Paulo: Nacional, 1959.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação:** Revista de Avaliação da Educação Superior, v. 13, n. 1, p. 193-207, Campinas, mar. 2008.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, M. A concepção dialética da educação e educação brasileira contemporânea. **Educação e Sociedade**, São Paulo: CEDES n. 8, p. 5-32, mar. 1981.





Anexo da Resolução nº 277, Cograd, de 4 de dezembro de 2020.

- HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.
- MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, C. A.; MORALES, O. E. (orgs.). In: **Convergências midiáticas, educação e cidadania**: aproximações jovens. Coleção Mídias Contemporâneas. 2015. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf> Acesso em: mar. 2020.
- NOVAK, J. D.; GOWIN, D. B. **Aprender a aprender**. 2. ed. Lisboa: Plátano, 1999.
- PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SCHEIBE, L. O saber fazer na escola: novos caminhos para didática. **ANDE: Revista da Associação Nacional de Educação**, n. 5, p. 39-41, 1982.
- SILVA, F. G. Habermas e a ambiguidade do direito moderno. In: SILVA, F. G.; RODRIGUEZ, J. R. (coords.). **Manual de sociologia jurídica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 139-159.
- SOARES, S. R.; CUNHA, M. I. Programas de pós-graduação em educação: lugar de formação da docência universitária? **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 7, n. 14, Brasília, dez. 2010.
- ROGERS, C. **Liberdade para Aprender**. Belo Horizonte: Interlivros, 1973.
- VIGOTSKY, L. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988.
- WETZEL, M. An update on problem based learning at Harvard Medical School. **Ann Com Orient Educ**. 1994;7:237-47.

